

VENDA PROIBIDA.  
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

JOYCE LUZ  
BRUNO SOUZA da SILVA  
HUMBERTO DANTAS

# PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

CASOS QUE NOS INSPIRAM E AÇÕES QUE NOS MOVIMENTAM



KONRAD  
ADENAUER  
STIFTUNG

VOTO  
CONSCIENTE

ENGEFORM



VENDA PROIBIDA.  
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

JOYCE LUZ  
BRUNO SOUZA da SILVA  
HUMBERTO DANTAS

# PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

CASOS QUE NOS INSPIRAM E AÇÕES QUE NOS MOVIMENTAM



1ª EDIÇÃO - 2021

 KONRAD  
ADENAUER  
STIFTUNG

 VOTO  
CONSCIENTE

 ENGEFORM

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Lumos Assessoria Editorial - Bibliotecária Priscila Pena Machado  
CRB-7/6971

L979

Luz, Joyce.  
Participação política : casos que nos inspiram e ações que nos movimentam / Joyce Luz, Bruno Souza da Silva e Humberto Dantas — 1. ed. — Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021.  
156 p. : il. ; 24 cm.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-89432-08-1

CDD 320.981

1. Ciência política.
2. Participação política - Brasil.
3. Participação social.
4. Brasil – Política e governo - Participação do cidadão
  - I. Silva, Bruno Souza da.
  - II. Dantas, Humberto.
  - III. Título.

Todos os direitos reservados.  
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte, sendo expressamente proibido todo e qualquer uso com fins comerciais.

Esse livro está **disponível gratuitamente** para download nos portais da Fundação Konrad Adenauer do Brasil e do Movimento Voto Consciente em PDF.

---

## AGRADECIMENTOS

Esse livro é o quarto de uma série disponível **GRATUITAMENTE** no portal do **Movimento Voto Consciente**, editado e construído com a **Fundação Konrad Adenauer**. A coleção contou com o apoio, em diferentes momentos, de empresas e organizações muito especiais. Obrigado!

Nesse instante, entendemos como fundamental agradecer:

**AO TIME DA ENGEFORM** - sobretudo aos Embaixadores do programa de educação política que construímos juntos desde 2018. Aqui, em especial, nossas homenagens ao querido **Arnaldo Landi**;

**AO TIME DA FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER** - em especial, **Anja Czymmeck** e **Reinaldo Themoteo** que não poupam esforços quando o assunto é a composição de mais uma publicação no campo da educação política;

**AO TIME DO MOVIMENTO VOTO CONSCIENTE** - ao qual pertencemos como diretores, mas aqui em especial aos nossos colegas de desafio;

**A TODAS E TODOS AS/OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO** - que de alguma forma utilizam nossos materiais para o desenvolvimento da exemplar e essencial tarefa de construirmos, em sala de aula e na vida, o sentido maior da Democracia que neste livro está representado pela Participação Política.

**AOS NOSSOS FAMILIARES** - que sempre nos apoiam quando dedicamos, normalmente em instantes destinados ao lazer e ao descanso, nossas horas para projetos dessa natureza.

**À NOSSA DESIGNER** - e, nunca poderia faltar, a gratidão absoluta à **Mariana Eller**, criadora de toda a arte que viabiliza a leitura de um material dessa dimensão. Divirtam-se! E agradeçam a ela por isso.

---



# **INTRODUÇÃO • 09**

---

## **PARTE 1 • 25**

O Terceiro Setor e suas múltiplas causas

---

## **PARTE 2 • 37**

Política na escola como conteúdo de educação

---

## **PARTE 3 • 49**

Democracia como valor universal e organizações internacionais

---

## **PARTE 4 • 59**

A tecnologia e o mundo virtual a serviço da participação

---

## **PARTE 5 • 75**

A complexidade das pautas e a defesa dos direitos civis

---

## **PARTE 6 • 91**

Os desafios de universalizar os direitos sociais

---

## **PARTE 7 • 105**

A valorização da democracia como ação de responsabilidade social empresarial

---

## **PARTE 8 • 121**

Educomunicação e o papel do jornalismo na participação política

---

## **PARTE 9 • 133**

O Estado como motor de mais participação política

---

## **SOBRE OS AUTORES • 151**

---

## **LISTA DE HIPERLINKS • 155**

---





## O QUE ESTAMOS CHAMANDO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA?

O desafio de escrever um livro sobre Participação Política não é pequeno. Primeiro porque se levarmos a política à sua lógica mais ampla, qualquer relação que exercemos com um conjunto de pessoas em torno de um tema será considerada uma forma de atuação. Pense em sua casa, por exemplo. Existe um debate e uma necessidade de se tomar uma decisão, aparentemente, simples. Os atores entram em cena, buscando defender seus argumentos. Torne isso concreto: a ida ou não de um filho adolescente a uma festa. Você é esse filho. O que precisamos compreender?

- Quem mora nessa casa?
- Como as decisões são tomadas?
- Que agentes externos a esse lar podem impactar na decisão?
- Que agentes externos a esse lar podem influenciar essa decisão?
- Qual a conjuntura, ou seja, o que está em jogo no presente?
- Quais os termos de negociação?
- O que se deseja para além da autorização?
- Existe a necessidade de investimento de tempo e recursos?
- Qual o histórico dos agentes em relação a uma decisão desse tipo?

Estava achando fácil ir à festa? Pois bem: **nenhuma decisão na vida é absolutamente trivial se quisermos pensar de maneira profunda sobre ela, sobretudo quando esta envolve outras pessoas e somos, de alguma maneira, dependentes delas.** Vamos pensar em algo comum nesse caso acima:

Moram em casa você, com menos de 18 anos, economicamente dependente de seus pais, seu irmão mais novo e sua mãe. Seus pais são divorciados e brigam constantemente em relação às decisões tomadas sobre a vida dos filhos. Não existe espaço para tanta negociação, e desculpas associadas ao horário de volta são utilizadas para vetarem saídas. Dormir na casa de um amigo, e ter a garantia de que os pais dele levam e buscam na festa ajuda, mas apenas se a família desse amigo telefonar e negociar diretamente com a sua. O problema é que no atual momento você deixou de ir ao aniversário de sua avó e perdeu créditos na definição de sua agenda. Assim, terá que negociar a ponto de retomar alguma dívida atitudinal – como arrumar a cama, ou lavar a louça com maior regularidade. Não sem antes lembrar que uma nota baixa do bimestre passado ainda é utilizada como condição para a perda de certa autonomia. Ademais, a festa é mais do que um simples encontro. Trata-se de um evento temático que exige o aluguel de uma fantasia – e isso custa tempo e dinheiro. A casa não está bem financeiramente, e da última vez em que algo assim foi necessário gastou-se muito. Uma alternativa é pedir “um empréstimo” para o seu avô. Por fim, seu irmão mais novo também tem uma festa, mas não tem onde dormir, o evento é mais distante e ele insiste no argumento de que se ele não pode, você também não deveria poder. E agora? Ele é mais jovem, mas carrega melhores notas na escola que você.

Viu? Nada é simples na vida. E esse tipo de situação se repete nos casamentos, nos empregos, nas escolas e na vida como um todo. A lógica relacional, por vezes, é complexa e exige habilidade extraordinária. Demanda cálculos, e por vezes todos esses ambientes se entrecruzam. Diferentes estratégias caracterizam distintos ambientes e pessoas. Pen-

sar que tudo isso poderia ser política nos leva à seguinte conclusão: política é a arte da relação, da articulação, da negociação e da estratégia.

Mas não é sobre isso que desejamos falar aqui. Queremos entender Participação Política como um fenômeno associado à defesa de pontos de vista, direitos e valores inseridos numa lógica mais ampla. Assim, por **Participação Política estamos entendendo a defesa de causas, princípios, desejos e ideias que se façam presentes em maior ou menor dimensão nas sociedades em que vivemos como algo de natureza mais pública.**

Essa atuação pode ser dar numa cidade, pode ocorrer em relação a uma política pública, ou em torno de um direito, caracterizado por uma escolha de indivíduos. Entender o funcionamento disso é nosso primeiro objetivo. O segundo é lhe provocar: você tem causas em sua vida que te levam a atuar politicamente na defesa desse tema? Conhece as estratégias para essa atuação? Percebe que existem escolhas que aumentam ou diminuem as chances de as coisas funcionarem como você deseja? Por fim: o terceiro objetivo é mostrar que muita gente participa, atua, e nossos exemplos aqui estão fortemente associados a casos que buscam valorizar a democracia e a atuação estratégica de indivíduos no universo da política. Vamos conferir?



Claro que sim, mas não sem antes buscarmos os parâmetros mínimos necessários para que essa participação possa ocorrer de forma democrática. Ou seja: não vamos chamar uma tentativa de golpe de Estado,

por exemplo, de Participação Política constituída em torno de um interesse comum. Não vamos chamar a formação de milícias, e o crime organizado, como envolvimento de um coletivo em torno de uma causa comum e legítima. **Note: nós queremos definir, exemplificar e estimular a Participação Política das pessoas dentro das regras do jogo.** Está preparada? Preparado? Então vamos lá.

Se quiser entender algo mais sobre o conceito de **Democracia**, o convidamos para olhar esse livro que trazemos aqui. Na AULA 1 você terá uma boa noção do conceito.



**Leia a Aula 1  
do primeiro livro da Coleção**



Clique  
para  
acessar

O que nos organiza enquanto sociedade, no Brasil, é um documento promulgado em outubro de 1988 que atende pelo nome de **Constituição Federal** – trata-se de nossa lei máxima. Construída de maneira inclusiva, ela foi apelidada de **Constituição Cidadã**. Três são as razões maiores para esse batismo: **1.** ela insere o Brasil no rol dos países que efetivamente garantem conjuntos de direitos fundamentais à cidadania – os civis, os políticos e os sociais; **2.** ela conduzia o Brasil para o rumo da Democracia, depois de mais de vinte anos de uma ditadura encabeçada e protagonizada por militares com o apoio de segmentos da sociedade civil e; **3.** ela foi construída com amplo processo de participação popular, orientado por um regimento inclusivo para o que se chamou de processo constituinte.

Confira nossa Constituição Federal de 1988 no próximo link. Atenção especial aos capítulos sobre os Direitos Políticos e os Direitos Individuais e Coletivos.



## Constituição Federal de 1988



A partir de nossa Constituição Federal, muita atenção a alguns aspectos essenciais à Participação Política. No artigo 5º está garantido que podemos nos expressar, nos associar e defender, juntos ou em pensamentos singulares, aquilo que respeitamos e desejamos. Esse gesto aparentemente simples tem que estar absolutamente assegurado. A ele damos o nome de “**Liberdade de Expressão**”, e para seguirmos teremos que fazer uma pausa para algumas explicações.

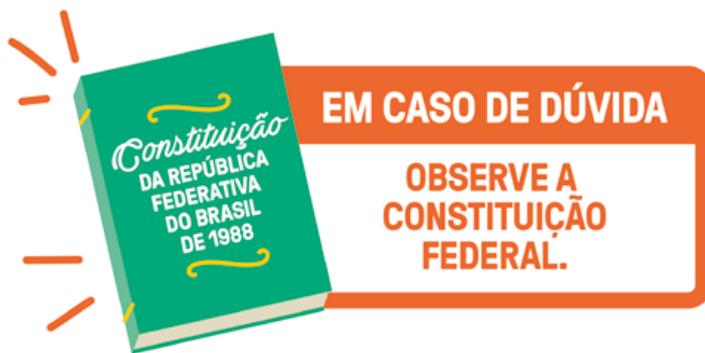
**NUNCA** confunda a palavra **DEMOCRACIA** com o termo liberdade de maneira absoluta e ilimitada. E nunca imagine que a **LIBERDADE** é a possibilidade de fazer o que quiser, da forma como bem entender a qualquer tempo e em qualquer lugar. A sociedade tem um manual de instruções que contém princípios e detalhamentos acerca deles. Assim, qualquer liberdade (um princípio) tem limites (as regras). Um filósofo chamado Thomas Hobbes nos conta algo sobre liberdade. Ele diz que preso em uma sala, um sujeito é mais livre que um companheiro acorrentado dentro do mesmo recinto. Enquanto um circula pelo ambiente, o outro está quase imobilizado no seu interior. Para o autor, a partir desse ponto, liberdade é um termo relativo. E ele vai adiante, pois temos limitações, inclusive físicas. Um ser humano não é livre para subir em uma torre, bater asas e voar. O limite, certamente, é seu bom senso ou o chão que o acolherá. Posto isso, nem tudo pode ser dito, feito ou coletivizado, pois existem parâmetros legais.

A mesma lei que garante a liberdade é capaz de limitá-la. Assim, quem defende o uso recreativo de drogas hoje consideradas ilícitas como causa, não poderá utilizá-las. Quem pensa que uma ditadura é melhor que uma democracia, não poderá proferir isso publicamente. O mesmo se aplica, por exemplo, sobre o racismo,

a homofobia, o machismo etc. E existem diferenças nesses exemplos que vamos explorar mais adiante.

Claro que o ideal seria que valores como o respeito à democracia, à tripartição dos poderes, às diversidades na sociedade fossem universais e inquestionáveis, mas não é exatamente isso o que ocorre. Ou seja: infelizmente não podemos partir de alguns aspectos universais porque eles, simplesmente, não existem dessa forma. E para tanto precisamos registrar que a liberdade está garantida com ressalvas. Mas vamos adiante: no campo coletivo eu não posso chamar o crime organizado, ou as milícias, de exercício da liberdade de associação. Certas uniões são legalmente inquestionáveis, outras afrontam a lei de forma absoluta.

Dito tudo isso, atenção: **Participação Política é algo que combina com a liberdade de expressão e associação, mas qualquer liberdade está orientada em limites por leis e interpretações legais.** Assim: leia o manual de instruções para dar início às suas causas de forma legal. Ou seja: observe a Constituição Federal e as interpretações sobre ela.



Mas você pode estar se perguntando: e se eu quiser participar ativamente de uma causa que desafia um parâmetro legal? Não tenho esse direito? Em alguns casos sim, e em outros as coisas não poderão ser explícitas, sendo que parte delas são consideradas ilegais de forma inquestionável e serão punidas. Vamos a exemplos.

Por lei, os brasileiros com menos de 18 anos não respondem à totalidade das punições por crimes que venham a cometer. Isso é o que está escrito, mas existe quem defenda a pauta de redução da “maioridade penal” no país. Esses grupos não têm o direito de defender que, hoje, em um julgamento, o Judiciário puna um jovem de 16 anos que cometeu um delito como se ele tivesse 18 ou mais. Mas esse mesmo grupo da sociedade tem o direito de pressionar o Legislativo para mudar a lei.

Por lei, os brasileiros não podem fazer uso recreativo de uma substância chamada popularmente de maconha. Isso é o que está escrito, mas existe quem defenda a liberação desse produto para venda legalizada. Esses grupos não têm o direito de ignorar a lei e consumir o produto, mas esse mesmo grupo tem o direito de pressionar o Legislativo para mudar a lei.

Por lei, o aborto é algo que trafega no campo da mais absoluta exceção no Brasil. Existem raros casos em que ele é permitido. Isso é o que está escrito, mas existe quem defenda a sua liberação, bem como há quem pregue o endurecimento da proibição. Os dois grupos têm o direito de pressionar o poder público em torno de suas agendas, mas enquanto o primeiro não pode praticar mais livremente, o segundo não pode impedir o Estado de cumprir com os casos em que ele está previsto.

Antes de continuarmos, algo precisa ser dito: acima trouxemos pautas diversificadas de defesas de agendas. No terceiro caso mostramos que uma mesma temática pode ser fruto de conflitos e visões conflitantes. E para mediar tais polarizações, só existe uma saída: respeitar a lei. Assim, o grupo 1 pode pedir a liberação do aborto, assim como o grupo 2 pode pedir sua plena proibição. E não importa aqui em que lado desse debate nós autores estejamos. Percebe? A Participação Política depende de respeito às leis e de garantias limitadas associadas à lógica de liberdades essenciais.

Outro ponto que devemos ter em mente: **causas tendem ao infinito, e muitas delas não nos chamam a atenção, não nos abalam, tampouco nos sensibilizam.** Sobre algumas delas sequer temos opinião formada. Pudera: é muita coisa. Assim, você é livre para ter a sua agenda de temas, assim como nós também somos. Mas vamos adiante em nossa discussão.

A despeito do que seja a opinião pessoal das pessoas sobre a realidade, existem aspectos inquestionáveis que foram decididos ao longo de nossa história e que dificilmente teremos condições de mudar – o que para nós parece algo bem importante. Sobre tais agendas deveria haver compromisso formal do Estado com a formação escolar e formal de cidadãos. Para entender um pouco sobre o compromisso das políticas de educação com a formação política dos indivíduos, leia os capítulos 1.1 e 1.9 desse livro abaixo:



**Livro completo “Ciência política e políticas de educação”**



E vamos a um caso concreto associado a algo de natureza inquestionável:

Um sujeito fez leituras da sociedade onde vive no Brasil, e passou a entender que pessoas com características étnicas diferentes da sua, algo aqui marcado por uma diferença na cor da pele, devem ser tratadas de maneira diferente e inferior. A isso, que é crime, ofertamos o nome de **racismo**. Em nome de sua “liberdade de expressão”, e de sua “liberdade de pensamento”, juntou-se a pessoas que pensam igual a ele e, tendo em vista a “liberdade de associação” criaram um grupo que prega a “superioridade” de suas características étnicas sobre as demais. **Resultado: CRIME.** Em tese, sob a lei vigente que é inafiançável e imprescritível, não terá como sair da cadeia pagando fiança e nunca no tempo, desde que reunidas as provas, esse crime será perdoado sem que seus executores sejam julgados e apenados. Percebe? Existem limites

e dificilmente vamos mudar essa lei – que bom! Do ponto de vista da realidade, sabemos que o Brasil tem severos problemas de racismo, mas também estabeleceu, por pior que seja seu uso no cotidiano para proteger as diferenças dessa natureza, limites legais.

Outro ponto que pode ser interessante. Em nome de uma agenda de valores que deveria ser respeitada paralelamente a quem pensa de forma diferente, grupos extremistas querem impor sua visão de mundo. Um segmento que louva Deus e os valores tradicionais acham que isso é inquestionável. De outro, um segmento que louva o fim do direito à propriedade privada defende radicalmente sua posição. Para tanto, a despeito de como fazem isso do ponto de vista de justificativas ideológicas, ambos os grupos sonham em acabar com a tripartição dos poderes e desejam instituir uma ditadura onde tais pautas se tornem inquestionáveis e absolutas sob a batuta de um líder político ungido. **Isso NÃO é liberdade de expressão, tampouco de associação.** No Brasil, a propriedade privada é princípio legal basilar, assim como louvar a Deus e preservar aspectos conservadores é apenas uma escolha de cada sujeito. Imaginar que tais aspectos tenham caráter universal a ponto de serem impostos em uma ditadura é algo considerado crime, sobretudo se a ideia de regime único que se defende busca tomar todo o poder de assalto por meio de um golpe. Isso é inquestionável e criminoso.

Dito isso, esperamos que tenha sido possível notar que para além das nossas liberdades de expressão, pensamento e associação, **a Participação Política deve respeito às leis, mesmo pregando algo que pode sugerir as mudanças de parte das regras.** Aqui devemos lembrar outro filósofo, **Jean-Jacques Rousseau**, que nos disse: numa sociedade que constrói conjuntamente suas leis, existem até mesmo regras para a mudança das leis. Resultado: nada se toma à força, de assalto ou por meio de golpes, e nem tudo o que se pensa é publicamente defensável e legalmente aceito de ser apresentado como pauta para mudança. É assim que prega a ideia de Democracia.

Existem princípios, liberdades limitadas e leis formais. Mas a pergunta que devemos fazer a partir daqui: e a Participação Política? Perfeito. Vamos lá. **A trataremos como a ação concreta, dos mais diferentes modos, capaz de respeitar aspectos de ordem legal e associada a uma determinada pauta, a uma dada agenda.** Para tanto, será possível notar dentro do desenho de nossa democracia, que tal participação pode ser legalmente exigida do cidadão, ou a ela pode aderir quem desejar. Vamos a mais um exemplo:

No Brasil adotamos, faz décadas, o **voto compulsório**. Isso significa que todo cidadão tem que dizer para a justiça eleitoral onde ele estava no dia da eleição. É exatamente isso: no Brasil não existe a obrigação de votar, mas sim de prestar contas ao Estado sobre sua existência naquele dia. Isso pode ser feito em uma cidade que não seja aquela onde você está inscrito como eleitor, e atende pelo nome de justificativa. A lógica é a seguinte: “estou aqui para dizer que não pude estar no local onde eu deveria votar”.

Outra opção: no dia não foi possível sequer estar num local oficial para se justificar. Perfeito: você terá algumas semanas para fazer isso gratuitamente, comparecendo a um cartório eleitoral. E se essa data for desrespeitada, terá que se justificar e pagar uma multa. A não realização de qualquer desses passos incorre em problemas mais agudos associados à não tomada de posse de cargo em caso de aprovação em concursos públicos e mesmo à não obtenção de passaporte para viagens internacionais. Qual o resultado mais esperado? As pessoas, na imensa maioria dos casos, comparecem às urnas e votam.

Existe, aqui, quem diga que isso é um assalto às liberdades individuais e que esse caráter obrigatório descredencia a característica de democracia ao nosso sistema eleitoral. Nada mais errado. Vamos separar as coisas. O **voto facultativo**, opcional, pode ser uma pauta muito interessante para a sua Participação Política. Você é livre para pregar essa bandeira e vai encontrar muita gente nessa

causa. Mas essa decisão, mantida na Constituição de 1988, que oferta ao voto caráter compulsório, foi tomada em ambiente democrático de forma absolutamente legal. **Assim: ela não afronta a democracia, pois foi democraticamente definida. Bem como democraticamente você é livre para defender mudanças nesse caso.** Perceba: democraticamente uma sociedade pode obrigar alguém a algo, ou punir os não executores de determinada exigência. Somos obrigados a fazer testes para obtermos autorização para dirigir veículos automotores, somos obrigados a pagar impostos, somos obrigados a respeitar limites etários de consumo de álcool e tabaco, bem como devemos respeitar a lei do silêncio, os limites de construção de edificações etc. As leis impõem centenas e centenas de parâmetros.

Notou que o voto, exercício mais simbólico e emblemático da ideia de Participação Política, é algo quase que exigido pelo Estado brasileiro? **E quem é o Estado? Somos nós.** A reunião dos indivíduos de uma dada sociedade em torno da ideia de uma lei comum, alguns símbolos nacionais, fronteiras delimitadas etc. Pronto.



Mas é possível ir além do voto para pensarmos em Participação Política numa sociedade democrática? Evidente que sim. Vamos lá: o voto é apenas uma expressão comum do que chamamos de democracia representativa. Por meio dele, garantido o sigilo de minha posição, eu digo o que desejo para a minha realidade em meio ao que querem, com igual peso, tantos outros cidadãos como eu. Mas posso ir além nessa lógica de atuação: posso fazer campanha para uma candidatura, posso defender um partido, posso me expressar ao longo do processo eleitoral,

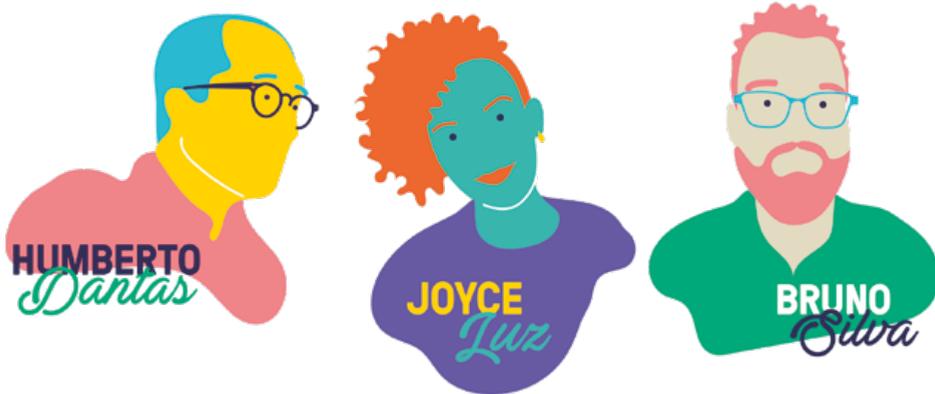
tenho o direito de me vestir com cores e adereços simbólicos no dia do pleito e assim por diante.

E posso ir além de tudo isso. Posso, para além das eleições, selecionar agendas e defesas perenes, a despeito de candidaturas e partidos. Posso aderir à causa por melhoria nas condições de uma política pública atrelada a um direito social: por melhores condições no atendimento básico em saúde, por exemplo. Ou posso me associar em torno da defesa de uma característica como a sexualidade, o gênero e tantas outras agendas que diferenciam as pessoas e merecem respeito sob a lógica do convívio democrático. Notou?

**É sobre isso que estamos falando aqui: a respeito da atuação de pessoas, de forma mais ou menos estimulada, em torno de assuntos, agendas, causas e temas de seu interesse.** Nós três, por exemplo, que escrevemos esse livro, o fizemos a partir de nossa agenda de Participação Política. Quando pensamos em colocar uma causa em nossas vidas, fomos impactados pela realidade, pelas nossas formações acadêmicas e pelas crenças de que alguns valores são essenciais. A partir disso, nos juntamos e nos tornamos educadores políticos que explicam a lógica da democracia para milhares de pessoas. Nossas estratégias são simples: cursos livres, ativismo nas redes sociais, lançamento de livros, participação em movimentos, palestras, ocupação de espaço em meios de comunicação etc. Isso mesmo: a política, e a democracia, são as causas maiores de nossa Participação Política. E fazemos isso juntos, ou separadamente, de diferentes maneiras. Coincidentemente, ou não, **Bruno Silva, Joyce Luz e Humberto Dantas** são cientistas políticos e diretores de uma organização chamada **Movimento Voto Consciente**. Percebeu?

Adicionalmente, Joyce atua como educadora política numa ONG chamada **Oficina Municipal**, assim como Bruno. Ele, e Humberto, escreveram um livro sobre o Poder Legislativo Municipal entendido como o ambiente político formal mais próximo dos cidadãos. Joyce e Humberto coordenaram um livro sobre Ciência Política, e Humberto escreveu

sozinho dois outros títulos da coleção desse nosso livro aqui. Os três, juntos, estiveram por anos em escolas públicas da Grande São Paulo falando sobre política para estudantes do Ensino Médio apoiados pela **Fundação Konrad Adenauer**, e escrevem num blog chamado **Legis-Ativo** no portal do jornal O Estado de S. Paulo, cujo objetivo é compreender a partir de análises a importância do parlamento em nossa realidade. **Esses somos nós e a nossa causa comum.**



A partir disso, algumas perguntas para você refletir:

- Você tem uma causa em sua vida? Qual?
- Atua nela de alguma maneira? Como?
- Está com mais pessoas nessa agenda? Quem?
- Quais estratégias utiliza para avançar?
- Consegue identificar atores que possam agir em redes mais amplas?
- Consegue identificar ameaças à sua agenda?

Vamos voltar ao exemplo desse trio de atores: temos a defesa da democracia como causa, agimos nela a partir de ações de educação, nossa estratégia é procurar instituições que valorizem nossa agenda e a partir disso trabalhamos na geração de conteúdos atraentes. Identificamos dezenas de organizações, dentre elas até mesmo instituições públicas e empresariais, para além do terceiro setor, e milhares de cidadãos como nós, que defendem esses princípios. Mas infelizmente, temos algumas ameaças. Em alguns casos o medo de o brasileiro falar sobre políti-

ca, nas escolas, de forma democrática, nos impede. Alguns políticos entendem que esse tema não deve fazer parte da formação dos brasileiros, por mais que as pesquisas mostrem que os jovens demandam conteúdos e que tais assuntos estejam garantidos e sejam exigidos por lei desde o começo do século XX. Por fim, infelizmente, reconhecemos que em algumas escolas a educação política desejada se transforma de forma pouco responsável em doutrinação puramente ideológica e singular - não é incomum que professores defendam suas posições como verdades, e existem exemplos em todos os campos ideológicos. A saída aqui é amadurecer, e nunca desistir de levar adiante ideias essenciais. Percebeu? Aqui temos um resumo do que nos mobiliza. Dito isso, vamos seguir com um convite muito especial:

A partir de agora você que entendeu o que estamos chamando de Participação Política vai adentrar na nossa leitura sobre NOVE formas diferentes de atuarmos. Isso mesmo, vamos trazer exemplos de grandes temas, e dentro de cada um deles, uma série de casos concretos que atestam o quanto podemos nos envolver com o universo das nossas causas. Vamos partir da ideia de que estamos democraticamente prontos para conviver com quem pensa diferente, mediados nas discordâncias e nas estratégias de ação pela regra e pelos limites às liberdades das quais fazemos uso.

Diante de tal convite, utilizaremos a seguinte ordem:

- 1.** Vamos falar sobre a Participação Política no terceiro setor, ou seja, nas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos;
- 2.** Trataremos da ideia de Participação Política em ambiente escolar;
- 3.** Vamos abordar a atuação de instituições internacionais em se tratando de Participação Política;
- 4.** Vamos mostrar como o ambiente tecnológico e virtual permite o desenvolvimento de canais específicos de Participação Política;
- 5.** Traremos exemplos de como os direitos civis, que nos caracterizam ou surgem como opções às nossas vidas, são temas essenciais à Participação Política;

6. Faremos o mesmo com os direitos sociais e as agendas de Participação Política;
7. Ilustraremos como as empresas podem aderir a causas associadas à ideia de Participação Política;
8. Ilustraremos o papel dos meios de comunicação na Participação Política;
9. Fecharemos mostrando que para além do voto, governos e o Estado garantem e buscam aprimorar a ideia de Participação Política.

Venha conosco nessa caminhada, tenha a mais absoluta certeza de que desejamos consolidar a ideia de que diante de um desafio que te desperta atenção você poderá se transformar, ou se fortalecer, como agente de uma causa capaz de lhe estimular a: **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**.

### *Uma nota importante:*

Tudo, ou praticamente tudo, o que está contido nesse livro sobre Participação Política, associado às mais diferentes causas, exemplos e estratégias, pode se tornar facilmente pauta para os partidos políticos se organizarem e promoverem seus discursos, campanhas, e compromissos com a sociedade. Note que não trataremos dos **PARTIDOS** nesse livro por uma razão simples: a eles estão associados os pensamentos de muitas pessoas quando pensam em atuação e participação política. Concordamos com isso, e não olhamos negativamente para essas organizações. Elas são essenciais, organizam territórios políticos e devem ser cobradas, aprimoradas e observadas com muita atenção por todos nós. Muitos dos partidos brasileiros possuem, inclusive, grupos específicos associados a parte do que veremos aqui. Eles discutem políticas públicas, têm posicionamentos sobre questões do cotidiano, representam causas e se subdividem em segmentos. Várias legendas têm espaços específicos para mulheres, jovens, negros, trabalhadores, empreendedores etc. Assim, não deixe de considerar que o seu lugar na política pode estar atrelado a um partido de sua preferência. Mas aqui nosso desafio vai além de

olhar para essas organizações. Aqui queremos reforçar a ideia de que causas coletivas, inseridas no universo da sociedade, estão associadas à **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**, ou seja: goste ou não dos partidos, do sistema eleitoral, da lógica de representação democrática, você que tem ou busca uma causa atua politicamente. Os partidos apenas buscam, alternativamente e contendo o monopólio da representação eleitoral no Brasil, organizar parte disso. •



## PARTE 1

# O TERCEIRO SETOR E SUAS MÚLTIPLAS CAUSAS

### A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

sobre a qual falamos na parte anterior são fundamentais para entendermos o papel do Terceiro Setor. Ele recebe esse nome tendo em vista que **o Primeiro Setor é o público**. As organizações públicas de nossa sociedade que não têm como finalidade o lucro. São instituições que existem para organizar a burocracia estatal, fazer valer as leis e consolidar direitos em forma de serviços públicos. Não “ter lucro” não significa que não se arrecade. O Primeiro Setor recolhe impostos, paga seus servidores e tem uma enormidade de despesas e receitas.

Para chegarmos ao Terceiro Setor ainda temos **o Segundo Setor. Aqui estão as organizações privadas** cujo objetivo, a despeito do ramo de negócio que atuem – se indústria, comércio, serviço ou agricultura – tenham como objetivo lucrar recursos. O lucro, como aprendemos facilmente em aulas de economia, é um excedente colocado no preço que transcende o custo de uma mercadoria, por exemplo. E esse valor fica, em tese e em grande medida, para quem empreende – para sócios, proprietários e, por vezes, para funcionários como reconhecimento de um esforço em torno da busca por um dado resultado. Temos aqui os bancos, as grandes produtoras, mas igualmente o pequeno comércio, e até mesmo o rapaz que vende pipoca no carrinho na porta da escola

e a senhora que comercializa seus bolos caseiros na estação de trem, por exemplo.

Chegamos assim no **Terceiro Setor: organizações privadas, que podem ser associações das mais diversas, expressando a liberdade de as pessoas se unirem em torno de um tema, que não têm o objetivo de lucro** – aqui também devemos lembrar que isso não significa que não possam arrecadar a partir de serviços, produção e comércio. Bem como, muitas delas costumam ter pessoas empregadas.

Quando legalmente constituídas, isso está expresso em seus documentos: “organização privada sem fins lucrativos”. As **ONG – Organizações Não-Governamentais** estão aqui, assim como tantas outras entidades como sindicatos, organizações religiosas, cooperativas etc. Claro que sobre toda essa divisão cabem questionamentos e, por vezes, perguntas sobre seus verdadeiros fins. **Mas uma coisa precisa ficar absolutamente evidente: um Terceiro Setor diversificado, livre e pujante mostra a capacidade de uma sociedade se organizar livremente em torno de ideias plurais.** Aqui precisamos respeitar, minimamente, o direito de as pessoas aderirem a causas diversas. Percebeu? Voltamos para o capítulo anterior, retornamos para a sua liberdade de, a partir de um interesse pessoal em algo de impacto social, se juntar a tantas outras pessoas em torno de uma visão de mundo.

Uma organização do Terceiro Setor é uma forma de olharmos o mundo a partir de uma perspectiva associada a uma causa. Essa causa, inclusive, pode ser a mesma de tantas outras e dividir entidades em olhares distintos sobre aquele mesmo tema. Tome como exemplo o aborto, causa delicada em uma sociedade cristã tradicional e, ao mesmo tempo, sintonizada numa lógica que se pretende progressista. Existem entidades que são absolutamente favoráveis à defesa do aborto, como termo de liberdade da mulher diante de uma gravidez que ela, e seu entorno, não desejem. Assim como há um conjunto de organizações que se colocam totalmente contrária a tal prática, alegando que a partir do instante em que a vida é concebida no ventre da mulher, ela deve ser

protegida pelo Estado, tendo a mãe o papel de proteção e a garantia de que dará a luz. Essa temática é extremamente complexa e já foi tema de debates intensos ao longo do processo constituinte brasileiro em 1988, bem como apareceu com muita intensidade nas eleições de 2010, dividindo os candidatos que foram ao segundo turno naquele pleito.

Importante lembrar, como afirmamos na primeira parte, que **nem toda associação de pessoas em torno de uma causa é considerada lícita**. Assim, as liberdades não são ilimitadas. Uma milícia não é um grupo legal em torno de uma causa, é um grupo criminoso. A vontade de as pessoas se juntarem tem fronteiras, e a elas damos o nome de lei. Para termos uma dimensão desse universo de organizações do Terceiro Setor no Brasil, o **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, faz pesquisas periódicas sobre o tamanho desse universo no país. Detalhes podem ser conhecidos no link abaixo, e o levantamento se chama “FASFIL – As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil”:



**As Fundações Privadas e  
Associações sem Fins Lucrativos  
no Brasil - IBGE**



Em resumo, note que estamos tratando, em 2016, a edição mais recente divulgada, de 236.950 instituições no Brasil. O que preocupa aqui é que em 2010 passávamos de 280 mil, e em 2013 ainda tínhamos mais de 275 mil. Instituições do Terceiro Setor fecham, e por vezes isso ocorre por falta de recursos, mas também por desmobilização em torno de determinadas causas ou por algum tipo de perseguição ou censura – o que em tese, se a organização está dentro da lei, é inadmissível. Não podemos deixar de considerar que entidades desse tipo também conquistam algo que desejavam e fecham as portas por terem atingido objetivos. Ou alguns temas perdem força e passam a ser esquecidos.

A notícia boa trazida pelo levantamento é: mesmo com a redução no total de organizações, que precisa ser entendido de forma mais deta-

lhada na leitura dos relatórios, o volume de gente empregada nesse tipo de instituição cresceu: de mais de 2 milhões de brasileiros em 2010, para quase 2,3 milhões em 2016 – isso significa cerca de 1% de toda a população do país trabalhando de forma remunerada nesse tipo de entidade. **Não podemos desprezar a força econômica, para além da relevante contribuição social e política do Terceiro Setor.**

Diante de tudo isso, dessa caracterização de nosso setor privado sem fins lucrativos, devemos nos perguntar: **o que isso tem de relação com a ideia de Participação Política que defendemos até aqui? Resposta: absolutamente tudo.** Você é livre para ter suas preocupações civis, políticas e sociais. Encontra pessoas que pensam como você e, juntos, resolvem fundar uma entidade para a defesa de sua causa, ou aderir a algo que já existe. Viu? **Causa!** Lembra dessa palavra no capítulo anterior?



Pois bem, em torno dela vocês resolvem se formalizar como entidade sem fins lucrativos. Existirá uma burocracia (a tal “burocra”!) aqui, mas vocês vão adiante e se firmam. As organizações podem ser absolutamente voluntárias e não movimentar um centavo sequer, ou podem produzir algo na forma de produtos e serviços. Se tudo estiver dentro da lei, e a causa fizer sentido na lógica das dinâmicas sociais que destacamos no capítulo anterior, então poderemos dizer que existe Participação Política no seu cotidiano pessoal e organizacional. Nós três autores deste livro, por exemplo, temos uma querida amiga que milita em

movimentos que tratam do direito da mulher em torno de igualdade de condições sociais, políticas e econômicas. Essa causa te sensibiliza? Se sim, a pergunta seguinte é: a que ponto? Você apenas simpatiza ou se envolveria com ela? Voluntária ou profissionalmente? Conhece organizações que atuam nesse tema? Se afeiçoa à forma de ação de uma delas, mais do que de outras? Se a primeira resposta for não: o que deve ficar é o respeito à liberdade alheia de se organizar. Mas você também pode ter alguma resistência a tal tema a ponto de pensar em criar algo que trate de se contrapor. Nesse caso é difícil acreditar que alguém seja contra o protagonismo feminino na sociedade do século XXI, mas se a ação estiver dentro da legalidade, nos restará tentar entender que argumentos serão utilizados aqui.

Agora que temos alguns exemplos sobre temas e ações, queremos te mostrar aqui um caso concreto de causa que guarda relação com a lógica do Terceiro Setor e a essencial Participação Política da qual tanto falamos. O exemplo será de uma das organizações responsáveis por esse livro – que na verdade é uma série de publicações de educação política que tem neste volume seu quarto exemplar, totalmente gratuito e aberto nos meios virtuais. Vamos lá.

Estamos falando aqui do **Movimento Voto Consciente**, organização nascida em 1987 em torno de uma narrativa que vamos contar logo. Mas antes, entenda o contexto histórico:

Os anos 80 do século XX são tratados como a “década perdida” por quem olha exclusivamente para a economia. Esse termo nos incomoda e deveria sempre vir acompanhado de um aposto verificador: “Década Perdida, do ponto de vista econômico”. Notou? Dizemos isso porque entre 1980 e 1989 reconstruímos, ou construímos, todo o ambiente para o funcionamento de nossa democracia no Brasil. Começamos o período imersos numa ditadura militar e terminamos elegendo diretamente um presidente da República, algo que em 1991 poderia ter completado 30 anos sem acontecer no Brasil. Note: nos anos 80 mudamos o curso de nossa história de maneira absoluta.

Em 1979 tivemos a lei de Anistia Política, permitindo que exilados voltassem ao país, e colocando presos políticos em liberdade. Em 1980 demos início a um processo de maior liberdade para a organização dos partidos políticos. O bipartidarismo artificial do regime ditatorial foi flexibilizado. Alguns dizem aqui que o objetivo era apenas enfraquecer o MDB, principal legenda de oposição à época. Mas a despeito disso, conferiu-se maior liberdade à realidade política. Em 1982 voltamos a eleger diretamente governadores em todos os estados brasileiros, algo que ocorreria novamente em 1986, 1990 e assim sucessivamente de forma ininterrupta e quadrienal desde então. Em 1983, os deputados e senadores eleitos no ano anterior tomaram posse e em meio à sensação de que a ditadura perdia legitimidade para grandes parcelas da sociedade, deram início a tentativas de reorganizar a Constituição de 1967 a ponto de permitir eleições diretas para presidente da República. A emenda Dante de Oliveira começou a tramitar buscando essa garantia, e com ela nasceu o maior movimento de massas da história desse país em termos de percentuais mobilizados da sociedade: o **Movimento Diretas-Já**, que pedia eleição direta para o cargo de presidente e vice-presidente da República. Percebeu? Aqui existia uma lógica absoluta de Participação Política em torno de um interesse que mobilizou milhões de brasileiros. Foi assim entre 1983 e 1984, mas o Congresso Nacional derrubou a matéria, ou seja, não a aprovou. Em 25 de abril de 1984 notamos que isso não daria certo, a aprovação não tinha a quantidade suficiente de votos para vencer as exigências legais no Legislativo, por mais que fosse apoiada por uma determinada maioria de deputados, e mobilizasse contingentes imensos nas cidades, de forma pacífica em comícios.

Quer conhecer mais sobre o Movimento Diretas-Já? Assista ao documentário do Senado:



**Diretas Já – O grito das ruas -  
TV Senado**



Em 1985, mesmo indiretamente, o Brasil elegeu um presidente da República civil, e do partido de oposição ao regime ditatorial. O mineiro Tancredo Neves, tendo como vice o maranhense José Ribamar Sarney, foi o escolhido pelo PMDB. O problema é que às vésperas de sua posse teve problemas graves de saúde que o levaram à morte. Sarney assumiu em clima de incertezas, mas governou o Brasil até o fim de seu mandato. No ano seguinte, em 1986, novas eleições estaduais escolheram, além de governadores, os deputados estaduais, os federais e os senadores. Esses dois últimos cargos foram responsáveis, em 1987, pela instalação da **Assembleia Nacional Constituinte**, que deveria construir a nova Constituição Federal do Brasil. Os deputados estaduais tiveram incumbência semelhante nos seus respectivos estados em torno das constituições estaduais. **Em 1988 nascia a Constituição Cidadã, no dia 05 de outubro, depois de amplo processo participativo envolvendo milhares de causas e milhões de pessoas em todo o país.** No ano seguinte, em 1989, o Brasil elegeu diretamente seu presidente. O escolhido foi Fernando Collor de Mello (PRN), ex-governador de Alagoas, afastado do poder em 1992 por acusações de corrupção, no primeiro processo de impeachment conhecido em países presidencialistas até então no mundo. Com um detalhe: antes de o procedimento se esgotar, o político renunciou ao seu cargo presidencial.

Quer conhecer mais sobre o processo constituinte brasileiro? Assista diferentes documentários sobre o assunto:



**A Constituição da Cidadania -  
Documentário completo**





**Constituinte 1987-1988 (2012) -  
de Cleonildo Cruz - Filme completo**



**Cartas ao país dos sonhos -  
Documentário completo**



Como chamar essa trajetória de “década perdida”? Pois bem, **em 1987 nasce o Movimento Voto Consciente**. Vamos relatar essa história:



Foi a Constituição de 1988 que nos devolveu a liberdade de associação e expressão. Em 1987 a Constituição de 1967 fazia 20 anos, traduzindo um regime ditatorial que suprimiu direitos civis fundamentais. **O documento de 1967 falava em direitos e garantias individuais apenas a partir de seu artigo 150 de forma questionável, enquanto o de 1988 garante isso já em seu artigo 5º de forma mais explícita e ampla.** Ainda assim, **um grupo de senhoras** que moravam em São Paulo e se reuniam para eventos sociais resolveu se perguntar, em meio à efervescência política da época: “o que fazem os vereadores de nossa cidade? Fala-se muito na política nacional, na democracia, mas esses sujeitos que nos representam aqui no ambiente da cidade, fazem o quê? Quem os fiscaliza? Quem pergunta a eles o que têm feito?”

A partir de tal incômodo, que podemos chamar de primeiros passos para a consolidação de uma causa de impacto social, resolveram visitar a Câmara Municipal de São Paulo, no centro da capital. Entravam nos gabinetes e perguntavam: “o vereador está? Podemos falar com ele? Somos mulheres paulistanas e queremos entender o que fazem”. Isso à ocasião era absolutamente incomum, e ao mesmo tempo em que encantou muita gente, sobretudo a oposição à prefeitura e a setores da imprensa, incomodou quem até então se julgava incontrolável, inquestionável e intocável. **Não faltaram ameaças, processos e toda sorte de intimidação. Mas também não faltou reconhecimento e muito aprimoramento.**

A partir de tais visitas era necessário organizar as informações colhidas. Isso exigia duas ações urgentes: entender, legalmente, como funcionava o parlamento e sistematizar algum tipo de método de trabalho para facilitar o contato com a sociedade em geral, inclusive estabelecendo parcerias com organizações internacionais que agiam dessa forma e em torno desse tema. **Em resumo: aquelas senhoras queriam prestar um serviço voluntário de utilidade pública que tinha o olhar sobre nossos políticos, de forma transparente, como tema central de sua Participação Política.**

A partir disso passaram a frequentar a Câmara regularmente com um grupo imenso de voluntárias. E o trabalho se espalhou por outras dezenas de cidades ao longo dos anos. Nascia o Movimento Voto Consciente, ou MVC como o chamamos de forma mais rápida, como instituição formal do Terceiro Setor com o intuito evidente de valorizar e cobrar a atividade de representação parlamentar. Para o amadurecimento das ações, uma série de atividades extras foi incorporada. Por exemplo: aquelas senhoras notaram que precisariam de advogados para lhes defenderem em processos, seria necessário gente que cuidasse da administração da entidade, pessoal que pensasse em estratégias de comunicação, métodos sólidos de avaliação dos parlamentos etc. Esse é um ponto essencial: ao longo de muitos de seus primeiros anos o MVC soltava

listas de avaliação de parlamentares com notas avaliando seus trabalhos. Esse sempre foi um trabalho difícil, respeitado por muitos, criticado por tantos outros. O desafio era tão significativo que até um livro sobre como avaliar parlamentos foi lançado em 2013. A obra, aberta, impactou diversas cidades que já avaliavam essas atividades, ou passaram a avaliar. Veja o livro no site:



### Livro “Voto Consciente - De Olho no Legislativo”



A deslegitimação da política e a oferta de informações em sites dos parlamentos fíndou enfraquecendo o trabalho de acompanhamento local dos parlamentos por parte de voluntários. Mas isso não tirou do MVC seu valor. Primeiro por conta de um histórico de anos em torno do Legislativo. A capacidade de atrair gente comprometida com as causas da democracia foi imensa. Ademais, algo merece atenção: **historicamente a entidade trabalhou com a Educação Política como princípio basilar de sua atuação.** Não bastava olhar os parlamentos, era absolutamente essencial realizar ações educativas. E foram milhares de atividades, tais como palestras, cursos, publicações, materiais de educomunicação, envolvimento em redes internacionais, pesquisas etc. Esse livro, por exemplo, que faz parte de uma coleção sobre a qual já falamos é parte dessa estratégia. E assim a história do MVC vai sendo escrita e contada.

O que fica de mais importante nesse capítulo sobre o Terceiro Setor como um local absoluto e essencial à Participação Política? **Ele é o símbolo maior da união de liberdades de expressão agregadas em torno da liberdade de associação para o enfrentamento de causas, transformação da realidade, manutenção de garantias etc.** Trata-se do espaço do debate plural, das aproximações e dos enfrentamentos democráticos. Tudo isso porque pessoas elencam prioridades atreladas

à realidade, se encontram, pensam juntas, formalizam seus desejos, organizam suas pautas. É assim com nós três que escrevemos esse livro. **A educação política e a valorização da democracia são as nossas causas.** O Movimento Voto Consciente, de onde somos diretores, é a instituição que nos permitiu colocar sob um mesmo lugar as nossas vontades e leituras de mundo em relação a essa realidade, e esse livro é apenas uma das formas que encontramos de provocar, estimular, educar e agir em torno de nossas crenças. Está gostando? Simples então: dissemine, espalhe, use o material. Nada do que está aqui te sensibiliza? Para nós é uma pena, mas entendemos perfeitamente. Nem tudo o que é causa organizada na sociedade conta com nossa simpatia ou reconhecimento. Isso é da democracia e da convivência. Mas tem mais: não concorda com nada do que escrevemos aqui? Ou gosta do tema, mas não concorda com a forma e as estratégias aqui empregadas? Dentro dos limites do que é legal, do que a lei estabelece, faça de outra forma ou busque contrapontos para mostrar que nosso trabalho não segue o caminho correto. Mas atenção: que ajamos todos dentro do que estabelecem as regras, ou que se lute para mudá-la pelas vias formais. Lembra de Rousseau? Numa sociedade que constrói junta a realidade das regras que a orienta, devem existir leis para a mudança das leis vigentes.

Terminamos com um último ponto: a história do Movimento Voto Consciente te inspirou? Você consegue fortalecer sua visão sobre uma determinada causa pela qual possa exercitar sua Participação Política? Note algo: os três autores deste livro têm idades diferentes. Quando o MVC nasceu, Humberto Dantas tinha apenas 12 anos, e a avó de um grande amigo dele estava entre as fundadoras, e sempre o inspirou a conhecer a organização. Mas ele só se aproximou da entidade em 2002. Joyce Luz e Bruno Silva sequer tinham nascido em 1987. Os três se uniram em diferentes ações da vida, e não precisaram fundar nada, inventar nada. A causa da Democracia, da educação política, da valorização do Poder Legislativo já existia. A entidade já estava constituída. E hoje eles são diretores da organização. **Muito do que desejamos fazer na vida em termos de participação já existe.** E antes de sonharmos em inventar a roda, talvez seja interessante pesquisar e observar como

podemos nos juntar, como devemos atuar em conjunto e, obviamente, como é possível mudar, transformar. Assim, um último ponto:

Quando Humberto chegou ao MVC sentiu falta de três coisas que entendeu que poderia ajudar. Os voluntários que davam atenção à imprensa e aos pedidos de entrevistas nem sempre estavam dispostos a enfrentar algumas pautas. Ele sonhava em ser jornalista, estudara Ciências Sociais, e passou a se relacionar muito com os meios de comunicação que se aproximavam do MVC. Além disso, sentia falta de um método mais concreto e sólido de acompanhamento do Legislativo. Nunca atuou nas casas parlamentares que a organização visitava, mas sentia falta de um método. E ajudou a construir essa narrativa em 2013 com o livro que mostramos acima. Por fim, algumas palestras eram ofertadas gratuitamente em empresas, mas a entidade precisava de recursos para suas estratégias. Era necessário ter um bom site e levar adiante algumas ações fundamentais. Assim, por que não cobrar pelas palestras? E isso tem sido feito faz alguns anos.

O resultado de todo esse trabalho é possível de ser encontrado no link abaixo e busca retratar cerca de 35 anos de história. Assim como o enfrentamento de causas diversas estão presentes, em forma de Participação Política, em mais de 235 mil organizações do Terceiro Setor segundo a pesquisa que trouxemos do IBGE. Divirta-se, enfrente, lute, se organize e atue. A sua Participação Política é sinônimo maior de sua vontade e capacidade. •





## PARTE 2

# POLÍTICA NA ESCOLA COMO CONTEÚDO DE EDUCAÇÃO

### **A DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA NAS ESCOLAS TALVEZ SEJA UMA DAS GRANDES POLÊMICAS**

as-  
sociadas à ideia de educação em nossa realidade. Desde o começo do século XX, isso mesmo, faz mais de 100 anos que o Brasil assumiu o dever de formar cidadãos nas salas de aula. Os conteúdos e formatos variam muito, por uma série de razões. Primeiro porque a educação avança nesse período e se transforma. Segundo porque existe uma verdadeira batalha de leituras sobre o que significaria ter “política na escola”. Termos como “educação cívica”, “educação para a democracia”, “Letramento político” etc. causam polêmicas e geram debates acalorados que passam longe do equilíbrio necessário à compreensão estratégica desse desafio. Vamos tentar olhar isso com bastante atenção.

Na Primeira República esses conteúdos eram compreendidos e associados a valores nacionais. Deveríamos aprender a cantar o hino, a identificar e respeitar os símbolos oficiais, a descrever nossa bandeira e seus significados. O objetivo talvez fosse valorizar a recém proclamada República e nos afastar dos ideários do antigo Império que acabou em novembro de 1889.

Com o **governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930**, a realidade se distorceu de maneira aguda. Não estávamos mais falando de um ideal de nação e seus significados, mas buscando louvar um governo. As escolas foram inundadas de propaganda oficial, com materiais de devoção absoluta à figura do presidente da República. O objetivo era legitimar a ditadura varguista e valorizar as ações contadas a partir de uma narrativa oficial de ode a uma pessoa. A censura aos meios de comunicação foi característica notória do período, e a liberdade de expressão que valorizamos inicialmente nesse livro foi deixada absolutamente de lado. **Foi um período importante de conquistas de direitos sociais, mas de sufocamento absoluto das opiniões e desejos que destoassem da agenda presidencial.**

**O período de 1946 a 1964 talvez tenha sido aquele que melhor procurou compreender os desafios de formação de cidadãos e cidadãs a partir de programas e conteúdos oficiais antes da Constituição de 1988.** Apesar de uma série de dificuldades e desafios, falou-se abertamente em uma escola democrática capaz de pregar princípios elementares. A concretização disso, à luz do que sonhamos, talvez nunca tenha sido levada adiante, mas ao menos se discutiu tal característica e buscou-se fazer algo.

O desfecho dessa história, no entanto, todos aqui conhecem: **em 1964 um golpe civil-militar mergulhou o país em mais de duas décadas de ditadura encabeçada por oficiais das forças armadas.** O Brasil foi governado pelos generais que se serviram de conteúdos políticos nas salas de aula para a legitimação de seus princípios autoritários. Perdemos principalmente o direito ao voto direto para presidente da República e governadores, os direitos civis foram cassados, a censura voltou a ser realidade e as escolas foram tomadas por conteúdos que tratavam, oficialmente, de louvar símbolos e gestos governamentais a partir de posições unilaterais acerca da realidade. Educação Moral e Cívica, que já existia sob outros formatos e em outros tempos, e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) foram as formalidades disciplinares da vez. E duraram até alguns anos após a redemocrati-

zação do país nos anos 80 do século passado. A pergunta é: por que terminar com esses conteúdos? Não seria mais fácil atualizá-los à luz da nova realidade política? O compromisso com a democracia e com a cidadania não poderiam ter sido traduzidos em ações formais no interior das escolas a partir do fim da ditadura? Sem dúvida que sim, mas esse debate não é tão simples quanto parece.

Em meados dos anos 90, leis de diretrizes para a educação trataram de confirmar o compromisso do país com a formação desse tipo. A cidadania, a democracia, o sistema político, a lógica de governo, a filosofia política e tantos outros temas dessa natureza foram considerados transversais, e sugeriu-se o ensino em **lógica interdisciplinar**. Mas o que isso tudo significa? Que tais assuntos faziam sentido para diversas disciplinas existentes – História, Geografia, Português etc. – e que juntas elas poderiam tratar dos desafios demandados. Perfeito. Mas conseguimos fazer isso?

Naturalmente as respostas vão variar de acordo com diferentes realidades. Escolas, profissionais da educação, locais do país, redes públicas e privadas, tudo isso pode impor resultados diferentes para esse desafio. Mas no final da primeira década do século XXI a Filosofia e a Sociologia foram trazidas formalmente para as escolas. As disciplinas de estímulo ao pensar poderiam contribuir muito, mas faltam, até hoje, professores formados e especificamente preparados para tal desafio. O pior, no entanto, não é isso. Nas eleições de 2014, os principais candidatos que avançaram ao segundo turno presidencial fizeram severas críticas ao currículo escolar, usando esses conteúdos como exemplo do que existia de mais emblemático ao desinteresse dos jovens pela escola. A Filosofia no Ensino Médio chegou a ser chamada de “penduricalho”. E com as reformas educacionais mais recentes nos aprofundamos na percepção de que **teremos grandes desafios pela frente em matéria de “educar para a democracia”**.

O primeiro deles é: fazer com que as pessoas acreditem ser a escola o lugar para isso ocorrer. E acredite: muitos brasileiros apontam o dedo



para professores e conteúdos, e dizem que se recusam a acreditar na ideia de que política seja conteúdo escolar. Por que isso acontece? Segundo alguns movimentos o problema é que todo educador teria um compromisso com uma vertente ideológica única, e poderiam doutrinar estudantes. Isso é uma tremenda mentira que a ciência já tratou de provar que não funciona bem assim. Por sinal, **a escola é o ambiente onde justamente os valores de casa são confrontados, são apresentados a outros valores, são colocados em debate e pluralizados.** Você sonha que todos sejam iguais na nossa realidade? Isso não existe. Quando vamos à escola, o jeito que nossas famílias enxergam o mundo se encontra com tantas outras formas de percebê-lo num ambiente educativo, plural e seguro. Essa é uma das grandes contribuições da educação para a vida das pessoas. **E a partir disso vivemos a diversidade necessária ao respeito, ao diálogo, ao amadurecimento da democracia.** A política é um conteúdo essencial por isso. Muito mais relevante, por exemplo, que a religião. Explico: Deus é algo em que as pessoas podem ou não crer, e isso não muda a forma como convivemos. Se as pessoas acreditam, são livres para fazê-lo da forma como preferirem em suas realidades. Isso eu tenho apenas que respeitar. Mas na política, as formas diferentes precisam dialogar abertamente, pois no universo democrático é a soma das relações dessas formas distintas de pensarmos a realidade que nos dará o resultado de nossa realidade. Numa sociedade com muita gente que simpatiza com a direita, e com muitos indivíduos que se afinizam à esquerda, sempre teremos

freios e resistências, bem como consensos mínimos e resultados possíveis. **Sem discutir isso, sem conhecer o que pensa o outro, e sem exercitar e me formar nesse tipo de realidade, dificilmente poderei conviver de maneira saudável com meus semelhantes.**

Outro desafio muito importante: quais os formatos pedagógicos, quais os exercícios, quais os conteúdos para que possamos nos formar nesse universo do convívio democrático? Aqui uma ressalva: não existe teoria respeitada sobre a Democracia, desde a Grécia Antiga de mais de 2.500 anos atrás até hoje que não coloque que a educação é pressuposto elementar para o funcionamento democrático. Autores mais pessimistas chegam até mesmo a dizer que um sistema de convívio desse tipo democrático nunca daria certo porque nos falta, justamente, os valores e princípios básicos que a educação não conseguirá nos dar. Mas ainda assim: esses sujeitos falam em educação, preparo, instrução como elementos fundamentais. **E aqui nós acreditamos que com educação política é possível aprimorarmos a Democracia.**



Diante de tal ponto, o que fazemos na escola que guarda relação com a Participação Política que pode nos ajudar a pensar no convívio democrático? Vamos a alguns pontos:

- 1. Mesmo sob resistência existe, sim, conteúdos políticos discutidos em sala de aula.** Aqui é importante verificar que pesquisas mostram que os jovens legitimam a escola como o lugar para esse tipo de discussão e formação, bem como reconhecem que

precisam entender mais sobre o assunto para se colocarem como cidadãos e cidadãos na realidade em que vivem. Assim, o primeiro ponto: algo é ensinado, por mais que possamos melhorar muito esse compromisso. Conteúdos de exames como o ENEM, por exemplo, deixam isso bastante evidente. Se cobram em provas, é porque esperava-se que tivéssemos algo formal em sala de aula.

2. Faz anos que ouvimos falar em organização política de estudantes dentro da escola. A forma mais consagrada para isso, que inclusive é objeto de uma lei federal de 1985, é o **Grêmios Estudantis**. De acordo com sua lógica, trata-se de associação estudantil no interior de cada escola para que os desejos e interesses dos estudantes sejam minimamente organizados. Em muitos estados, e em algumas cidades, isso também virou lei. No interior da escola existem diretores que dão significativo estímulo à realização de atividades dessa natureza, enquanto outros desprezitam a lógica legal e ignoram esse tipo de organização. Infelizmente não é essa a resposta que esperamos, e percebe-se: a formação de grêmios e o envolvimento com a temática são formas absolutamente legítimas e essenciais de Participação Política.



**Veja a lei: L7398**  
**([planalto.gov.br](http://planalto.gov.br))**



Para nos aprofundarmos nesse assunto, pense o seguinte com base no capítulo introdutório deste nosso livro: estudantes são sujeitos que possuem senso crítico. Vivem a realidade da escola e, provavelmente, sabem facilmente avaliar como as políticas públicas de educação lhes são ofertadas. Conseguem dizer se estão recebendo um serviço de qualidade, que depende dele, de seus colegas, dos professores, das estruturas, dos servidores da escola e de tantos outros agentes e condições. **Uma menina, um menino na escola é capaz de dizer se o serviço público atrelado a um direito social elementar funciona bem.** Percebe? **Vamos chamar a Educação de CAUSA.** E a causa Educação pode

ser o tema central de sua percepção sobre o mundo, de suas urgências, desejos e temas de atuação. Isso pode ter uma abordagem muito ampla, ao falarmos sobre o estado da educação pública em uma nação gigante como o Brasil, mas também pode ser uma causa muito específica: como anda a qualidade da educação numa dada escola? Percebe? E a partir dessa causa você pode se organizar sobre algo específico. Um Grêmio Estudantil é uma forma minimamente tradicional e consagrada de estudantes se organizarem e negociarem com a direção da escola agendas de interesse da comunidade estudantil dentro de uma dada realidade. Pronto! Negociar, relacionar, pressionar, ceder, conquistar, solicitar, ouvir. Esses verbos são a síntese da política. **O Grêmio Estudantil é uma organização política dentro da escola.** Um grêmio pode, literalmente: causar.

Mas podemos ir além, e como esse livro tem se concentrado em casos específicos, gostaríamos de apresentar um exemplo adicional aqui. Trata-se de uma iniciativa muito interessante e desafiadora da Controladoria Geral do Estado de Goiás, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Veja que interessante. Trata-se do projeto **Estudantes de Atitude** – e existe ações semelhantes em locais como o Amapá, o Distrito federal, o Mato Grosso do Sul etc. Para entendermos o funcionamento desse trabalho, é necessário compreendermos o que faz uma Controladoria no universo público. Entendo que reproduzir abaixo o que diz a CGE-GO sobre suas atribuições vai facilitar a nossa vida:

A Controladoria-Geral do Estado é o órgão central dos sistemas de controle interno, correição, transparência e ouvidoria, integrante da Administração Direta do Poder Executivo (...) No âmbito da administração pública estadual, cabe à CGE a adoção das providências necessárias à defesa do patrimônio público; ao controle interno; à auditoria pública; à correição; à prevenção e ao combate à corrupção; às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão.

Percebe que o papel de um órgão desse tipo é combater a corrupção, seguir a lei de forma correta evitando danos à realidade pública? Mas pense: será mesmo que esse tipo de atividade consegue estar em todos os lugares ao mesmo tempo? Não se trata apenas de pensar que a CGE vai evitar que alguém faça algo mal feito, mas sim **perceber que algumas coisas que escapam ao seu controle poderiam estar sendo observadas por outros sujeitos. Pelo cidadão, por exemplo!**

Uma escola tem um problema na cobertura de sua quadra, que está em más condições e precisa de um reparo. Se ninguém atentar para isso o dano pode se tornar maior, o telhado pode desabar, isso pode resultar em vítimas e, para além da vida, pode tornar o problema ainda mais caro. **Se um cidadão comum observa o desafio e avisa ao poder público de forma mais célere, economizamos recursos e zelamos de forma mais concreta por aquilo que é nosso.** Mas você vai pensar: isso é problema da direção da escola, e dos servidores da manutenção. Será mesmo?



E se pensarmos numa forma de envolvermos os estudantes numa auditoria cívica? Entenda por **“auditoria”**, a partir de uma definição bastante simples encontrada num blog da escola de pós-graduação UPIS, do Distrito federal, algo como:

“um processo de verificação e análise de atividades desenvolvidas (...) cujo objetivo é examinar se elas estão de acordo com o que foi planejado ou estabelecido”.

Percebe? Será que o estudante não pode, orientado por professores e servidores da escola, se envolver numa espécie de auditoria? No desenvolvimento de uma atividade pedagógica, de formação política, que diga, a partir de um relatório padrão, se a escola está seguindo estruturalmente aquilo que dela é esperado? O termo “cívica” aqui também nos diz muita coisa, pois inspira a ideia de que se trata de um exercício de cidadania.

Veja só: o poder público tem obrigações com a realidade estrutural sob a sua responsabilidade. A Controladoria tem que cuidar da lei, da prevenção etc. Os servidores da educação precisam zelar pela escola. Tudo isso é conhecido, é sabido, está legalmente pactuado. Mas o que esse projeto faz é uma alteração cultural das mais significativas: inspira um conjunto de estudantes, chamados de sujeitos de “atitude”, a mudarem a postura em relação àquilo que é público – que é deles e que eles fazem uso direto. **Eles são inspirados e capacitados para a realização de uma inspeção na escola. E mais: podem propor mudanças. Dizer o que tornaria o espaço da escola ainda mais legal, mais agradável.**

Humberto, um dos autores deste livro, visitou uma escola no final de 2019 que tinha passado por uma ação do **Estudantes de Atitude** pertinho de Goiânia. No fundo do estabelecimento existia uma fossa, e muito mato alto. Aquilo incomodava, era escuro, malcheiroso e pouco aproveitado. Chegava a ser perigoso. Os estudantes envolvidos no projeto, junto com professoras, com a direção e com alguns servidores, promoveram o diagnóstico e propuseram as mudanças que desejavam. Algumas poucas semanas depois, autorizados a intervirem, foram procurar a ajuda da comunidade no entorno da escola. Fizeram do espaço uma quadra de vôlei de areia e uma praça calçada sob uma belíssima árvore que em meio ao cenário degradado ninguém sequer notava que estava lá. O que tiramos de tudo isso?

O estudante passou a conviver com dois sentimentos absolutamente essenciais à realidade sob a lógica da Cidadania e da Democracia: **percebeu a ideia de responsabilidade e de pertencimento.** Quando

fazemos parte de algo público, e sentimos que somos responsáveis por aquilo, nossa relação muda e se aprimora. A partir disso, quando podemos discutir algo sobre a forma que queremos dar à realidade que temos como compromisso, passamos a pensar que pertencemos àquilo. Parece simples, mas tratam-se de valores que precisam ser praticados, vividos, percebidos, testados, disseminados, assimilados. É assim.

Mas tem mais: o projeto goiano funciona sob uma lógica de competição saudável entre escolas. Aqui existe o que no nosso tempo chamavam de gincana, e hoje atende pelo nome de **“gamificação”**. E as realidades mais impactadas recebem prêmios e podem realizar mais desejos a partir do pagamento de recursos a serem investidos nas suas realidades. A vencedora do jogo em 2019, por exemplo, havia construído, em poucas semanas, uma pequena praça e uma biblioteca no pátio. Tudo isso com a ajuda da comunidade, dos estudantes e dos servidores da escola.

Notemos: o ambiente melhora, a lógica cívica se soma à ideia de uma auditoria técnica. A burocracia é complementada pela ação democrática, e as estruturas públicas passam por transformações fundamentais. Diretoras e diretores envolvidos em tais ações relatam que ex-alunos, formados na escola, voltam para ver como está aquilo que ajudaram a transformar. O sujeito sai da escola, mas a escola não sai do sujeito. Ele quer ajudar, tem orgulho do que fez e pode levar esse valor, no longo prazo, para a sua vida. **Esse é o elemento mobilizador mais essencial de um projeto dessa natureza: alterar a relação do sujeito com o patrimônio público, e construir uma ideia mais ampla de cidadania.** A partir disso: como esse sujeito passa a cuidar da rua? Da praça? Do ônibus?

Agora nos diga: **isso não é uma forma de Participação Política?** Assim como o grêmio é a organização estudantil formalizada, a auditoria cívica é a participação prática na tentativa de se chegar a algo comum que seja o resultado do gesto de perceber, sugerir, agir e aprimorar. Aqui temos um exemplo concreto, dentre tantos outros, que mostra como a ação política está presente em nossas vidas. Nesse caso, o Es-

tado de Goiás estrutura o projeto, dá a ideia, e as escolas, mobilizando servidores e estudantes, colocam em prática. O mais impressionante aqui é que **a soma de todas as escolas participantes oferece um mosaico de vontades, impactos e expectativas.** Em 2019, por exemplo, foram pouco mais de 100 escolas envolvidas numa primeira edição, e se em 2020 a pandemia prejudicou as atividades, em 2021 procurava-se envolver cerca de 500 escolas. Consegue imaginar o que seja isso em termos de mobilização?



**Visite o portal do projeto  
Estudantes de Atitude**



E saiba que em uma pesquisa realizada por acadêmicos que buscam entender o impacto desse tipo de ação na realidade de escolas e cidadãos, foram localizadas atividades semelhantes a essas, como já dissemos, em outros cinco lugares espalhados pelo Brasil. Do Amapá ao Paraná, passando por Belo Horizonte, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. •





## PARTE 3

# DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

## JÁ PAROU PARA PENSAR QUE ALGUMAS DAS CAUSAS QUE INSPIRAM A SUA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PODEM SER INTERNACIONAIS?

Isso mesmo: alguns temas são universais, ou têm abrangência ampla, e ao redor deles se constroem grandes organizações que atuam em múltiplos países, em perspectiva internacional.

O exemplo mais fácil de ser percebido gravita em torno da **Organização das Nações Unidas**, a **ONU**, e todas as instituições a ela associadas. Trata-se de um organismo internacional fruto da aliança de dezenas e dezenas de países.

As causas da alimentação, da agricultura e da segurança alimentar, por exemplo, têm a **FAO – Food and Agriculture Organization** sediada em Roma, na Itália, como símbolo maior. Já viu o site deles? Tem até uma base de dados de produção de alimentos no mundo:



**Food and Agriculture Organization  
of the United Nations**



Nessa seara ainda existe o **PMA, Programa Alimentar Mundial**. Entender a complexidade desses organismos é tarefa que exige atenção, mas vale o esforço.

A ONU está envolvida também com a redução da pobreza e valorização dos governos democráticos por meio do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – o PNUD**. Na verdade, a pauta aqui é imensa e trata de muitas outras questões espalhadas em quase 170 países.

Existe ainda um programa específico para o meio-ambiente, o **PNUMA**, e lembremos que os **ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável** –, são conteúdos gestados no ambiente da ONU e espalhados pelo mundo todo. Temos também o famoso fundo **UNICEF**, para tratar das questões associadas ao universo da infância e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Existe a **OIM**, organização que cuida dos desafios da migração de pessoas entre países. Em tempos de pandemia, não podemos deixar de lembrar da **OMS, a Organização Mundial da Saúde** e seus esforços para buscar soluções e organizar agendas em torno da saúde. Ainda existe a **Habitat**, que trata de questões de condições de aprimoramento do universo urbano associado à habitação.

Exemplos aqui não faltam. São organizações, programas e ações em diversos segmentos. Olhar a agenda ONU é pensar na existência de compromissos de governos e atores dos mais diferentes setores e nações em torno de causas que poderíamos, ou deveríamos, considerar praticamente universais, a despeito das diferentes formas de pensarmos e interpretarmos algumas das medidas, decisões e agendas.

Mas as causas mundiais não se restringem à ONU. Existem organizações que se espraiam com suas causas pelo planeta com estratégias e características diferentes. **Estar próximo desses temas e aderir a muitas dessas causas pode ser o símbolo maior da ideia de Participação Política que estamos tratando neste livro.** Isso pode se dar de diferentes maneiras. Tem quem doe dinheiro, regularmente, sem qualquer aproximação e para “ajudar”, ou por crer na relevância de uma ação. É

pouco? Por vezes é o que parece possível na vida de quem escolhe, observa e se desdobra como pode. Isso é Participação Política? Aos moldes do ativismo que estamos pregando talvez fique um pouco distante, mas uma causa financiada se torna mais forte? Certas estratégias demandam recursos? Se SIM, não há como desprezar as ajudas, por vezes absolutamente voluntárias e interessadas, de quem “apenas” aporta dinheiro numa organização ou projeto de natureza social e política.

Em termos mais práticos e próximos no que tange ao universo da participação, **existe quem atue numa causa de forma voluntária** – sem remuneração na forma de salário – **ou sob uma condição assalariada**. Os três autores deste livro se dedicam à causa da educação política para o fortalecimento da democracia das duas maneiras apontadas: em algumas de suas ações ganhando dinheiro para trabalharem, e em outras delas de forma não remunerada – voluntária. E uma coisa precisa ser dita aqui: viver da crença no que acredita é algo que carrega o aspecto positivo do “trabalhar pela causa” e viver das próprias percepções e valores de mundo. O perigo disso é que costumamos ter uma dificuldade imensa de separar o trabalho dos demais prazeres, e por vezes esquecemos de descansar, de dizer “não” e coisas do tipo. Mas deixemos isso para lá. Voltemos às causas.

O **Greenpeace**, por exemplo, é uma organização com atuação mundial que trata de olhar para os desafios de uma agenda ambiental. Os ativistas dessa causa, muitas vezes, são taxados de radicais na defesa de suas percepções, e chegam mesmo a desafiar alguns parâmetros governamentais e estatais em suas estratégias. Aqui existe polêmica grande, e necessidade de compreensão associada também a valores universais, defesas ambientais e aspectos morais. Conhecer o trabalho dessa organização pode ser bem interessante para adensar o seu senso crítico:



**Você conhece o Greenpeace? -  
Greenpeace Brasil**



Outros bons exemplos de organizações mundiais são o **Médico Sem Fronteiras**, ou mesmo a **Cruz Vermelha**:



**Médicos Sem Fronteiras:  
Organização de Ajuda Humanitária**



**Comitê Internacional  
da Cruz Vermelha**



Ambas tratam de aspectos associados à saúde e por vezes estão em zonas de extrema vulnerabilidade social, desafiando questões técnicas associadas a doenças, mas também mazelas causadas por governos corruptos. Conhecer tais causas pode inspirar uma atuação associada a uma causa relevante, que **chamamos aqui de Participação Política mais efetiva – quando o agente está envolvido de alguma maneira mais prática com algum tipo de trabalho, ação ou atividade.**



Antes de adentrarmos num caso específico, **é importante destacar que as religiões têm causas mundiais associadas às suas respectivas fés, convertidas em ações sociais bastante efetivas e disseminadas pelo mundo.** O universo cristão, o ambiente judaico, o espiritismo, e mesmo o mundo islâmico, menos presente na realidade cultural brasileira, são merecedores de atenção pelo desenvolvimento de uma série de programas e ações, muitos deles planetários e de caráter mais humanitário e social.

Não tenha dúvida alguma que o universo de organizações, causas, temas e abordagens tendem ao inumerável. Conhecer parte desse conjunto, filtrar assuntos de seu interesse, olhar para desafios globais e imaginar como você pode atuar, mesmo que localmente, é algo muito especial.

Mas pode um **partido político** estar por detrás de uma causa mundial e se espriar pelo planeta em torno de objetivos delimitados capazes de inspirar a Participação Política? Pois bem, não se trata de um caso comum, mas é sobre esse exemplo que parece interessante nos concentrarmos aqui em nossa publicação. A História nos ajudará a entender as razões desse exemplo, e o presente nos mostrará sua importância e capacidade de gerar impactos.

A **II Guerra Mundial** teve um conjunto derrotado de países onde se destacam a Alemanha, a Itália e o Japão. Quando impõem ao mundo algo como um conflito daquela dimensão, tais atores terminam devastados em diversos sentidos. Um deles está associado a uma quantidade imensa de atribuições e responsabilidades para que possam se reorganizar como nação – sendo importante verificar em que medida conseguirão ser reconhecidos como tal. Com a Alemanha isso não foi diferente, e o preço imediato a ser pago foi imenso – a despeito da possibilidade de afirmarmos que os ganhos futuros também são imensuráveis do ponto de vista da consolidação de valores universais e inspiradores.

A reorganização política dos germânicos passava pela constituição de um acordo “de pós Guerra”. As linhas gerais desses documentos são bastante conhecidas nos livros de História, mas alguns dos seus detalhes nos chamam mais a atenção para aquilo que desejamos tratar aqui. A possibilidade de partidos políticos retomarem suas atividades, ou se criarem em torno de um ambiente democrático que gerou um sistema eleitoral repleto de características que visavam à retenção de movimentos mais radicais, é um dos resultados do que assistimos. E aqui algo inusitado merece

um olhar acurado. **Aos partidos políticos alemães, e ao Estado como um todo, chamado de República Federal da Alemanha, caberia um compromisso plural com a democracia no planeta.** Isso mesmo!

Cada legenda política teria que constituir uma fundação – o que não é novidade para nós brasileiros, pois nossos partidos têm fundações atreladas às suas estruturas – e esses organismos, contando com recursos públicos nacionais, precisariam se espriar pelo mundo pregando uma agenda de valorização da democracia. Perfeito! O fim da II Guerra Mundial fez com que os germânicos se concentrassem no compromisso internacional de valorizar a democracia.

É exatamente isso que você leu: **a Alemanha investe anualmente, faz décadas, milhões de euros em seus partidos políticos, para que além de disputarem eleições e fomentarem a democracia na realidade nacional, organizem suas fundações no mundo para pregarem causas elementares e essenciais de defesa da democracia.** O que poderia parecer algo a ser feito de maneira forçada para “pagar uma dívida” com a guerra, ocorre de forma absolutamente natural e sintonizada com os valores que o país, hoje, prega e defende. Gostou? Interessante, não?

Prazer! A **Fundação Konrad Adenauer**, que publica esse livro e se responsabiliza editorialmente por esta coleção de quatro livros, é a organização vinculada ao partido CDU - Christlich-Demokratische Union Deutschlands, ou se preferir, a **União Democrata Cristã** que governa a Alemanha durante décadas, com raras interrupções, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até 2021. Seu principal ator foi um primeiro-ministro chamado Konrad Adenauer.



**Conheça mais sobre o patrono da fundação: Konrad-Adenauer-Stiftung - Escritório da Fundação no Brasil**





Foi o chanceler fundador da República Federal da Alemanha, após o término da II Guerra Mundial, um período marcado pela reconstrução da Alemanha Ocidental e de sua democracia.

Entendeu? Navegue mais pelo portal da KAS-Brasil e note que lá existem causas! Existe uma agenda de atuação em temas específicos de interesse da organização. Os principais destaques, que nos chamam mais a atenção, são: a **defesa da democracia por meio de ações de educação política**, o **desenvolvimento regional através do fortalecimento da política local (municipal)**, as questões do **debate em torno da segurança nacional** e os **aspectos estratégicos e elementares ligados ao universo ambiental**. Também existe uma estreita colaboração com partidos políticos brasileiros, e nesse caso, os programas de valorização à participação da juventude e das mulheres na política. No caso da KAS, as parcerias mais intensas são com o PSDB e com o Democratas, mas é possível afirmar a existência de uma agenda com ações suprapartidárias e que transcendem os interesses dessas legendas. Ademais, outros partidos políticos alemães e suas fundações estão no Brasil, ou ao menos em outros países do continente desenvolvendo projeto aqui. Parte deles dialoga mais com a esquerda, e outra com a direita. Isso é democrático.



**Konrad-Adenauer-Stiftung –  
Escritório da Fundação no Brasil**



Em 2019, a KAS completou 50 anos no Brasil. Diversos materiais reflexivos e explicativos foram lançados. O vídeo abaixo contém um bom resumo de suas atividades, a partir de sua sede no Rio de Janeiro. As-

sim como o livro, aberto e gratuito, a exemplo da imensa maioria das publicações da KAS, contém relevantes textos e mais da história e dos valores da fundação.



**Vídeo “1969-2019:  
50 anos KAS Brasil”**



**Livro “Democracia, Diálogo e  
Cooperação – A Fundação KAS no  
Brasil – 50 anos”**



Note que interessante: uma fundação presente em mais de 100 países, há mais de 50 anos no Brasil, e que defende a democracia como missão. Do livro acima tiramos a seguinte sentença:

Democracia é mais que uma forma de governo parlamentar, é uma visão de mundo que tem suas raízes fincadas na concepção da dignidade, do valor e dos direitos inalienáveis de cada pessoa humana. Uma verdadeira democracia precisa respeitar os direitos inalienáveis e o valor de cada pessoa humana na vida pública, econômica e cultural. - **Konrad Adenauer**

Diante de tais aspectos, seria possível dizer que o trio que escreve esse livro tem uma causa, e que a partir da Fundação Konrad Adenauer e do Movimento Voto Consciente exerce uma parte de suas atividades de Participação Política com base na ideia de fortalecimento da democracia através de ações de educação política. Esse livro, que faz parte de uma coleção livre e aberta de quatro publicações, é um fragmento dessa estratégia de trabalho. Mas note: quando a KAS chegou ao Brasil, em 1969, ninguém aqui era nascido. Quando o Movimento Voto Consciente surgiu em 1987, o mais velho de nós tinha apenas 12 anos de idade.

Outro exemplo interessante: entre 2008 e 2020 estivemos envolvidos em ações de educação política nas periferias da Grande São Paulo pela KAS-Brasil. Formamos cerca de doze mil jovens em mais de 200 edições de cursos rápidos de três encontros denominados: **Curso de Iniciação Política**. Nessas ações tratávamos dos conceitos de Democracia, Cidadania e Organização do estado brasileiro, e provocávamos os participantes a dizerem o que os motivava em termos de causas políticas associadas às suas realidades e visões de mundo. O objetivo era inspirar uma participação democrática, a despeito de ideologias e preferências políticas. A estratégia pedagógica dá origem ao primeiro livro dessa série:



**Livro “Educação Política” –  
1º livro desta série**



E em 2016 um bom resumo do projeto e das percepções dos estudantes envolvidos foi publicada numa edição da revista científica da KAS-Brasil, a Cadernos Adenauer, por Humberto Dantas:



**Livro “Educação Política no Brasil:  
Reflexões, Iniciativas e Desafios”**



Outros diversos projetos apoiados pela KAS-Brasil têm a questão da **educação política como causa central ao fortalecimento da Democracia**. Pudera, é assim que a organização se apresenta em seu portal brasileiro:

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) é uma fundação política alemã, independente e sem fins lucrativos. Atuamos com base nos valores da União Demócrata-Cristã (CDU), partido político alemão. Promovemos a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos Huma-

nos e a **Educação Política**, bem como a Economia Social de Mercado e o desenvolvimento descentralizado e sustentável.

A parte grifada é por nossa conta, e mostra como nossa Participação Política como autores se encaixa, localmente, no Brasil, num compromisso democrático de uma organização alemã que atua mundialmente com base em suas CAUSAS. •



## PARTE 4

# A TECNOLOGIA E O MUNDO VIRTUAL A SERVIÇO DA PARTICIPAÇÃO

**É IMPOSSÍVEL – OU SERIA UM ERRO GROSSEIRO DE NOSSA PARTE – ESCREVER ESTE LIVRO SEM FA-LARMOS UM POUQUINHO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ERA DIGITAL E VIRTUAL QUE VIVEMOS.**

As denominadas **Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)** trouxeram consigo não só importantes mudanças institucionais, como a criação de novas leis e regulamentações na política – um exemplo aqui é a **Lei de Proteção de Dados** –, como também trouxeram importantes mudanças e novas formas dos indivíduos participarem do debate público e de ocuparem as arenas públicas.

Mas antes de seguirmos com a nossa discussão, que tal entendermos um pouquinho melhor sobre o que são as TICs?

As **Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)** podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos que proporcionam um novo modo de se comunicar. Surgiu, no decorrer da história, no cenário da Terceira Revolução Industrial e foi gradualmente se desenvolvendo a partir da década de 70 e foi ganhando atenção sobretudo na década de 1990. Algumas das maiores características das TICs são a agilidade, a horizontalidade e a possi-

bilidade de manipulação do conteúdo da comunicação e informação mediante a digitalização e comunicação em redes.

Alguns exemplos mais concretos de TICs são:

- Computadores pessoais;
- Câmeras de vídeo e foto para computador ou Webcams;
- Gravação doméstica de CDs e DVDs;
- Celulares;
- TV por Assinatura, TV a cabo, TV por antena parabólica, TV por parabólica, TV digital;
- Correio eletrônico (e-mail) e as Listas de discussão (mailing lists);
- Internet, a World Wide Web, websites e home pages, quadros de discussão (message boards);
- Streaming, podcasting, wikipedia, aplicativos entre outros;
- Tecnologias digitais de captação e tratamento de imagens e sons (Vimeo, Youtube)
- Captura eletrônica ou digitalização de imagens por meio de scanners;
- A fotografia, cinema, vídeo e som digital (TV e rádio digital);
- Tecnologias de acesso remoto: Wi-Fi, Bluetooth, RFID.

Quem preparou esse material bacana pra gente entender melhor sobre as TICs foi o pessoal do **InfoJovem**. Dá só uma conferida no portal deles:



**InfoJovem: Descubra e Aprenda  
sobre as TICs**



Pronto! Agora sim estamos **prontos para entendermos melhor como o mundo digital e as tecnologias podem afetar positivamente a nossa participação na política!**

Hoje em dia, o uso da internet atrelado às redes sociais, por exemplo, está muito associado à redução de distância e de fronteiras entre as pessoas. Diferente do que acontecia há dez anos atrás, basta acessar-

mos nosso whatsapp ou enviarmos um e-mail para nos comunicarmos com alguém que está situado em outro município, em outro estado, em outro país ou até mesmo em outro continente. Rápido e simples, não? **Em menos de 5 segundos as TICs nos aproximam daqueles que estamos distantes.**



Mas não é só na redução de distância entre pessoas que as TICs desempenham um papel fundamental. Na nossa vida política, o uso das tecnologias digitais e o acesso ao mundo virtual também ajudam muito. Sabemos que o nosso dia a dia costuma ser atribulado e cheio de tarefas. Geralmente, a maioria dos indivíduos precisa dar conta de uma série de atividades em suas rotinas semanais. É comum estarmos sempre sobrecarregados com as nossas tarefas de trabalho, com as nossas ações domésticas, com a ida ao mercado, com a visita de parentes, com o cuidado com os nossos filhos, com os bichinhos de estimação etc. Assim, torna-se comum a falta de tempo para nos dedicarmos e para nos interessarmos pela vida política que nos cerca.

Já falamos um pouquinho aqui, e em outros livros da nossa série, sobre as nossas responsabilidades frente à Democracia. Uma dessas responsabilidades, com certeza, envolve a nossa participação mais ativa para além do exercício do direito ao voto. **Mas como participar mais ativamente da vida política frente a tantos afazeres?** Até mesmo no exercício do nosso direito ao voto, vivemos reclamando que não temos tempo para escolher os candidatos ou para saber mais sobre quem eles são.

## **E é aqui que as TICs nos auxiliam e nos aproximam da vida política.**

Quer saber como esse mundo virtual pode fazer com que participemos mais da política, inclusive nos auxiliando na decisão sobre o nosso voto? Vocês precisam conhecer o aplicativo desenvolvido pelo Instituto Votorantim, por exemplo, em 2018.

O **Guia do Voto** é uma ferramenta virtual – que pode ser tanto acessada pelos computadores, quanto pelos tablets ou aparelhos celulares – desenvolvida para que os eleitores pudessem, em 2018, não só conhecer mais sobre suas afinidades e prioridades na política, como também saber mais sobre suas responsabilidades enquanto cidadãos. Através de um jogo rápido de 5 questões, o eleitor podia aprender e conhecer, por exemplo, mais sobre a história das eleições no Brasil, sobre os nossos partidos políticos, sobre o funcionamento e as regras do nosso sistema eleitoral, sobre como funciona o nosso Poder Legislativo federal e sobre as responsabilidades e atribuições do Poder Executivo federal no nosso país.

Para além dessa funcionalidade, o Guia do Voto também permitia que soubéssemos quais eram os partidos políticos que possuíam deputados federais mais sintonizados com as nossas ideias. Através da simulação de votações de pautas e temas importantes ligados às questões do nosso dia a dia, era possível descobrir quais partidos atuavam mais próximos do que desejávamos. Qual partido é a favor da preservação do meio ambiente? Qual partido compactua mais com a melhoria na qualidade do ensino público? Era possível, em pleno ano eleitoral, descobrir a resposta dessas e de outras questões que nos interessavam, através do uso da ferramenta.

E se vocês não querem se arriscar nas perguntas ou se desejam saber ainda mais, a Votorantim ainda preparou um livro onde é possível aprender de forma didática e fácil sobre como funcionam as eleições, sobre qual o papel e a importância do nosso voto, e sobre as responsabilidades e atribuições dos nossos representantes.

E o mais genial dessa história toda é que podemos ter acesso a esse leque de informações e participarmos de forma mais consciente da política com apenas um celular nas mãos!



**Conheça o aplicativo Guia do Voto**



Mas a participação política, como falamos anteriormente, não se resume ou não deve ser resumida somente na conscientização da escolha dos nossos representantes e de suas funções. **A Democracia também exige que fiscalizemos e que fiquemos atentos às ações dos nossos representantes.** E aqui, o uso das tecnologias e o mundo virtual também podem nos auxiliar a deixar essa tarefa mais fácil.

É comum que de quatro em quatro anos nos deparemos com os famosos candidatos à reeleição. Para termos uma dimensão melhor do quanto a reeleição de candidatos é importante no cenário político brasileiro, olhemos para os dados das últimas eleições para deputado federal em 2018. De acordo com o levantamento realizado pelo **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)**, reelegemos 48% dos nossos deputados federais, o equivalente a 246 dos 513 representantes. Esse número não é pouco e nos indica que, de certa forma, aprovamos e renovamos por mais um mandato o trabalho dos nossos políticos. **Mas será que fazemos esta escolha baseada na atuação e no desempenho que esses políticos tiveram no exercício anterior?**



**Para quem quiser olhar essa pesquisa do DIAP, basta acessar este link.**



A resposta quase unânime de todos os brasileiros e brasileiras para essa questão é: **não**. Mais uma vez alegamos que não temos tempo para acompanhar o que os nossos políticos fazem e que as informações são sempre difusas, de difícil acesso e compreensão. Usamos a

falta de tempo e a dificuldade em encontrar e entender as informações sobre nossos políticos como desculpa para nos mantermos distantes e para não nos responsabilizarmos pelo dever de fiscalizar o dia a dia da política.

Pensando justamente nessas questões e na importância da fiscalização das atividades dos nossos representantes que a ferramenta **Meu Deputado** foi criada e lançada ainda em 2016 por um grupo de cidadãos brasileiros. A ferramenta monitora e apresenta de um modo simples e fácil informações sobre os gastos dos deputados federais, sobre a presença desses representantes nas sessões da Câmara dos Deputados e sobre o voto dos parlamentares em algumas votações importantes.

Todas as informações disponíveis no aplicativo são extraídas do site oficial da Câmara dos Deputados e transmitidas para os cidadãos em uma interface mais dinâmica e de fácil compreensão. Além disso, a ferramenta permite que o cidadão ou cidadã compare a atuação dos deputados entre si para saber quais deputados estão gastando menos e comparecendo mais às sessões deliberativas da Câmara dos Deputados.

Bacana, não? Através do acesso a informações simples como as descritas acima, podemos ficar mais próximos dos nossos representantes e mais informados sobre o que eles fazem ou deixam de fazer!



**Para quem quiser saber mais sobre o aplicativo Meu Deputado, as informações estão disponíveis aqui**



Bom, até aqui já falamos de duas formas de participação política diferentes, da maior conscientização em nossas escolhas e da fiscalização das atividades dos nossos políticos. E mostramos como o desenvolvimento das TICs podem nos auxiliar nessas atividades. Mas ainda precisamos falar de como o mundo virtual nos permite e nos garante

uma participação mais ativa com canais mais efetivos de comunicação. Vamos a mais um exemplo!

O **Pardal** é um aplicativo que foi desenvolvido ainda em 2012 pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) para ser utilizado nas eleições municipais do estado. Na eleição posterior, em 2014, a ferramenta também foi utilizada de forma experimental por outros estados e, finalmente, nas eleições municipais de 2016 o aplicativo passou a ser adotado pela Justiça Eleitoral em todo o país. Mas afinal, para que serve o aplicativo? **O objetivo principal da ferramenta do Pardal é incentivar os cidadãos a atuar como verdadeiros fiscais da eleição no combate à corrupção eleitoral. Acessando o aplicativo, o eleitor pode notificar instantaneamente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acerca de diversos tipos de infrações e irregularidades eleitorais, como as relativas à propaganda eleitoral, à compra de votos, ao uso da máquina pública, a crimes eleitorais e a doações e gastos eleitorais.** Só nas últimas eleições de 2020, por exemplo, o aplicativo recebeu mais de 105 mil denúncias que envolviam irregularidades na campanha eleitoral de candidatos.

Ao acessar a ferramenta, o cidadão ou cidadã também têm acesso a um glossário que traz orientações sobre os tipos de crimes e ações irregulares que candidatos podem incorrer nas eleições. Tais definições facilitam na identificação do tipo de denúncia correta que o eleitor deve registrar pela ferramenta.

E aí? Já pensou em participar mais do nosso processo eleitoral e ajudar a Justiça Eleitoral a combater os crimes e ações irregulares? Para saber certinho como a ferramenta funciona, basta acessar:



**Pardal: Denúncias Eleitorais**



Dentro desse universo virtual, ainda podemos participar de forma mais ativa do processo de elaboração e análise das nossas políticas públicas. Apesar de a responsabilidade do processo de elaboração das políticas públicas e das leis ser uma dentre as principais funções que o nosso Poder Legislativo deva desempenhar, o desenvolvimento das chamadas TICs possibilitaram que nós cidadãos pudéssemos atuar mais nesse processo junto aos representantes e ao poder público em geral. **Algumas câmaras municipais, como por exemplo a Câmara Municipal da Cidade de São Paulo, permitem que os cidadãos e cidadãs participem mais diretamente do mandato de seus vereadores entrando em contato com eles.** Através do portal [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br) o internauta pode escolher um vereador, saber mais sobre a atuação dele e, através do preenchimento de um formulário, realizar sugestões de pautas, projetos, tirar suas dúvidas. Lembra do segundo livro da nossa série? **“Poder Legislativo Municipal: entender política começa por aqui”**? Isso pode se transformar em tema de Participação Política.



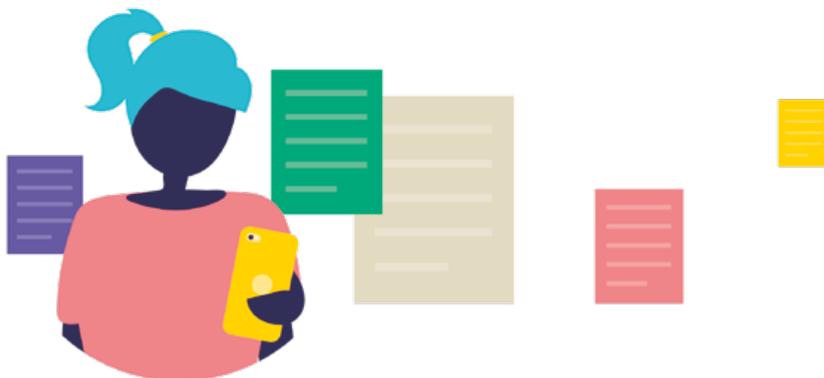
**Livro “Poder Legislativo Municipal” –  
2º livro desta série**



Assim, neste livro Humberto Dantas e Bruno Silva contam para vocês um pouquinho mais sobre as indicações que os nossos vereadores podem fazer ao Poder Executivo local (Prefeitura) relatando um problema, apontando ou pedindo soluções. No exemplo que dávamos acima sobre a criação de portais virtuais de comunicação entre o cidadão e os vereadores é possível, inclusive, que o eleitor indique para o parlamentar um problema ao qual ele espera que se resolva. Mas podemos ir além, indicando que esse tipo de participação também pode ocorrer em Brasília, junto ao Congresso Nacional. **Veja os casos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal:**

De uma forma um pouco mais sofisticada e mais ampla, desde 2018 a Câmara dos Deputados e o Senado Federal buscam aprimorar seus canais de comunicação com os cidadãos e cidadãs. Ambas as casas legislativas possuem canais diretos e virtuais de acesso e participação para a população. As ferramentas de uso e de acesso vão desde as sugestões de propostas de lei, até a participação com a realização de alterações nas leis e políticas ainda em análise.

Os cidadãos e cidadãs podem, ainda, enviar dúvidas e perguntas para as audiências públicas agendadas. E olha só que interessante! Audiências Públicas são definidas como reuniões presenciais realizadas por órgãos colegiados com representantes da sociedade civil, a fim de instruir, gerar debates e obter mais informações sobre determinada matéria legislativa ou política pública ainda em análise. Logo, audiências públicas são também uma forma de participação política, mas que exigem a presença física dos cidadãos para o debate. Agora, para aqueles que moram longe de Brasília, mas que mesmo assim desejam contribuir com os debates gerados nas audiências públicas, a ferramenta das **Audiências Interativas** permite que o cidadão não só acompanhe ao vivo a realização de uma reunião, como também permite que ele participe de forma remota realizando perguntas e fazendo sugestões! **Olha só que incrível! Sem sair de casa, podemos participar um pouquinho mais das atividades que envolvem o processo de elaboração de leis e de políticas públicas!**



Por fim, outra ferramenta importante são as chamadas enquetes virtuais. Nessa ferramenta podemos opinar sobre qualquer proposta legislativa, indicando seus pontos positivos e negativos ou, ainda, votando nas opiniões de outros cidadãos. O objetivo dessa ferramenta é oferecer à sociedade mais um canal direto de manifestação. Os resultados das enquetes ficam disponíveis para os relatores das propostas, que podem considerar as manifestações na preparação do texto a ser votado pelos demais deputados e senadores!

Para acessar todas essas ferramentas que aqui foram citadas, basta acessar com um clique os seguintes endereços eletrônicos:



**Audiências Interativas**



**Câmara dos Deputados -  
Participe das Atividades Legislativas**



**Ideia Legislativa - Proponha e Apoie  
Ideias para Novas Leis**



**Eventos Interativos - Participe  
dos Debates com Perguntas e  
Comentários**



**Consulta Pública - Proposições  
Mais Votadas no Dia**





## Data Senado: Enquetes Realizadas



E para encerrarmos nosso capítulo **não podemos deixar de falar de alguns problemas** que a evolução cada vez mais constante das Tecnologias de Informação e Comunicação trouxeram para a Democracia. É certo que a expansão dos canais de comunicação e de participação popular para a esfera virtual veio a contribuir muito para a construção do que denominamos de participação política e Democracia Digital.

Kozikoski Júnior e Knopik Ferraz (2016) esclarecem e definem para a gente o que podemos entender por Democracia Digital. De acordo com os autores, essa denominação deve ser entendida como a utilização e desenvolvimento de ferramentas de comunicação digitais e virtuais com a finalidade de incrementar e fomentar as práticas e ações políticas. Sendo que tais práticas devem estar sempre atreladas a valores tais como participação, transparência, preservação de direitos e liberdades, dentre outros valores democráticos. (KOZIKOSKI JÚNIOR; FERRAZ, 2015, p. 5)

Contudo, o avanço das TICs também impôs outros desafios à nossa Democracia. De acordo com os pesquisadores e estudiosos sobre o tema Camilo Onoda Luiz Caldas e Pedro Neris Luiz Caldas, **facilidade para a geração e disseminação de conteúdos virtuais também foi o que permitiu ou serviu de combustível para o surgimento das Fake News** – entendidas como notícias e informações falsas, que carecem de comprovação científica, mas que mesmo assim são disseminadas entre a população como se fossem verdadeiras (CALDAS; CALDAS, 2019). Aqui não vamos tratar do surgimento e nem dos impactos dessas notícias para o cenário político brasileiro, mas precisamos falar sobre elas para entendermos como a própria evolução e bom uso das TICs pode estar se transformando no remédio para combater as fake-news no Brasil.

Se você quiser saber mais sobre os impactos e consequências das fakenews no nosso país, o **Jornal NEXO** tem uma série especial de reportagens sobre o tema!



**Jornal Nexo - Compilação  
de reportagens sobre Fake News**



Parece loucura afirmarmos que o mesmo elemento que gera uma doença, pode também ser uma das fontes da sua cura, não? Mas é isso mesmo! O desenvolvimento e uso cada vez mais constante das redes sociais e da internet tem permitido que os conteúdos socioeducativos sobre Política estejam cada vez mais acessíveis em termos de público e o melhor: mais didáticos! De 2018 para cá, não são poucos os movimentos, ONGs, coletivos, universidades, empresas e até mesmo cidadãos comuns que têm feito uso de suas redes sociais e habilidades digitais para criar e propagar conteúdos de educação política por esse mundo virtual! Vamos conhecer mais alguns exemplos bacanas?

O **Politize!**, pelas próprias palavras de quem faz esse projeto acontecer, **é uma organização da sociedade civil que tem a missão de formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia.** Para isso, a organização transmite e leva educação política a qualquer pessoa em qualquer lugar, sempre com respeito pela pluralidade de ideias. Para além da atuação em escolas e da atuação na formação de lideranças propagadoras de educação política, um braço do Politize também é a produção de conteúdos digitais e didáticos sobre o tão vasto e complexo universo da política. Nos arriscamos a afirmar que o Politize conseguiu construir ao longo dos anos a maior enciclopédia interativa sobre conceitos da política. Não há quase nenhum tema que eles não saibam explicar. Mas se eles não souberem, nós ainda podemos entrar em contato solicitando a produção de conteúdos com a informação e as respostas que queremos. Através do site, do fa-

cebook, do instagram e até do youtube o Politize leva até a gente conteúdos inéditos e de fácil entendimento e acesso!



**Politize! - Portal da Organização**



**Canal do YouTube do Politize!**



**Página do Facebook do Politize!**



**Perfil do Instagram do Politize!**



O **Fast Food da Política** também é uma organização da sociedade civil, cujo **objetivo principal é levar a educação política até as pessoas através do uso de jogos interativos**. Em sua maioria, os jogos elaborados permitem a compreensão das regras que ditam o funcionamento das instituições públicas e que influenciam a participação cidadã. O objetivo principal da ONG em produzir as atividades é o de que cada vez mais pessoas possam interferir estrategicamente na política, tornando os processos públicos mais democráticos, transparentes, conhecidos e conscientes. **O mais bacana dessa história toda é que todos os jogos podem ser baixados, impressos e montados gratuitamente**. Basta um click para fazer o download. Você já deu seu click?



## Fast Food da Política



**PROEEP (Projeto de Extensão em Educação Política)** da **Unicamp** (Universidade Estadual de Campinas) é um projeto de extensão universitária que tem como objetivo principal levar o conhecimento sobre política até os jovens. O projeto é desenvolvido por professores e alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp e desde 2018 eles têm atuado na produção de conteúdos digitais e divulgação de materiais nas redes sociais como principal forma de disseminar conteúdos políticos para jovens.

Quer saber mais sobre esse projeto? Basta segui-los no Instagram ou no Facebook



## PROEEP Unicamp - Perfil no Instagram



## PROEEP Unicamp - Página no Facebook



Poderíamos utilizar mais páginas só para apresentar o leque de ferramentas virtuais e digitais que temos em nossas mãos para ficarmos mais próximos da política. Esperamos que até aqui você já tenha entendido que desculpas como a falta de tempo ou a distância não “colam” mais para nos mantermos longe e afastados da vida política que nos cerca. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não param de evoluir e de nos mostrar cada vez mais possibilidades de participação na política.** Você já escolheu de que forma virtual deseja participar?

Ah. E aqui estão as referências que utilizamos neste capítulo:

CALDAS, C. O. L.; CALDAS, P. N. L. Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, p. 196–220, 2 set. 2019.

KOZIKOSKI JÚNIOR, A. C.; FERRAZ, M. O. K. Democracia virtual e o novo conceito de cidadão. 2015.

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/destaques/glossario-de-termos-legislativos> •





## PARTE 5

# A COMPLEXIDADE DAS PAUTAS E A DEFESA DOS DIREITOS CIVIS

**ATÉ AQUI FALAMOS MUITO NO COLETIVO.** Das participações plurais presentes nas escolas, nas empresas, no mundo tecnológico e até mesmo em outros países. Mas agora está na hora de falarmos de você, de mim, do vizinho que mora ao seu lado, da sua tia, do motorista do ônibus, do moço que desfila pelas ruas com uma Ferrari vermelha, do pedinte de esmola no semáforo, do empresário que ganha mais de um milhão por ano, da moça que tem um cabelo afro, da moça que é loira dos olhos azuis, de quem mora em um palacete, de quem mora em uma casa de pau a pique, de quem é negro, de quem é branco, de quem é rico, de quem pobre, de quem é ateu, de quem é religioso, de quem é heterossexual, de quem é homossexual, de quem é homem, de quem é mulher. **Enfim, está na hora de falarmos das nossas individualidades dentro do coletivo que chamamos ser cidadão brasileiro, de ser cidadã brasileira.**

Então vamos começar desde o nosso nascimento. Você já olhou com atenção a sua **certidão de nascimento**? Aquele documento registrado em cartório que contém o nome dos seus pais, seu local, data, hora de nascimento e o mais importante: seu nome. Já analisou esse documento? Se você nunca olhou com atenção para ele, corre lá pegar sua certidão de nascimento ou dá uma olhadinha nesse modelo aqui:



## Registro Civil - Certidão de Nascimento



Olhando com atenção, vamos encontrar a seguinte frase, localizada ainda no cabeçalho do documento: **“REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS”**. Essa frase basicamente – mas não de forma tão simples – informa oficialmente ao Estado e à sociedade brasileira que a partir daquele dia e daquele horário eu, você e todo indivíduo nascido no Brasil, passa a ser um cidadão detentor dos direitos e dos deveres civis que nosso Estado é capaz de nos oferecer e garantir.



O direito civil é, dessa forma, o primeiro direito e dever que ganhamos. E aqui é preciso recapitularmos o que entendemos por direitos e deveres civis. Lembra do primeiro livro dessa série? Vamos recorrer a ele! Na **aula 2** sobre cidadania e políticas públicas, o Humberto traz essa definição à luz do sociólogo Thomas Marshall – principal estudioso sobre o tema:

**“Os direitos civis, entendidos de maneira ampla, correspondem aos direitos individuais de liberdade, de igualdade, de propriedade, à vida, de expressão etc.** Esse conjunto de direitos indivi-

duais passa a ser exercido coletivamente, englobando a liberdade de associação e outras questões plurais ligadas às escolhas e defesas de grupos sociais.” (DANTAS, 2017, p. 74)

Na introdução deste livro já falamos um pouquinho sobre o conceito e as percepções de liberdade. Note que **dentro da definição de direitos civis, a liberdade é em si um direito individual desde que concebida e exercida no contexto coletivo, ou seja, voltamos aqui a nossa concepção de que a minha e a sua liberdade vão até o limite de onde a liberdade do outro começa.** A liberdade enquanto parte do direito civil não pode, portanto, ser exercida sem o pensamento no coletivo - por mais individual que alguns entendam que ela seja.

Parece difícil? Sim! Enxergar e exercer essa tal de liberdade como direito civil não é tarefa fácil. Mas vamos aqui mostrar o quão necessária e possível é a sua existência e a sua prática para a Participação Política, sobre a qual tanto falamos.

A liberdade em si é um valor fundamental para a democracia, porém sua percepção requer muito da nossa atenção em relação às nossas atitudes. Quando a liberdade civil é praticada corretamente nós garantimos a realização das amplas formas de participação política dentre as quais estamos tratando neste livro. Contudo, **quando deixamos de praticar ou de usar corretamente esta liberdade, incorremos em erros perigosos à sobrevivência da nossa Democracia como preconceito, opressão, desigualdades etc.**

O filósofo francês, **Alexis de Tocqueville**, em sua obra **A Democracia na América**, chamou a atenção para o problema que as Democracias enfrentariam ao conceberem a liberdade e a igualdade como direitos dos indivíduos. O problema desses dois valores andarem juntos estaria atrelado ao fato de que indivíduos cada vez mais iguais tenderiam, também, a atuar de forma cada vez mais egoísta, ou seja, fazendo uso de suas liberdades para atuar somente em prol de si mesmo, sem olhar e reconhecer as diferenças e as causas de outros indivíduos a sua volta.

Quando indivíduos em uma sociedade democrática passam a agir dessa forma, a principal ameaça ao Regime Democrático aparece: **a tirania da maioria**. De acordo com o filósofo **Stuart Mill**, a tirania da maioria ocorre sempre que uma maioria de indivíduos, unidos por características e condições de vida semelhantes, fazem valer as suas vontades e os seus desejos sobre as vontades de todos os demais indivíduos presentes na sociedade. **São indivíduos que sob o princípio da maioria acreditam que suas verdades e modos de vida são, e devem ser, únicos e absolutos**. O que acontece, então, com os indivíduos que são diferentes e não possuem as mesmas características, ou que não compartilham dos mesmos ideais? Na tirania da maioria, esses indivíduos acabam sendo os oprimidos.

E aqui é válido nos perguntarmos se os valores democráticos e a tirania da maioria podem coexistir. E a resposta, infelizmente, é sim. Elas coexistem justamente quando fazemos uso, de modo equivocado, dos nossos direitos civis. **Quando achamos que só a nossa liberdade em gostar ou não gostar de algo é válida, estamos assumindo o risco de agirmos como verdadeiros tiranos**. Vamos a mais um exemplo do que acontece no nosso cotidiano.

**O art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal Brasileira diz que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.”**

Ao mesmo tempo em que a nossa Constituição Cidadã estabelece como um direito civil a liberdade da crença religiosa, é possível observar na sociedade brasileira atitudes de indivíduos que violam este direito. Só no ano de 2020, por exemplo, ao menos um terreiro de Umbanda por mês sofreu ataques que envolveram depredação do patrimônio. Em sua totalidade os ataques são motivados pela intolerância religiosa que ocorre justamente quando alguns indivíduos, para além de acreditarem que suas crenças e devoções são as únicas verdades absolutas, agem no sentido de impor tais verdades e comportamentos a outros indivíduos. ou buscam im-

pedir que outros indivíduos sejam livres para terem suas próprias crenças religiosas.

Percebam que os verbos **impor** e **impedir** não combinam com a definição de **participação política** que trazemos conosco aqui neste livro. Tudo aquilo que tentamos impor a alguém, ou que agimos na direção de impedir, são atos violentos e contrários aos nossos direitos civis. **Você pode não gostar de uma dada religião, mas impor a sua crença como verdade, ou impedir alguém de ser devoto de algo diferente do que você crê é crime por afrontar as liberdades e a necessária existência do respeito às diversidades.**



Uma parte importante e que quase nunca estamos acostumados a discutir é justamente sobre os nossos deveres dentro do que chamamos de direitos civis. Ao nascermos, “ganhamos de presente” os nossos direitos civis, e isso é ótimo! Quem de nós não gosta de ganhar presente? Contudo, junto aos nossos direitos civis, ganhamos também a responsabilidade e o dever de zelar pela sua, pela minha e pela nossa liberdade de expressão, pela nossa igualdade, pelo nosso direito à propriedade, enfim, pelos nossos direitos civis. Como dito anteriormente, **nossas liberdades e desejos individuais só podem ser garantidos e usados quando compreendemos que eles envolvem o coletivo** e que, portanto, respeitar e garantir a liberdade do outro é também nosso dever e nossa obrigação dentro da nossa ordem democrática.



Dito isso, queremos que vocês levem para vida a seguinte reflexão: **o quanto as suas atitudes e ações já afrontaram o direito civil de alguém?**

Na maioria das vezes, com nossas verdades; com nossas opiniões; com nosso modo de ser; com nosso estilo de vida; com nosso jeito de se vestir; com nosso jeito de olhar o mundo etc. acabamos por agir de modo a impor ou impedir as atitudes de outros indivíduos. E sempre que atuamos dessa forma, estamos violando os direitos civis de alguém. Querem mais um exemplo concreto de como isso acontece?

Quando duas pessoas se amam e têm certeza sobre os seus sentimentos uma pela outra é comum que surja o desejo de esses indivíduos se unirem para passarem mais tempo juntos. Há casais que para além da decisão de dividir o mesmo lar, decidem, também, realizar essa união perante a lei. **Chamamos essa união perante a lei de casamento civil.** Curioso? Não! No casamento civil, casais se unem perante um Juiz de Paz para, diante da lei, garantirem quais serão os direitos de propriedade – também incluso dentro da definição de direitos civis – que cada um deles passará a ter depois do casamento. No Brasil, o Casamento no Civil surgiu, ainda, com o então chefe do Governo Provisório Marechal Deodoro da Fonseca. **No dia 24 de janeiro de 1890, Deodoro da Fonseca publicou o decreto de número 181 que instituiu oficialmente no país a possibilidade de casais se unirem perante a lei para, assim, terem alguns de seus direitos garantidos.** De 1890 para cá é óbvio que muita coisa mudou dentro das leis do Casamento Civil. Por exemplo: a possibilidade da dissolução do casamento foi incorporada, bem como a garantia de direitos para filhos fora do casamento. Em 1988, com a nossa Constituição Cidadã, as leis do Casamento Civil pareciam agradar e contemplar a maioria da população. O fato é que, apesar de o Casamento Civil contemplar a união da maioria dos casais no Brasil, parcela significativa de indivíduos ficaram de fora desses direitos. **Até o ano de 2011, uni-**

**ões homoafetivas – casamento entre pessoas do mesmo sexo – não eram permitidas no Brasil.** Em uma decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por unanimidade entre seus pares de ministros, o direito à união estável para casais do mesmo sexo. E vamos aqui refletir: será que casais homoafetivos só passaram a existir em 2011 na sociedade brasileira? Será que indivíduos com preferências e gostos por pessoas do mesmo sexo, homossexuais, só passaram a existir em nossa sociedade no ano de 2011? É óbvio que não! A luta dos homossexuais não só pelo direito ao Casamento Civil, mas também pelo respeito à existência já perdura por anos no Brasil. Enquanto casais heterossexuais – de sexos diferentes – têm seus direitos de união garantidos perante a lei desde 1890, casais homossexuais demoraram mais de 121 anos para possuírem os mesmos direitos. Lembra da pergunta acima? Sobre quanto os nossos preconceitos e atitudes já tiraram o direito civil de alguém? É exatamente sobre isto que estamos falando aqui. E perceba: ninguém aqui está dizendo para você gostar ou se afeiçoar a uma pessoa do mesmo sexo. Tampouco para admirar e aplaudir. O que não parece razoável é: por que alguns têm e outros não têm direitos com base numa característica? Pense nisso.

**O preconceito na nossa sociedade contra casais homoafetivos é tão grande que demoramos mais de 121 anos para garantir a esses seres humanos o direito de eles expressarem, perante a lei, o amor que os une.** Retomando o início deste nosso exemplo, colocamos para vocês que duas pessoas decidem se casar quando têm certeza do sentimento que nutrem uma pela outra. E que muitos casais desejam expressar tais sentimentos, comumente chamado de amor, perante a lei. Expressar nosso amor por outra pessoa também faz parte do que chamamos de liberdade de expressão. E o Casamento Civil é uma, dentre as tantas formas existentes, de seres humanos expressarem o que sentem. Por mais de 121 anos impedimos casais homoafetivos de serem livres para expressarem o amor. Que fique claro, podemos não gostar, podemos não concordar, podemos ter opiniões diferentes, mas aqui o dever

civil nos faz respeitarmos as nossas diferenças e tratar esses diferentes de forma igual. **E respeitar tais diferenças começa pelo reconhecimento de que, muitas vezes, o preconceito existente em nossa sociedade e em nós mesmos tira de indivíduos direitos básicos e fundamentais que todos nós, sem exceção alguma, merecemos.**

Um último ponto aqui: muita gente contrária aos direitos dos casais homoafetivos apelam para Deus para justificarem sua contrariedade. Mas lembre-se: tão livre quanto dois homens e duas mulheres são para se amarem, você é para escolher sua religião. Mas a sua escolha não pode interferir nas escolhas alheias. As suas características, desejos, feições, opções etc. têm limites. Se o Estado é laico, seu Deus é apenas mais um Deus. Assim como o de cada um de nós também é. **Se o seu Estado é plural, seus gostos individuais por dadas características não lhe dão o direito de afrontar o diferente.**

Sempre que um grupo de indivíduos deixa de ter acesso a alguns dos seus direitos civis, direitos políticos ou direitos sociais (vamos tratar disso em outro capítulo!) por conta de diferenças que estes carregam, podemos chamar tal grupo de minoria. Minorias nem sempre são referentes ao menor número ou quantidade de pessoas. Minorias dizem respeito ao acesso a direitos e a oportunidades, e por vezes à sub-representação política. São indivíduos que devido a determinadas características naturais ou sociais, têm acesso a menos direitos e a menos oportunidades do que os demais indivíduos de nossa sociedade. De acordo com o sociólogo **Luiz Mendes Chaves**:

**Minorias** podem ser definidas como grupos de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais **se encontram numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, “majoritário”**, ambos integrando uma sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria.

# MAIORIA

*minorias*

Será que somente casais homoafetivos, como trouxemos no exemplo acima, podem ser considerados grupos minoritários no Brasil? A definição de minorias esboçada por Mendes Chaves nos mostra justamente que na sociedade brasileira, infelizmente, ainda vamos encontrar diversos grupos que podem ser considerados como minorias, devido à opressão e discriminação que sofrem por carregarem características e traços diferentes daquelas desejadas por uma “maioria”.

Sei que você pode estar se perguntando se a nossa sociedade ainda tem solução. E é com alegria e entusiasmo que respondemos que sim! **E aqui entra mais uma vez a importância da Participação Política.** Ao longo da nossa história, a participação política de muitos grupos tem sido importante para a conquista e a defesa dos direitos civis das chamadas minorias. Vamos conhecer mais um pouquinho sobre alguns desses movimentos?

**Movimento Negro Unificado** - Desde 1978 o Movimento Negro Unificado é uma organização que luta diariamente pela garantia e respeito aos direitos civis de pessoas negras. **Os negros no Brasil representam cerca de 54% da nossa população, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).** Mas apesar de representarem mais da metade dos habitantes do nosso país, a população negra é considerada uma minoria devido aos constantes ataques e à discriminação que sofrem diariamente. Os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios) nos revelam, por exemplo, que negros recebem um salário inferior aos brancos, mesmo ocupando as mesmas profissões e postos de

trabalho. Notem: negros recebem um salário inferior só por conta da diferença na cor da pele. Esta pesquisa pode ser conferida aqui:



### A desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil



**Para além dos salários inferiores, a população negra no Brasil também sofre com injúrias, agressões verbais, agressões físicas dentre outros tipos de violência.** O Movimento Negro Unificado trabalha ativamente na produção de conteúdos socio-educativos para a conscientização e o combate ao racismo em vários setores da nossa sociedade. Para além desse projeto de conscientização, o movimento também atua na garantia dos direitos civis dos negros, criando canais de acesso e de resolução de problemas associados ao racismo. Uma das frentes de atuação do movimento, por exemplo, é justamente na luta por condições de trabalho e salários iguais para negros e brancos.

Quer saber mais sobre a atuação desse movimento e quem sabe fazer parte dele? Basta acessar a página:



### Movimento Negro Unificado



**Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)** - Fundada pela união de 31 organizações em 31 de janeiro de 1995, **a ABGLT é hoje a maior associação e organização de combate e conscientização dos direitos civis da comunidade LGBTQIA+ da América Latina.** Lembra do nosso exemplo do casamento civil de casais homossexuais? A ABGLT não só foi a principal personagem na organização da luta para a conquista desse direito, como também atuou no reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019, do crime de LGBTfobia.

**Você sabe o que é LGBTfobia?** Trata-se do ódio ou a rejeição às pessoas que pertencem a essa comunidade. Os crimes de LGBTfobia envolvem desde agressões verbais, até agressões físicas a todos os indivíduos que se reconhecem como pertencentes a uma das orientações sexuais da comunidade **LGBTQIA+**. As identificações de orientações são definidas pela sigla como:

<b>L</b> ésbicas;	<b>P</b> ansexuais;
<b>G</b> ays;	<b>Q</b> ueer;
<b>B</b> issexuais;	<b>I</b> ntersexual; e
<b>T</b> ransexuais;	<b>A</b> ssexual.

O “mais” é utilizado para aquelas outras pessoas que não se sentem contempladas com uma dessas 7 letras.



Para saber mais sobre essa associação, sobre as lutas diárias para a garantia dos direitos civis da comunidade LGBT+ e sobre as formas de participar ou ajudar, basta acessar:



**ABGLT**



**ONU Mulheres Brasil** - Em uma **pesquisa realizada no ano de 2019** pelo Instituto Locomotiva em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, **quase todas as brasileiras com mais de 18 anos (97%) afirmaram que já passaram por situações de assédio sexual no transporte público, por aplicativo de carros ou em táxis.**

Em 2021, um levantamento do Datafolha encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência no último ano no Brasil, durante a pandemia de Covid. Isso significa afirmar que **só em 2020 cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual no Brasil.** O direito civil estabelecido em nossa Constituição Cidadã garante aos brasileiros e brasileiras não só a liberdade de expressão, bem como o direito de ir e vir. Quando uma mulher é violentada física ou moralmente em um transporte público, em seu ambiente de trabalho ou até mesmo dentro de sua casa, ela tem retirado de si parte de seu direito civil. Ela perde a sua liberdade de ir e vir. De andar tranquila pelas ruas. De expressar sua liberdade de opinião pelas roupas que veste. De escolher o posto de trabalho que deseja ocupar. Mais uma vez, o preconceito, o pré-julgamento e a não aceitação das diferenças do outro tiram das mulheres parte fundamental de seus direitos civis.

E foi pensando justamente em combater essa desigualdade e a violência de gênero que em 2010 a **ONU Mulheres Brasil** foi criada. Por meio de parcerias com a sociedade civil, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Universidades, empresas e o sistema das Nações Unidas, a ONU Mulheres defende os compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros da ONU com os direitos humanos das mulheres, tais como:

**1. Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979):** considerada a carta de direitos humanos das mulheres, com força de lei no marco legal brasileiro.

**2. Declaração e Programa de Ação da 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993):** destacada pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e meninas como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais.

**3. Declaração e Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994):** importante pela definição do conceito de saúde reprodutiva, incluindo metas de redução de morte materna e infantil.

**4. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará, 1994):** determina a violência contra as mulheres como violação de direitos humanos e manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

**5. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995):** define o conceito de gênero para a agenda internacional e representa um consenso dos Estados-Membros da ONU com um compromisso mínimo com os direitos humanos das mulheres.



**ONU Mulheres Brasil**



Além da ONU Mulheres, existem muitas outras organizações brasileiras que lutam pelos direitos civis e sociais das mulheres tais como: o **Instituto AzMina** ([www.azmina.com.br/instituto-azmina](http://www.azmina.com.br/instituto-azmina)), o **GELEDÉS Instituto da Mulher Negra** ([www.geledes.org.br/o-que-e-geledes](http://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes)) o **Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA** ([www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)) etc.

Note aqui que tratamos somente de três aspectos, entre as milhares de diferenças que estão postas nos indivíduos que compõem a nossa sociedade brasileira. O ponto principal é que precisamos entender que mesmo dentre tantas diferenças, todos os cidadãos e cidadãs brasileiras ao nascerem se tornam detentores dos direitos e dos deveres civis.

Isso significa que para além de possuímos a garantia sobre as nossas liberdades individuais, sobre nossas opiniões e sobre nosso modo de agir, tais garantias só podem existir na medida em que eu aceito que os outros indivíduos à minha volta, que o meu coletivo, possui as mesmas garantias e liberdades que as minhas. Isso é, ao mesmo tempo, simples, básico e extremamente complexo e desafiador.

Saber respeitar aqueles que nos cercam envolve não só reconhecer e entender as diferenças que nós indivíduos carregamos, mas também compreender, acima de tudo, que não é justo que muitas das diferenças que nossos pares carregam os tornam de forma absurda desiguais perante a nós e perante a uma maioria de indivíduos. Este reconhecimento das pautas e características que nos tornam desiguais por muitas vezes é um processo complexo, mas não impossível. O **primeiro passo** está em reconhecermos que muitas características presentes nos indivíduos os tornam mais desiguais que outros. O **segundo passo** envolve o respeito. Se somos capazes de reconhecer as causas daqueles que nos cercam, devemos ser capazes também de as respeitar. **Eu não preciso gostar. Mas por ser um cidadão, ou uma cidadã, é meu dever aprender a respeitar.**



### Façam o exercício de se perguntarem:

1. O que eu tenho que o outro não tem?
2. Será que aquilo que o outro não tem é por que temos a cor de pele diferente? É por que somos de sexos opostos? É por que não pertencemos à mesma classe social? É por que eu tenho uma opinião e ele tem outra? É por que eu tenho uma religião e ele tem outra? É por que tenho mais recursos financeiros e ele menos?

A complexidade das pautas e da luta dos direitos civis é marcada pela falta de empatia e de reconhecimento que temos com o outro. **Só é possível aceitarmos a participação política nossa e de outros indivíduos em suas causas, quando nós somos capazes de abraçar e sentir as diferenças que marcam aqueles que nos cercam.** Re-

conhecer o outro faz com que passemos a garantir que ele tenha seus direitos civis salvaguardados, tanto quanto nós desejamos ter.



Para finalizar, deixamos mais duas perguntas:



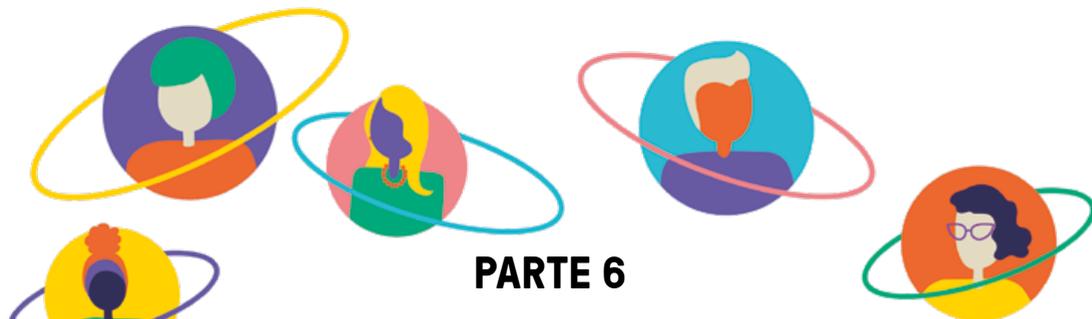
**A primeira é: o que esse capítulo tem a ver com Participação Política?**

Simples: as diferenças podem se tornar causas na sua vida. E isso pode ter relação com suas características e preferências individuais, bem como pode fazer parte de sua leitura de mundo em defesa de uma causa com a qual você se afiniza. Veja só: qualquer causa aqui que conte com sua ação é fruto de sua liberdade individual, e provavelmente, dentro da lei, é resultado de uma ação coletiva. Movimentos de negros, movimentos de mulheres, movimentos de homossexuais, movimentos de jovens, movimentos em defesa de uma dada causa. **Tudo isso é Participação Política em torno de direitos civis.** Assim, perceba: todos nós temos aqui o que chamamos de direitos e deveres civis. E todos temos o direito de transformar parte expressiva dessas bandeiras em causas associadas à ideia de Participação Política que estamos discutindo e dá título a esse livro.



**E a segunda é: Já decidiu qual causa e diferença você quer abraçar e fazer parte? •**





## PARTE 6

# OS DESAFIOS DE UNIVERSALIZAR OS DIREITOS SOCIAIS

### O QUE ENTENDEMOS POR DESIGUALDADE SOCIAL? QUAL O PAPEL DA DEMOCRACIA FRENTE A TAL DESIGUALDADE? QUAL A RELAÇÃO QUE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA GUARDA COM ESSE CONTEXTO?

Essas são as perguntas que vão nos guiar neste capítulo.

O primeiro passo que precisamos dar aqui é o de definir o que entendemos e estamos chamando por **Desigualdade Social**. Em um livro que relata a trajetória da desigualdade no Brasil durante 50 anos, a organizadora e autora do livro, **Marta Arretche** (2015) nos indica que a desigualdade social tem origem a partir das relações e vínculos sociais que os indivíduos estabelecem uns com os outros na sociedade. **Toda relação social entre indivíduos é marcada por posições que os tornam mais iguais ou mais desiguais uns aos outros**, seja por questões de raça, de crenças, de cor, de condições econômicas etc. **O problema é quando tais questões tornam-se entraves para que os indivíduos tenham acessos a direitos básicos e de qualidade que deveriam ser iguais** – oferecidos a todos – tais como: educação, saúde, trabalho, cultura, lazer, moradia, transporte, alimentação, dentre outros. Quando o acesso a esses direitos não é dado de forma igual, podemos afirmar, então, que a desigualdade social se faz presente em uma sociedade.

Ficou curioso para saber um pouquinho mais sobre a trajetória da desigualdade social no Brasil nos últimos 50 anos? Fica aqui a dica de leitura:



**Trajatórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos - Marta Arretche, 2015**

A Desigualdade Social não é uma característica só da sociedade brasileira. Infelizmente, ela se faz presente em todas as sociedades existentes no mundo. É certo que algumas sociedades são menos desiguais socialmente quando comparadas umas às outras, mas a desigualdade de condições e acessos a direitos tende a se perpetuar. Até mesmo o filósofo **Rousseau** já afirmava lá em 1755 que a partir do momento em que os homens fossem detentores de propriedades (terras, bens, serviços etc), a desigualdade social entre eles seria instaurada instantaneamente, isso porque desde os primórdios das sociedades os homens teriam sempre a sede e o desejo de serem melhores que os outros.

**Curiosidade:** Vocês sabiam que lá em 1755 Rousseau já escrevia sobre Desigualdade Social? Sua obra mais conhecida com certeza é **O Contrato Social**, mas antes dela, Rousseau escreveu a obra **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens** (1755) onde tratou sobre a diferença entre as desigualdades naturais e as desigualdades políticas e sociais entre os indivíduos.

Aqui vamos focar somente no caso brasileiro e nos desafios constantes ao combate e diminuição dessas desigualdades. Vocês estão prontos para conhecer um pouco mais sobre a realidade desigual do nosso país?

Através dos dados divulgados na **PNAD** (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o **Jornal NEXO** em parceria com pesquisadores do **MADE-USP** (Centro De Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo) apresentaram em abril de 2021 dados atualizados sobre a pobreza e o desemprego de forma geral (para todos os brasileiros e brasileiras) e também

segmentados por raça. De acordo com o estudo, **o número de brasileiros e brasileiras que vivem em situação de extrema pobreza**, ou seja, que sobrevivem com uma renda média de 150 reais por mês, **chegou ao patamar de aproximadamente 19 milhões de pessoas**. Sendo que **o número de indivíduos que vivem em situação de pobreza** – pessoas que sobrevivem com, em média, 470 reais por mês – **alcançou a marca de 6,1 milhões**. Os pesquisadores também mostraram que, quando comparados aos brancos, homens negros e mulheres negras representam a maior parcela de cidadãos e cidadãs que vivem na linha da extrema pobreza. Olhando também para a taxa de desemprego, **os pesquisadores constataram que o desemprego afeta mais a população preta e parda, quando comparada à população branca**. Os dados mostram, por exemplo, que em 2020, enquanto a taxa de desemprego entre brancos era de 11,5%, a mesma taxa para os negros atingiu o patamar de 17,2%. A pesquisa pode ser visualizada na íntegra no link abaixo.



### Desigualdade de gênero e raça: o perfil da pobreza na crise



Número de  
brasileiros

20 milhões

10 milhões

1 milhão



Ilustração feita com base na pesquisa com dados de 2020, divulgados pela PNAD e apresentada pelo Jornal NEXO e MADE-USP em abril de 2021.

Chocante não? Mas as desigualdades sociais que assolam o nosso país não terminam aí. Como mostramos acima, dados sobre pobreza e sobre desemprego costumam estar associados a um, dentre os vários fatores que definem a desigualdade social. Quando falamos de pobreza e de trabalho, geralmente associamos esses fatores à renda dos indivíduos, ou seja, a capacidade e poder de compra e de aquisição de bens que esses indivíduos possuem. Quando falamos que aproximadamente 19 milhões de brasileiros e brasileiras vivem na linha da extrema pobreza, com uma renda média de 150 reais por mês, estamos também afirmando que essa situação afetará drasticamente o acesso a outros direitos básicos. **Como ter acesso à alimentação de qualidade com uma renda mensal de 150 reais? Como conseguir acesso à moradia digna com essa renda? Como ter acesso à saúde? Como ter acesso à cultura? Ao lazer? À educação de qualidade?**

Percebem? A desigualdade de renda afeta diretamente o acesso dos indivíduos a outras oportunidades de adquirir uma vida melhor, mais igualitária.

Mais uma vez vamos recorrer a pesquisas realizadas com os dados da PNAD para termos uma ideia melhor de como a desigualdade social afeta nosso país. De acordo com os dados da pesquisa, **39,7% dos municípios brasileiros não possuem serviço de coleta de esgoto.** E somente 49,1% dos municípios brasileiros possuem tratamento para o mesmo. As desigualdades no acesso ao saneamento básico são ainda maiores quando comparamos as diferentes regiões do país. De acordo com os dados da pesquisa, **enquanto na região Sudeste 100% dos municípios possuem acesso a água e 96,5% acesso ao esgoto, essa realidade não é a mesma para os municípios da região Norte, onde 98,4% possuem acesso à água, mas somente 16,2% possuem acesso à rede de esgoto.** Esses dados podem ser todos visualizados e mais bem explorados no Jornal NEXO:



**O que novos dados do IBGE revelam sobre o saneamento no Brasil**



**Em estagnação: o raio-x de um problema nacional**



Mais uma vez, surpreendente! Acabamos de conhecer um pouquinho mais sobre como o acesso aos direitos sociais básicos, como acesso à água e à rede de esgoto, é não só desigual no Brasil, mas também como tal desigualdade ainda está atrelada a uma questão territorial. Além do desafio da renda, o Brasil ainda enfrenta o desafio das disparidades territoriais para lidar com o enfrentamento das desigualdades sociais que nos assolam. Não basta só pensarmos em como obter, por exemplo, uma distribuição de renda mais igualitária entre brancos e negros, ou entre homens e mulheres, ou em como promover saneamento básico para todos. **No Brasil, para além da diversidade étnico racial, precisamos levar em consideração a geografia espacial do nosso território para pensarmos em soluções para o acesso a direitos básicos.**

Quer saber mais sobre dados de desigualdade social no Brasil? Então dá uma conferida nesses conteúdos abaixo:



**O panorama da educação no Brasil, segundo este relatório**



**A distribuição geográfica das salas de cinemas no Brasil**





**Desigualdade Global -  
Especial da Folha de São Paulo**



**Vídeo “Desigualdade Global” -  
Especial da Folha de São Paulo**



Bom, até aqui já falamos um pouquinho sobre a vasta desigualdade social que atinge o Brasil. Agora é hora de pensarmos em soluções! Será que o Brasil nunca pensou em formas de amenizar esses problemas, essas disparidades? E a resposta é: sim! Apesar de ainda estarmos distantes de condições igualitárias, o Brasil tem avançado muito, sobretudo após a promulgação da nossa **Constituição Cidadã em 1988**. Bom, o próprio apelido atribuído a ela já diz muito. A partir dessa carta, e como já visto neste e em outros livros da nossa série, o Brasil voltou a firmar seu compromisso com o Regime Democrático.



Parte da expectativa com a retomada da Democracia Brasileira em 1988 era a de justamente promover e criar no país condições de vida melhores e mais iguais para os cidadãos e cidadãs brasileiras em termos sociais. De acordo com o cientista político e historiador **José Murilo de Carvalho** (2001, p. 206) **a Carta de 1988 trouxe a maior ampliação, quando comparada com as Constituições anteriores, dos direitos sociais no Brasil. Foi o maior passo que demos em direção à universalização dos direitos sociais.**

O Humberto, mais uma vez, já nos esclareceu o que devemos entender sobre direitos sociais à luz do que a nossa própria Constituição nos diz. Vamos recapitular brevemente?

**A educação, a saúde, a assistência social e tantas outras garantias fundamentais passam a ser compreendidas como direitos sociais, pois representam parte do patrimônio público sobre o qual todos os herdeiros – nós cidadãos – devem ter acesso.**  
(DANTAS, 2017, p. 76)

Se você quiser, ainda pode conferir na íntegra o que a nossa Constituição de 1988 define como direitos sociais. Basta acessar:



**Constituição da República  
Federativa do Brasil -  
Dos Princípios Fundamentais**



Assim, como já falamos no início deste capítulo, podemos entender como direitos sociais todos os serviços e políticas que nos garantem o acesso a uma qualidade de vida e bem-estar social dignos. E desde 1988, o Estado brasileiro assumiu o compromisso de oferecer tais serviços e políticas a todos os cidadãos e cidadãs. **É por isso que nossa Constituição Cidadã é considerada a mais universal de todas no que diz respeito à garantia dos direitos sociais.** Vamos a um caso concreto, buscando entender o que a temática da Participação Política tem de relação com tudo o que estamos abordando aqui neste capítulo.

Em 1930, na chamada **Era Vargas, os sindicatos passaram a ser reconhecidos pelo governo como uma forma de representação e participação da classe trabalhadora.** A criação e a regularização dos sindicatos surge principalmente com o aumento dos movimentos e greves por parte dos operários que desejavam condições melhores de trabalho. Assim, era evidente que a crescente industrialização do país demandava mudanças na ordem social e econômica. A ideia era a de que o Estado deveria interferir na or-

dem cumulativa e reestruturá-la. Foi assim que Vargas reconheceu os sindicatos, e também criou o **Ministério do Trabalho**, que passou a controlar os sindicatos mediante a escolha e indicação do líder sindical e a regulamentar as profissões. Em termos práticos cabia aos sindicatos organizarem os interesses da classe trabalhadora, ao passo que os líderes dos sindicatos informavam tais necessidades ao Estado – aqui cabem críticas expressivas à relação sindicatos x Estado, mas vamos em frente.

A segunda medida de Vargas foi a de criar os **Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs)** ligados às categorias de profissões e aos sindicatos. Com a criação dos IAPS em 1933 passou a ser obrigatória a adesão das empresas à contribuição com o fundo de aposentadorias e pensões. É dessa forma que **Wanderley Guilherme dos Santos** na obra **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira** (1979) nos conta um pouquinho sobre a criação e o surgimento de um sistema conhecido como **Cidadania Regulada**. Nota-se que os direitos trabalhistas, considerados direitos sociais fundamentais, passam a ser estabelecidos através do tripé da cidadania formado pelo: Ministério do Trabalho que controlava os sindicatos e regularizava as profissões; pelos sindicatos que organizavam as necessidades da classe trabalhadora; e pelos IAPs que forneciam o serviço de previdência e assistência social. **A cidadania era regulada, porque somente os trabalhadores com as profissões devidamente reconhecidas pelo Estado, bem como com carteiras de trabalho (nessa época a CLT é criada) é que tinham acesso aos direitos sociais – o que na década de 1930 não representava nem 50% da população brasileira.**

Até 1988, funcionou no Brasil essa espécie de Cidadania Regulada, onde somente parte dos cidadãos e cidadãs tinham acesso aos direitos sociais. **Em 1988 essa realidade muda drasticamente com a inclusão da universalização do acesso aos direitos sociais.** O exemplo mais emblemático dessa mudança vem com a criação do nosso **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Ele foi instaurado em 1988, e desde lá o

Brasil passou a garantir e ofertar o direito ao acesso e ao atendimento médico gratuito à toda população brasileira.

### **Quer saber mais um pouquinho sobre a história da criação do SUS?**

Então confira no **Blog Legis-Ativo** o texto que a nossa autora Joyce escreveu sobre o assunto:



#### **31 Anos de SUS - Blog Legis-Ativo**



Mas não foi só no SUS que o Brasil universalizou o acesso a políticas sociais! Muitas outras áreas, tais como educação, moradia, acesso ao saneamento básico, emprego, cultura, lazer, transporte etc., também passaram a ser direito de todos e dever do Estado. É certo que entre a teoria e a prática nós ainda temos um longo caminho para avançar. **Apesar de a Constituição brasileira garantir no papel o acesso universal a todos esses bens e serviços, transformar esses direitos em uma realidade concreta ainda é um desafio imenso.** Como vimos aqui, nossas desigualdades sociais ainda são gritantes e mostram pra gente que **MUITO** ainda precisa ser feito para que os direitos sociais virem uma realidade universal e presente na vida de todos.

E aqui chegamos ao último tópico deste capítulo! Qual é a relação que a Participação Política estabelece com a universalização dos direitos sociais? E a resposta é simples: **a Participação Política é um mecanismo importantíssimo na luta e na aquisição de mais direitos sociais!** Como visto, o Estado Brasileiro é quem precisa ser o detentor da oferta de condições mais dignas e iguais de vida para os seus cidadãos, e **a nossa Participação Política torna-se fundamental para pressionar o Estado para a promoção de tais condições!**

Vamos conhecer a organização **Todos pela Educação?** Essa ONG foi criada ainda em 2006 com o objetivo de transformar e melhorar a qualidade da educação básica no Brasil. Sem nenhum

vínculo partidário, a ONG trabalha ativamente na produção de estudos que visam à melhoria da situação da educação no nosso país. É através da produção de tais estudos que a ONG consegue pressionar o poder público para que melhorias no direito social de acesso à educação básica no Brasil saiam do papel e se transformem em políticas públicas reais. Foi, por exemplo, através da mobilização da ONG, que o **FUNDEB** (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) foi aprovado no Legislativo Federal em 2020. **Dentre as principais mudanças no FUNDEB está o aumento da participação financeira do Estado nas transferências para a educação básica.** A partir de 2021, por exemplo, a contribuição financeira da União ao fundo da educação básica aumentará gradativamente. Em 2020, o governo federal contribuía com 10%, com o novo fundo esse percentual sobe para 12% em 2021 e vai aumentando aos poucos até chegar a 23% em 2026. Fora isso, antes o FUNDEB tinha a vigência de 14 anos de duração, com a nova legislação aprovada, ele passa a ser uma política permanente na nossa Constituição.

Quer conhecer mais sobre o Todos pela Educação e quem sabe se inspirar ou até mesmo contribuir? Basta acessar o link abaixo.



**Todos pela Educação -  
portal da ONG**



Para além dos problemas associados à desigualdade no acesso à educação, **o Brasil também enfrenta problemas ligados ao trabalho escravo.** Apesar da escravidão ter chegado ao fim em 1888 pela promulgação da Lei Áurea, mais uma vez nós ainda assistimos a uma enorme distância e desigualdade entre o que a lei diz e o que acontece na prática. De acordo com a pesquisadora e professora Valena Jacob, diretora-geral do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, entre 1995 e 2020 foram resgatados da situação de trabalho escravo mais de 55 mil brasileiros e brasileiras. Nesse sentido, temos a

atuação de ONGS que, juntamente com órgãos e entidades do governo, buscam fiscalizar e identificar casos desviantes, ou seja, casos em que a lei ou o Direito Social estabelecido não esteja sendo cumprido. É esse, por exemplo, o principal trabalho da **Conatrae** e de outras associações civis que atuam juntas.

Dada a realidade ainda existente de trabalho escravo no Brasil, em 2003 o governo federal criou a **Conatrae (Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo)**. O principal objetivo da comissão é o de organizar, avaliar e implementar políticas e ações que visem justamente a erradicação do trabalho escravo no Brasil. O mais incrível é que essa comissão, **apesar de ser governamental, ou seja, de ser uma esfera de atuação do governo, conta com a participação e colaboração de mais de 11 Associações da Sociedade Civil**. Juntos, governos e entidades da sociedade civil têm a responsabilidade de mapear o trabalho escravo no país, de implementar a fiscalização e de buscar soluções para sua erradicação.

As associações Civis que fazem parte da Conatrae são:

- **Associação dos Juízes Federais do Brasil** – AJUFE
- **Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho** – ANAMATRA
- **Associação Nacional dos Procuradores da República** – ANPR
- **Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho** – ANPT
- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil** – CNA
- **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura** – CONTAG
- **Ordem dos Advogados do Brasil** – OAB
- **Repórter Brasil** – Organização de Comunicação e Projetos Sociais
- **Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho** – SINAIT



**Fonte das instituições que participam oficialmente da Conatrae**



Comentamos neste capítulo um pouquinho sobre o pioneirismo do SUS em traduzir a universalização dos nossos direitos sociais no que diz respeito ao acesso à Saúde. Mas apesar de a política de acesso à Saúde no Brasil ter mais de 30 anos de história, muito ainda precisa ser feito para melhorar a oferta desses serviços. A política de saúde é muito ampla e vasta. Dentro dela possuímos diferentes segmentos como: saúde básica, saúde preventiva, saúde contra doenças transmitidas por insetos, os cuidados com a saúde infantil, as campanhas de vacinação etc. Isso sem considerar as mais de mil especialidades de médicos e de atendimentos. **Com essa vastidão de possibilidades e ofertas de tratamento, é natural que nós indivíduos e a população no geral tenhamos dificuldades para saber quais serviços o SUS oferece e a qual deles podemos ter direito a atendimento gratuito.** E olha só que bacana! Aqui, mais uma vez, a Participação Política pode estar a serviço da população. Vamos conhecer um caso?



A **ONG Oncoguia** trabalha há mais de 10 anos orientando e informando a população sobre quais são os nossos direitos na área de atendimento e oferta de serviços de tratamentos contra o **câncer**. A Oncoguia nasceu ainda em 2009 a partir da ação e união de diferentes médicos que juntos decidiram não só criar materiais e canais de informação para que pacientes com câncer pudessem reconhecer e saber mais sobre seus direitos, mas também atuar junto aos representantes do governo para pressionar e auxiliar na

criação e oferta de serviços básicos de saúde voltados exclusivamente para pacientes com câncer. Para além da atuação nesses dois campos - informativo e pressionando as autoridades públicas - **a ONG também atua defendendo pacientes com câncer que muitas vezes precisam acionar à Justiça para terem acesso e direito ao atendimento médico especializado ou a medicamentos específicos.**

Atualmente a ONG possui **mais de 15 projetos** que buscam criar conteúdos informativos para pacientes, para médicos, para a população no geral e para as entidades e órgãos do poder público. Fora isso, trabalha com a produção e divulgação de campanhas preventivas, buscando incentivar a população a cuidar mais de sua saúde pessoal. Dentre esses 15 projetos, também precisamos destacar aqui que **a Oncoguia trabalha ativamente junto a laboratórios médicos que desenvolvem pesquisas clínicas no Brasil com a finalidade de descobertas de curas e novos tratamentos.** Através dessa parceria, a ONG contribui não só para a produção científica do nosso país, como também auxilia, mais uma vez, pacientes a terem acesso a tratamentos específicos.

Ficou interessado em conhecer mais a Oncoguia? No site deles ainda podemos encontrar essas e muitas outras informações sobre a atuação deles! Dá uma conferida!



**Oncoguia - Portal da ONG**



Olha só! **A partir de apenas três exemplos que tratamos aqui, conseguimos identificar formas diferentes de atuar na participação da luta pela conquista e garantia dos nossos direitos sociais.** Podemos atuar pressionando diretamente às entidades públicas pela oferta e melhoria de serviços e bens básicos, podemos atuar auxiliando na fiscalização da oferta de direitos e ainda podemos participar conscien-

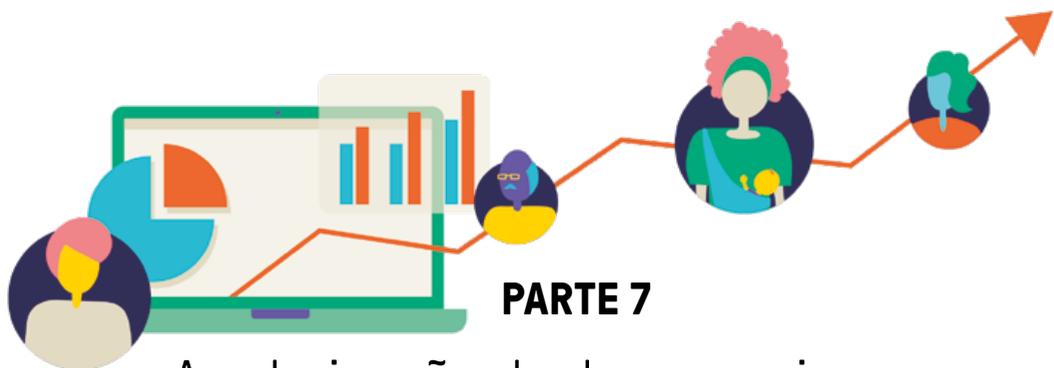
tizando nossa população sobre quais são os nossos direitos a serviços básicos. Perceberam?

A partir da escolha de uma causa de atuação podemos agir junto aos nossos órgãos representativos para diminuir as desigualdades sociais existentes no nosso país! **Podemos trabalhar juntos para que as diferenças sociais que ainda marcam nossa sociedade sejam não só notadas por nossos representantes, como também se transformem em combustível e força motriz para a geração e melhoria dos nossos direitos sociais.** Como visto, ainda estamos longe de atingir a universalização de tantos direitos sociais básicos. Mas com a nossa participação, essa distância pode ser reduzida!

E aí? **Você já escolheu qual desigualdade você quer ajudar a reduzir?** Ou percebeu que algo que te atinge pode ser a causa abraçada por alguma organização pronta para lhe ajudar? •

### **Referências:**

- ARRETCHE, M. Trajetória das Desigualdades. [s.l.] Editora Unesp, 2015.
- CARVALHO, J. M. DE. Cidadania no Brasil: o longo caminho. [s.l.] Editora Record, 2001.
- DANTAS, H. Educação Política. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.
- ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. [s.l.] Martins Fontes, 1999.
- SANTOS, W. G. DOS. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. [s.l.] Editora Campus, 1979.



## PARTE 7

# A valorização da democracia como **AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

### **AO CHEGAR NESSE PONTO DA LEITURA VOCÊ JÁ DEVE TER PERCEBIDO O QUANTO OS CASOS QUE NOS INSPIRAM**

podem se aproximar de causas que acredita serem importantes na sociedade. Conforme havíamos sinalizado logo no início do livro, as causas podem ser quase infinitas e, embora apenas algumas nos despertem interesse, há certas pautas que precisamos considerar como fundamentais para avançarmos no aprimoramento de direitos na sociedade e no aprofundamento do processo democrático. É o que buscamos demonstrar, por exemplo, quando apresentamos o importante papel desempenhado por organizações do terceiro setor em uma democracia: por definição, já nascem vinculadas a uma causa, como o **Movimento Voto Consciente**, ligado historicamente ao acompanhamento do trabalho do Legislativo pós-redemocratização e, mais recentemente, focado no desenvolvimento de ações de cunho educativo para a efetividade da cidadania a partir de projetos e ações de Educação Política suprapartidária.

Já no capítulo em que abordamos a causa da participação política em ambiente escolar tratamos dos desafios de se promover uma educação voltada ao preparo para a cidadania e o fato de que as preocupações com o funcionamento do regime democrático pressupõem essa forma-

ção. Embora o universo escolar tenha como grande desafio o desenvolvimento de habilidades e capacidades individuais e coletivas nos estudantes, em tese, é nesse espaço que deveríamos problematizar e refletir sobre as nossas experiências acerca do que significa ser cidadão.

De semelhante modo, em um espaço plural como esse, certamente o debate sobre as atitudes desejáveis que necessitamos ter em sociedade a fim de construirmos um convívio mais harmonioso, consciente e agregador com vistas à melhoria das nossas condições de vida coletiva é desejável. Afinal de contas, política não tem a ver apenas com as decisões que representantes tomam por nós. **Política diz respeito a como nos relacionamos no dia a dia, as referências que construímos, a visão de mundo que carregamos e os afetos que trocamos.** No entanto, diante de tantos desafios associados à educação em nosso país, muitas das vezes nos esquecemos que ela não é exclusividade das escolas. **Trata-se de uma responsabilidade de toda a sociedade, com especial atenção ao dever do Estado e da família**, conforme estabelecido no Art. 205 da nossa Constituição Federal de 1988.

Por sinal, esse mesmo artigo estabelece que **a educação deve ser voltada ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania (olha ela aí de novo!) e a qualificação para o trabalho.** Contudo, em um mundo marcado pelo predomínio de uma lógica econômica nas relações com as quais travamos uns com os outros, a formação voltada ao desenvolvimento de atividades laborais ocupa mais a atenção do que a formação para o exercício da cidadania. Desde muito cedo, no próprio ambiente escolar, a ênfase dada por muitos profissionais da educação caminha no sentido da necessidade de preparar o indivíduo a fim de que possa desenvolver competências fundamentais ao trabalho. A recente mudança no Ensino Médio, por exemplo, guarda forte relação com essa ênfase no mundo produtivo ao incentivar itinerários formativos que valorizem a educação técnica, por exemplo.

Não que a especialização e a abertura de oportunidades profissionais que passem pela qualificação, ainda na juventude, não sejam impor-

tantes. São fundamentais! Mas a formação voltada para o fortalecimento da cidadania a partir da compreensão dos direitos básicos de cada um e as potencialidades de participação política são pilares necessários ao fortalecimento do próprio regime democrático. **Ou seja, a formação para o trabalho e para a cidadania não são excludentes, mas mutuamente necessárias.** Nunca é demais lembrar do poema **“O analfabeto político”** do dramaturgo e poeta alemão **Bertolt Brecht** (1898-1956), crítico da sociedade na qual vivia e cujos escritos mantêm-se atuais por nos levarem à reflexão sobre a importância da clareza que os cidadãos devem nutrir a respeito dos acontecimentos políticos da sua realidade:

**O PIOR ANALFABETO  
É O ANALFABETO POLÍTICO.**



“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio dos exploradores do povo.”

Diante desse vácuo, se aparentemente a escola promove de maneira limitada a formação para a cidadania ou, em parte das vezes, sequer a promove, quem pode ocupar esse espaço e promover a difusão de boas práticas cidadãs? Quem pode incentivar a formação de lideranças

com capacidade de multiplicar informações de qualidade e promover a reflexão acerca do processo político no qual estamos imersos? Você pode até não acreditar, mas o título deste capítulo é muito sugestivo a respeito disso: **a responsabilidade social que empresas vêm tomando para si a partir da promoção de processos de Educação Política.** Essa causa tem sido desenvolvida por algumas empresas nos últimos tempos. Vejamos, primeiramente, algumas boas ações na forma de campanhas publicitárias para nos inspirar.

**Campanha Burger King** - No contexto das eleições de 2018, a fim de conscientizar os eleitores a respeito da importância do voto válido (aquele voto dado nominalmente a um candidato ou candidata e o voto de legenda, que pode ser dado a um partido nas eleições para vereador, deputado estadual e deputado federal) o Burguer King realizou uma campanha de marketing instigante com finalidade educativa. Em cerca de um minuto de vídeo, a campanha **“BK: Whopper em Branco”** alertava sobre a liberdade que temos de votar em branco e as consequências dessa decisão. **A mensagem da campanha era a seguinte: “quando alguém escolhe no seu lugar não dá para reclamar do resultado”.** Ou seja, quando decidimos não direcionar o nosso voto a nenhum partido ou candidato ao votarmos em branco (o que faz com que, no cômputo geral, o seu voto seja considerado inválido) traz como consequência dessa “não escolha” os resultados colhidos nas urnas com base na vontade dos que optaram por votar em alguém. Como consequência desse voto em branco, os participantes do vídeo que haviam simulado esse tipo de voto recebem um lanche com apenas cebola e maionese. Todos reclamam da escolha do outro para eles.



**Confira o Vídeo:  
BK: Whopper em Branco**



**Campanha Chevrolet** - Também em 2018 a Chevrolet, em sua propaganda do Cruze (carro da marca) realizou uma campanha de

marketing que dialogava diretamente com a política. **O comercial apresentava a construção de uma cidade possível se todos participassem da maneira adequada, os recursos públicos fossem empregados com eficiência e as pessoas tivessem mais consciência das suas escolhas.** Ao longo de aproximadamente 1 minuto de vídeo o carro em destaque passa por diversos pontos importantes de capitais brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em um relance de contrastes de imagem é possível observar as cidades reais, com os seus problemas infraestruturais: ruas esburacadas, espaços públicos abandonados, áreas destinadas ao lazer inexistentes, rios poluídos e lixo acumulado em espaços urbanos. Em contraposição, apresenta-se a cidade ideal: projetos de urbanização efetivos, pessoas praticando esportes em áreas adequadas, prédios com telhados verdes e infraestrutura impecável. A mensagem transmitida é resumida em uma frase que aparece ao longo da exibição após provocar quem assiste a imaginar essa cidade ideal: “chegou a hora de acelerar em direção à mudança”.



**Assista o Vídeo:  
Chevrolet “Como deveria ser”**



Para além dessas duas campanhas, poderíamos lembrar também do vídeo dos sorvetes **Ben & Jerry's** buscando arrefecer as diferenças políticas entre as pessoas. Mas além de ações na forma de campanhas publicitárias como as exemplificadas, há empresas que têm apostado em ações de educação política de maior fôlego. A disseminação de informações fundamentais acerca do funcionamento do sistema político tem sido central nessas empreitadas, como: a importância do voto e a sua lógica de contagem nos dois sistemas eleitorais em operação no Brasil (sistema majoritário e sistema proporcional), a relação entre os Poderes, as responsabilidades dos entes federativos no Brasil (municípios, estados e União) e os principais mecanismos de participação política para além do voto. É o caso dos programas de **Educação Política do Instituto Votorantim** na forma da publicação de vídeos e do livro

“O Guia do Voto” (2018 e 2020), e da **Laticínios Tirolez** em seu “**Programa de Educação Política**” (2018).

Para saber mais a respeito dos aspectos básicos do funcionamento do sistema eleitoral no Brasil ler a **Parte 3** “Como eles chegam lá? O sistema proporcional é injusto?” do livro de Humberto e Bruno “**Poder Legislativo Municipal: entender de política começa por aqui**”



**Livro “Poder Legislativo Municipal” –  
2º livro desta série**



**Guia do Voto - A Votorantim**, sob autoria do Humberto, editou este guia que tem como objetivo contribuir para a valorização do exercício do voto - a primeira edição de 2018 e a segunda de 2020. A ênfase na compreensão das atribuições dos principais cargos eletivos é fundamental para o exercício efetivo da cidadania. **A visão da organização, apresentada no próprio Guia do Voto, é a de que “é papel da empresa contribuir para o processo de conscientização política”.** O livro apresenta importantes conteúdos acerca do que são as eleições no Brasil, o desafio de superar a distância dos eleitores em relação aos partidos políticos, a explicação a respeito do funcionamento do sistema eleitoral majoritário e o sistema proporcional e a importância do Poder Executivo e do Poder Legislativo na democracia brasileira.



**Guia do Voto - Votorantim**



**Programa de Educação Política Tirolez** - Em 2018, a **Tirolez** decidiu realizar **um amplo programa de Educação Política voltado aos seus milhares de colaboradores.** Aliás, o compromisso da em-

presa com a qualificação da política se inicia em 2002, quando o Humberto ministra uma palestra para um conjunto de colaboradores na matriz da empresa, em São Paulo. Reunindo melhores condições para a realização de um amplo projeto, através do desejo dos donos da empresa, Sr. Cícero Hegg e Sr. Carlos Hegg, a ação de 2018 contou com a coordenação do Bruno, e ocorreu em todas as unidades de produção e armazenamento da empresa. À época, milhares de colaboradores foram impactados pelas ações de Educação Política na forma de palestras nas quais foram abordados os seguintes temas: “Política, Democracia e Cidadania”; “Eleições, Organização do Estado e Três Poderes no Brasil” e; “Política dos políticos, Cidadão ativo na sociedade e Você faz a política”. Ademais, **foram produzidas videoaulas a respeito dos mesmos temas e disponibilizadas gratuitamente pelo canal oficial da empresa no Youtube**, com o intuito de incentivar outras pessoas a construir uma relação diferente com a política.



### Programa de Educação Política Tirolez, módulo 1: “Política”



Talvez você deva estar se questionando: **o que levaria uma empresa a investir em ações com o intuito de promover educação política?** O que os donos dessas empresas ganhariam por meio dessas ações? Quais os possíveis retornos que os empresários visualizam? O cálculo puramente utilitário e imediatista, baseado em uma lógica econômica, certamente aparece na forma de um grande ponto de interrogação em nossas cabeças. Mas duas coisas precisam ficar evidentes aqui: **relatórios e indicadores mundiais de responsabilidade social corporativa perguntam para as grandes empresas o que elas fazem a respeito do estímulo ao fortalecimento democrático.** Isso é essencial de ser entendido e explica muitas das razões para a adoção de projetos desse tipo. Além disso, **devemos deixar muito evidente aqui que programas de educação política como os que trazemos aqui são democráticos, suprapartidários e essenciais, e não podem ser confundidos**

**com a ação criminosa de empresas que às vésperas das eleições ameaçam seus funcionários e buscam interferir de forma unilateral em seus votos**, lhes ameaçando ou sugerindo que a vitória ou a derrota de uma dada candidatura pode trazer consequências aos seus postos de trabalho. **Isso é crime eleitoral e assédio moral grave.**



Assim, voltemos a entender que **a valorização da democracia como ação de responsabilidade social empresarial é uma causa que tem mobilizado algumas empresas recentemente.** É uma causa que nós, Humberto, Joyce e Bruno também nos identificamos por termos a oportunidade de participar de algumas ações importantes. Além de lembrarmos de ações do Movimento Voto Consciente ou de nossas trajetórias em organizações como o Banco Itaú-Unibanco, a Suzano, os Laboratórios Fleury, a Fersol, a Belgo Mineira, a Eurofarma, o Banco Fator, a Johnson & Johnson, a Agência Tutu, as citadas Votorantim e Tirolez, a Síntese Engenharia e até mesmo uma indústria de panificação que produzia pães para uma gigante do fast-food. Mas vamos tratar em especial de um caso que nos desperta muito carinho devido ao compromisso com a promoção de um processo de formação suprapartidário, voltado à difusão de conhecimento acerca do funcionamento de aspectos centrais do sistema político brasileiro e da identificação das possibilidades de participação do cidadão junto ao Estado. Para além do tema central, esse caso mostra a sensibilidade da empresa com o envolvimento de seus colaboradores como disseminadores dos conteúdos que levamos até eles.

Falamos aqui do **Programa de Educação Política da Engeform**, empresa do ramo da construção civil, engenharia e energia renovável que decidiu investir na formação cidadã dos seus colaboradores desde 2018, realizando ações permanentes nesse sentido. A seguir, contamos essa interessante história da empresa na qual nós também somos parte integrante. **É mais um caso que nos inspira vinculado a uma causa que muito nos anima: empresas investindo em ações que possam culminar em fortalecimento da cidadania.**

**Programa de Educação Política Engeform** - Diante do cenário de forte polarização política na sociedade brasileira, em 2018 a Engeform se aproxima do **Movimento Voto Consciente** no sentido de estabelecer uma parceria voltada à realização de palestras junto aos seus colaboradores, tanto em sua matriz quanto nos diferentes canteiros de obras sob a sua responsabilidade. Dentre os temas abordados na ocasião, destaque para a importância do voto na construção da realidade e as responsabilidades institucionais dos Poderes Executivo e Legislativo nas diferentes áreas de políticas e serviços públicos, como: saúde, educação e cultura, por exemplo. A preocupação da empresa em ofertar protagonismo ao projeto foi tanta que em seu quadro de evolução das atividades históricas aparece o **“Programa de Educação Política 2018”** ao lado de uma bandeira do Brasil. Essa imagem é emblemática e especial para os sócios da Engeform, assim como para todo o time, em função da linha do tempo representar as grandes conquistas e as principais atividades desenvolvidas ao longo de décadas de existência.

Diante da importante parceria junto ao MVC, a Engeform decide, a partir de 2019, ampliar o escopo do projeto e avançar para ações de médio prazo. Ao ir além das atividades na forma de palestras de conscientização política é organizado um importante núcleo no âmbito do Programa de Educação Política chamado **“Embaixadores da Democracia”**. Formado por colaboradores voluntários muito interessados em temáticas políticas e com perfil associativo, o grupo passa a ser composto por mais de duas dezenas de cida-

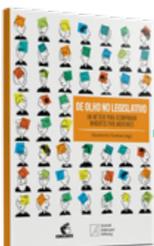
dãos e cidadãs que aceitam o desafio de mergulhar numa jornada formativa de mais de um ano de atividades. Dentre elas, destaque para as aulas periódicas acerca de temas fundamentais da política, a saber: “Política, Democracia e Cidadania: construindo o espaço público”; “Eleições, Voto e Participação nos pleitos”; “Estado e Três Poderes: as responsabilidades institucionais”; “Políticas públicas, cultura política e participação: como a sociedade pode atuar além das urnas?”; “Poder local e política municipal: como pensar as cidades?”; “Prefeitos e prefeituras: o que fazem, como funcionam e como cobrar?”; “Poder Legislativo Municipal: estrutura e funcionamento” e; “Vereadores e os vínculos com os cidadãos: a importância de aprendermos a olhar para os representantes, acompanhar e cobrar”.

Ainda no ano de 2019 as ações formativas ocorrem também junto ao público-geral de colaboradores da empresa com vistas a ampliar a visão acerca da importância da política local em suas vidas. Sobretudo considerando a proximidade das eleições municipais em 2020 e a possibilidade de colher resultados importantes dentro da empresa a partir de maior engajamento no debate público envolvendo os desafios das cidades de origem dos colaboradores. O objetivo era fomentar debates importantes a respeito das competências políticas municipais, das eleições e do nosso papel como cidadãos na fiscalização do trabalho realizado pelos políticos. **O lema básico passou a ser o seguinte: começar a preparação para a próxima eleição já na eleição presente.** Afinal, aqueles que escolhemos para nos representar devem ser acompanhados ao longo dos seus mandatos a fim de avaliarmos o trabalho realizado (seus pontos positivos e negativos) e, desse modo, viabilizar a possibilidade de escolhas mais conscientes.

A ideia inicial da ação sequenciada envolvendo os Embaixadores da Democracia e o público-geral da empresa era começar a preparação em 2019 para que, ao longo de 2020, fosse possível construir uma **“Agenda Engform de Políticas Públicas”** a partir

de demandas obtidas junto aos colaboradores ao longo das ações educativas. Dessa forma, haveria a possibilidade de encaminhar para candidatos a prefeito nos municípios de maior concentração dos colaboradores as demandas construídas, coletivamente, por esse conjunto de cidadãos e cidadãs.

Por sua vez, caberia aos Embaixadores da Democracia a organização de momentos de diálogo junto ao público-geral de colaboradores para que pudessem fomentar uma discussão política qualificada. Os Embaixadores também aplicariam o Método MVC de acompanhamento de mandatos parlamentares, constante no livro **“De olho no Legislativo: um método para acompanhar trabalhos parlamentares”** a fim de analisarem os trabalhos na Câmara Municipal de São Paulo. Ao subsidiar as discussões sobre a construção dessa Agenda Engeform, os Embaixadores cumpririam importante papel de multiplicação de boas ações cidadãs.



### Livro “Voto Consciente - De Olho no Legislativo”



No entanto, logo no início de 2020 todos fomos surpreendidos com a chegada do novo coronavírus e, em questão de pouco tempo, com a disseminação do vírus ao redor do globo configurando uma situação de pandemia. Devido à impossibilidade de reunião em função do necessário distanciamento social, as ações do Programa precisaram ser reestruturadas, principalmente a fim de utilizar o ambiente de aprendizagem universal naquele momento, o virtual. Diante desse desafio, **o que fazer para gerar engajamento em toda a empresa e possibilitar que os Embaixadores colocassem em prática muitos dos conceitos e conteúdos apreendidos no ano anterior?**

Nesse momento ganha forma a ideia de expandir as ações educativas para além dos muros da Engeform. Isso ocorre por meio da criação de uma página de Educação Política da empresa no Instagram (@educacaopoliticaengeform), a qual já contava, em setembro de 2021, com mais de 1.800 seguidores. **Diariamente, conteúdos educativos e informativos a respeito da política são compartilhados pela página com o auxílio da Manacá – Comunicação e Marketing.**



### Educação Política Engeform - Instagram



A partir da criação da página, um grande esforço para a produção de conteúdos educativos em política passou a nortear o grupo. Incentivados a criarem materiais audiovisuais para a página, os Embaixadores da Democracia são convidados a participar de um game (jogo): o **“Construtores da Cidadania”**. A disputa consistia na produção de uma sequência de vídeos com conteúdos de educação política, os quais foram publicados na página em um esquema de chaveamento. A cada semana, os vídeos postados na página eram apresentados para que os seguidores votassem no que mais havia lhes agradado. Seguia para a próxima etapa o embaixador cujo vídeo tivesse atingido maior quantidade de curtidas na página. O resultado do game, do ponto de vista do engajamento e dos conteúdos publicados, foi muito interessante: **cerca de quarenta vídeos produzidos abordando variados temas políticos que geraram milhares de visualizações na página, além de diversos compartilhamentos.**

Já em um momento de maior controle da pandemia, o público-geral de colaboradores da Engeform também foi contemplado com uma formação presencial por meio de palestras de conscientização política e a importância de um voto consciente em diferentes canteiros de obras da empresa antes das eleições.

Ademais, mantiveram-se encontros virtuais junto aos Embaixadores da Democracia para o debate a respeito das principais questões políticas nacionais e dos desafios associados às eleições municipais que se aproximavam. Como legado dessa etapa de formação os Embaixadores passam a elaborar, coletivamente, um material didático para ser utilizado junto ao público geral da empresa. Trata-se da **“Cartilha de Educação Política dos Embaixadores da Democracia”**, a qual aborda temas fundamentais da política em uma linguagem simples e direta para amplos públicos. **A cartilha apresenta os seguintes assuntos: “A responsabilidade das empresas na política”; “Democracia”; “Como a política afeta a nossa vida”; “Cidadania: direitos e obrigações fundamentais”; “As eleições e o voto”; “Mitos e verdades do processo eleitoral” e; “Segundos para vota, anos para acompanhar!”**. Como é possível perceber, o material é uma síntese da lógica de formação dos Embaixadores com potencial de multiplicação. É importante salientar que **a Cartilha pode ser acessada gratuitamente no site do Movimento Voto Consciente.**



### **Cartilha de Educação Política dos Embaixadores da Democracia**



**A partir de 2021 o Programa de Educação Política Engeform continua a avançar no sentido da sua consolidação interna na empresa e expansão externa, com vistas à perenidade das ações.** Dentre os principais objetivos, destaque para: a manutenção do engajamento nas atividades dos Embaixadores da Democracia junto ao público-geral; consolidação da página **@educacaopoliticaengeform** no Instagram a partir da continuidade das publicações de caráter educativo e informativo, além da realização periódica de lives com convidados da rede do Movimento Voto Consciente para ampliação do debate de assuntos públicos relevantes; realização de ações estruturantes em anos ímpares e; desenvolvimento de ações de impacto educati-

vo em anos pares, com a presença expressiva dos Embaixadores da Democracia.

Nas palavras do grande entusiasta do Programa de Educação Política na Engeform e um dos sócios da empresa, Arnaldo Landi: “Nós da Engeform temos a firme convicção de que promover a educação política suprapartidária e incentivar ações individuais ou coletivas de participação direta ou indireta na política é uma responsabilidade inerente à empresa e aos seus líderes. Orientados por essa convicção desenvolvemos o nosso Programa de Educação Política, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento da consciência política de cada membro de nosso time, para que possam fazer a sua parte na sociedade”.



Viu só como é possível acompanhar resultados importantes do ponto de vista da valorização da democracia como ação de responsabilidade social empresarial? **Diferentemente de como muitos de nós pensamos, as empresas podem (e devem) se envolver em ações que visem alargar a participação política em nossa sociedade.** Além de serem também responsáveis pela promoção da educação na sociedade, conforme apresentado no início do capítulo, devido à credibilidade que possuem e ao alcance dos milhões de brasileiros vinculados a elas, o impacto das ações nesse âmbito pode contribuir diretamente para o fortalecimento da cidadania.

No entanto, cuidados especiais devem ser tomados, como a preservação de um ambiente voltado ao diálogo, a disseminação da tolerância

política e a conscientização acerca das diferenças. É ilusório imaginar que as pessoas não debaterão sobre diferentes aspectos políticos no seu dia a dia. O que não podemos aceitar como razoável é a exacerbação das divergências políticas para um nível de conflito intenso, o qual possa incorrer em desqualificação do outro e esgarçamento do ambiente de trabalho. A questão central é muito simples: **se for possível qualificar essas conversas, informar com precisão e melhor preparar os indivíduos para o exercício da cidadania e efetivação dos seus direitos, quem poderia perder com isso?** Absolutamente ninguém comprometido com a democracia.

Importante finalizarmos também esse capítulo com mais uma provocação: **e você, já pensou o quão positivo poderia ser uma formação voltada à cidadania no seu local de trabalho?** A construção de espaços de escuta e o aperfeiçoamento da sua visão de mundo? Afinal de contas, a democracia não se constrói do lado de fora de onde você trabalha, mas em todos os espaços das nossas vidas: em casa, na escola, no clube, na Igreja e, também, na empresa. •





## PARTE 8

# EDUCOMUNICAÇÃO E O PAPEL DO JORNALISMO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

### VOCÊ JÁ PAROU PARA REFLETIR SOBRE COMO CONSTRUÍMOS A NOSSA PERCEÇÃO A RESPEITO DOS TEMAS QUE IMPACTAM A NOSSA REALIDADE?

Como você passa a saber se o preço do botijão de gás e dos combustíveis variou? Se a inflação do país está sob controle ou descontrolada? Se a vacinação no posto de Saúde está acontecendo conforme os cronogramas estabelecidos inicialmente ou se está caminhando em um ritmo mais lento? Se obras prometidas pelos governos foram entregues ou estão completamente paralisadas? Como obtém informação a respeito do que ocorre no âmbito da presidência da República, do Congresso Nacional ou do Supremo Tribunal Federal? Como sabe o que ocorre no seu estado, e na sua cidade?

**Seja direta ou indiretamente, certamente a produção de informação passa por um veículo de comunicação.** A grande questão é saber se essa informação está relacionada à atividade do jornalismo profissional ou não. Quando está relacionada, certamente acessamos algo que é fruto do trabalho de checagem da veracidade da notícia. Fatos são apurados e, se realmente aconteceram, devem ser divulgados. Podemos até não gostar da maneira como a informação é apresentada para nós ou como muitos a interpretam. No entanto, **sem o trabalho**

**do jornalismo profissional fica muito difícil separar o que é FATO do que é FAKE nos dias de hoje.** E um detalhe: tem muito lugar que se vende como detentor de credibilidade e não pratica jornalismo sério e pautado em parâmetros. Difícil!

Nos últimos anos incorporamos de maneira intensa a palavra originada da língua inglesa em nosso vocabulário: *“fake news”*. Fruto da junção de dois termos, *“fake”*, que significa falso e, *“news”*, que diz respeito à notícia, a palavra possui o sentido de “notícia falsa”. **A popularização do termo ocorre em um contexto de expansão do uso das redes sociais como meio de comunicação, através das quais não há muitas garantias de veracidade das informações compartilhadas por seus usuários.** Como qualquer um de nós se tornou “produtor” de conteúdos na era das redes, a checagem do que é compartilhado se torna extremamente difícil. Inclusive com muitos políticos ao redor do mundo promovendo campanhas de desinformação a partir do compartilhamento de notícias falsas para seus apoiadores e seguidores tendo em vista a “reconstrução” dos fatos para que se encaixem em suas narrativas. **Diante disso tudo é possível afirmar que vivemos na chamada era da “pós-verdade”. Mas você sabe o que é essa expressão?** Confira a seguir.

**O que é “pós-verdade”?** - Diz respeito à vontade pessoal de acreditar em uma determinada informação atribuindo a ela o caráter de Verdade. É importante reconhecermos que há uma tendência de que tudo aquilo que chega até nós em termos de informação e que acaba por reiterar a nossa percepção da realidade é visto por nós como “verdadeiro”, ao passo que tudo aquilo que refuta nossa visão tende a ser visto como “falso”. Esse tipo de atitude acaba sendo muito natural para nós, quase um ato inconsciente. O problema é que no mundo real não deveria ser assim. Afinal de contas, é somente por meio do processo de questionamento acerca do que realmente eu sei sobre os fatos e fenômenos que ocorrem ao meu redor que consigo chegar mais próximo da veracidade das coisas.

É o que a atividade filosófica nos incita desde que fora delineada pelos gregos antigos: **questionar os fundamentos do que eu penso saber a fim de identificar o que realmente eu sei e o que é preciso conhecer.** Na chamada “pós-verdade”, as crenças das pessoas acabam sendo mais fortes do que os fatos vivenciados. As informações que circulam com grande velocidade pelas redes são compartilhadas por milhões de pessoas, muitas das quais não se preocupam em saber a fonte da emissão da informação. Ao contrário: por confiarem em quem compartilhou a suposta notícia, tendem, subjetivamente, a atribuir o sentido de verdade ao que receberam. Isso pode resultar na crença a algo que nunca ocorreu ou interpretarmos os acontecimentos à luz do que eles jamais foram. **O grande problema associado à pós-verdade é que ela contribuiu para a produção da desinformação na sociedade, o que comumente leva à radicalização de posicionamentos e visões de mundo, sobretudo no campo da política.**

Nessa edição do Podcast “**Politiquês**”, do **Nexo Jornal**, é discutido o tema da pós-verdade e da fake news. Vale a pena conferir!

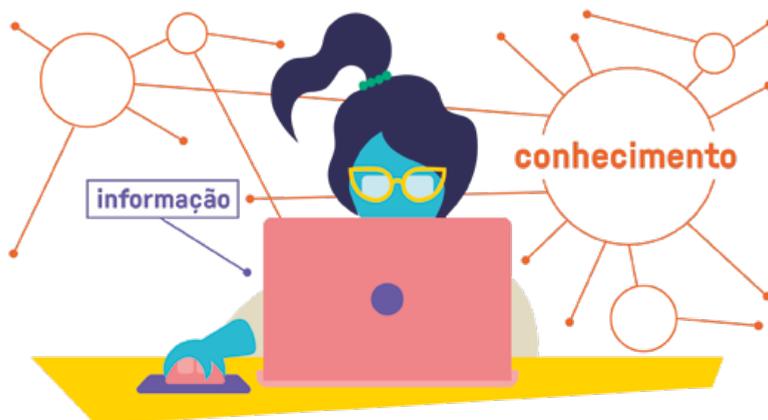


**Podcast “Politiquês” -  
Pós-verdade e fake news**



A pós-verdade e as *fake news* só são possíveis por conta dos avanços nas tecnologias de informação e comunicação que transformaram a maneira como nos comunicamos na sociedade de massas. É importante enfatizarmos que vivemos em uma era hiper tecnológica, marcada pelo rápido e fácil acesso à informação em questão de segundos. Basta um toque na tela do seu smartphone e pronto! Passamos a acessar o que desejamos. Do resultado do último jogo de futebol do seu time do coração às tragédias naturais que podem assolar o outro lado do mundo. Para os que cresceram ouvindo dos mais velhos que “conhecimento é poder”, para atingi-lo certamente é necessário informação. E se tem algo que devemos valorizar em nossa sociedade é o conhecimento.

No entanto, todos sabemos: **acesso à informação não é o mesmo que acesso ao conhecimento.** Vejamos.



De maneira extremamente simples, **informação** é saber o que, como e onde está acontecendo ou aconteceu algo. Já o **conhecimento** é a capacidade de relacionar essa informação a outros acontecimentos do passado, a conceitos que auxiliem na compreensão do que está ocorrendo e a formular possíveis interpretações ou soluções para a circunstância. Por exemplo: você vê uma notícia na televisão sobre a votação e discussão no Congresso Nacional de uma reforma que impacta sua aposentadoria. Em um primeiro momento você tem acesso rápido à informação. Já soube, em questão de segundos, que algo pode acontecer com a sua aposentadoria devido a tais mudanças. Certamente dúvidas começam a surgir em sua cabeça. Como avaliar se as mudanças que estão sendo propostas podem lhe trazer benefícios ou malefícios? Sozinho, você saberia dizer quais outros aspectos da lei poderiam incidir sobre a sua realidade? Saberia comparar as regras antigas de aposentadoria às novas que foram elaboradas? Ou conseguiria analisar os pontos mais problemáticos e os mais virtuosos da medida? Por mais que você seja um especialista e esteja imaginando essa situação, certamente a sua resposta sincera deve ser: **NÃO**.

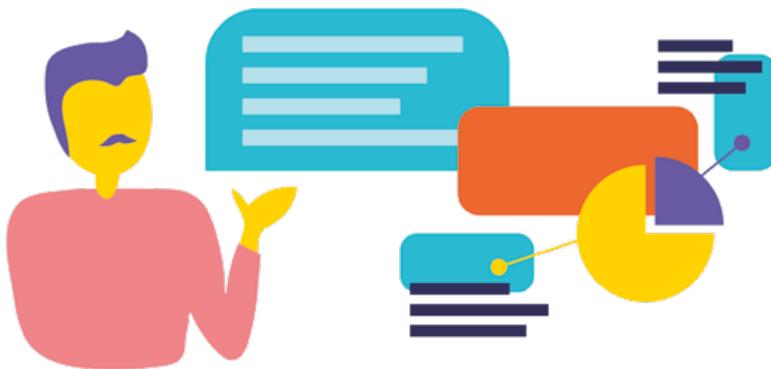
Isso porque é preciso não apenas nos informarmos com qualidade acerca dos acontecimentos que impactam as nossas vidas, sobretudo aqueles que possuem relação direta com as decisões políticas. Mas é

preciso compreendermos o que está acontecendo. Ainda em referência ao exemplo anterior da votação sobre a aposentadoria, o salto significativo entre o mero acesso à informação e o conhecimento a respeito do que é possível deduzir a partir dessa informação resulta de explicações que possam ser somadas às nossas experiências de vida e conhecimento que já possuímos sobre algo. Por isso mesmo, **se a informação divulgada vier acompanhada de uma explicação de um analista a respeito de como era antes e como passa a ser a partir de então as regras de aposentadoria, você poderá qualificar a maneira como vai lidar com a informação.** Inclusive utilizando-a a favor dos seus interesses e causas políticas. Você pode até não concordar com o que o especialista diz, e o ideal seria aqui somar especialistas, visões ou mesmo acompanhar um bom debate com posições diferentes entre si. Assim, a construção de um conhecimento sobre algo não é automática, mas sim um processo. Em meio à elaboração desse conhecimento, contar com o auxílio de especialistas é fundamental para aperfeiçoarmos a compreensão e o ponto de vista sobre algo. Insistimos: nem que seja para, posteriormente, você discordar. Sem isso, perdemos a nossa capacidade de desenvolvermos um raciocínio crítico e, conseqüentemente, aperfeiçoarmos a nossa atuação como cidadãos mais conscientes. Dito de outro modo, isso é **EDUCOMUNICAÇÃO**. Você já ouviu falar nisso?

O professor **Ismar de Oliveira Soares**, um catedrático da **Universidade de São Paulo (USP)**, afirma que **educomunicação (ou educom, como também é conhecida) diz respeito às inter-relações entre a comunicação e a educação como um campo de diálogo e espaço voltado para a produção de conhecimento crítico e criativo, direcionado principalmente para a cidadania.** Na perspectiva da educomunicação, se somos seres que se comunicam uns com os outros e que aprendem uns com os outros, por definição, o processo educacional e comunicacional é indissociável. Portanto, se desejamos nos comunicar melhor, com mais clareza a respeito do que está presente em nossa realidade, é preciso entendermos essa realidade. **O processo de comunicação pode ser, também, um processo educativo.**

Se há tempos, para muitos, falar em educação era algo que remontava às carteiras enfileiradas em uma escola e um professor que detinha a maior quantidade de informações acerca de um tema específico, essa visão foi fortemente afetada pela explosão das novas tecnologias de informação e comunicação. A revolução promovida pela internet em meados dos anos 1990, mas de modo mais intenso na primeira década do século XXI, impactou todas as atividades humanas. Não foi diferente com a escola e, certamente, para os veículos de comunicação, os quais passaram a identificar também o seu potencial educativo.

Diante dessa perspectiva, a maneira de se fazer jornalismo se transformou profundamente nos últimos tempos. **De órgãos de imprensa responsáveis em noticiar os acontecimentos para públicos que recebiam a notícia mais passivamente, o caráter interativo e educativo passou a ser cada vez mais demandado nesses meios.** A possibilidade de levar às pessoas análises mais didáticas a respeito dos acontecimentos passou a se disseminar nas diferentes atividades jornalísticas. **Embora a matéria-prima do jornalismo seja a notícia, a qual só existe a partir do acesso à informação, compreender o que está sendo noticiado se tornou cada vez mais fundamental.** O diferencial passou a ser os comentários, análises, apresentação de dados, explicações e a capacidade de conectar fatos à vida das pessoas. Eis a difícil missão que jornalistas e colaboradores da mídia precisam apresentar ao público em uma sociedade que não é mais a da obtenção do conhecimento, mas a da construção do conhecimento.



É nesse sentido que, dentre as causas que nos motivam, a nossa participação em meios de comunicação a fim de explicarmos aspectos fundamentais relacionados à política ocupa especial espaço em nossas vidas. Alguns de nós, como uma das opções profissionais, atuamos diretamente vinculados a meios de comunicação. Como **Humberto**, há anos, que **trabalha como comentarista político da Rede de TV em um quadro chamado “Avança Democracia!”**. Além do tempo em que apresentou jornal na **Rádio Estadão**. De semelhante modo, **Bruno** há anos **atua como comentarista** e, mais recentemente, **apresentador das Rádios CBN** localizadas na região central do interior do estado de São Paulo – Araraquara e São Carlos. No entanto, fora essa vinculação direta, todos nós também colaboramos, de modo voluntário, junto a diversos meios de comunicação, como sites e blogs ligados a grandes veículos de imprensa e meios de comunicação como rádios e canais de TV. O **Movimento Voto Consciente**, inclusive, do qual somos diretores, sempre foi uma ONG que atraiu muitos pedidos da imprensa para comentários.

Entendemos que a **causa da participação política associada à difusão de informações, análises e explicações educativas de qualidade para os cidadãos é condição fundamental para a qualificação da atividade política e, conseqüentemente, da própria democracia**. A partir desse princípio é que compartilhamos alguns exemplos a respeito da educomunicação e o importante papel que alguns meios de comunicação tem desempenhado na difusão de informações fundamentais para a compreensão dos processos políticos aos cidadãos. Essa causa nos é muito cara pelo fato de sabermos que a atuação de qualquer cidadão na sociedade é ancorada no que ele sabe (ou supõe entender) a respeito da política.

Por exemplo: se eu não compreendo a importância dos votos válidos na definição de uma eleição, uma vez que eles são contabilizados para definir os candidatos eleitos, eu posso votar em branco sem saber o destino desse voto ou o quanto ele pode, indiretamente, impactar no resultado final do pleito. Se mais pessoas votarem em branco, os que

estarão efetivamente decidindo o resultado final serão aqueles que escolheram um candidato que pode não ser aquele de sua preferência. Logo, se desejo me eximir da responsabilidade de escolher, preciso conviver com o fato de que a decisão do outro é que pesou para o resultado colhido nas urnas. Você percebe a importância do conhecimento com a finalidade educativa através de um simples exemplo envolvendo uma temática política? Essa é a relevância da educomunicação em sintonia com o universo da política.

Aliás, entre os meios de comunicação que possuem espaços importantes voltados à educomunicação, destacamos três exemplos de casos que nos inspiram: o **Blog Legis-Ativo**, uma parceria entre o Movimento Voto Consciente e o Jornal Estadão e seu **podcast**, nos quais temos atuação direta e; o **Nexo Jornal**, voltado à divulgação de conteúdos informativos e com amplo uso do jornalismo de dados que acaba sendo importante para a realização de análises dos principais acontecimentos nacionais.

### **Blog Legis-Ativo, resultado de uma parceria entre o Movimento Voto Consciente e o Jornal Estadão**

O blog Legis-Ativo conta com 20 cientistas políticos e cientistas políticas de todas as regiões do Brasil os quais, semanalmente, **publicam análises inéditas acerca de diferentes aspectos do Poder Legislativo no Brasil.**

Aliás, este é um fator distintivo do blog: a ênfase de pesquisadores nos processos envolvendo parlamentos brasileiros que resultam em análises que comportam desde as dinâmicas locais das câmaras municipais, passando pelas Assembleias Legislativas Estaduais até chegar no Congresso Nacional. **Os cientistas políticos que participam desse grupo são também professores universitários e/ou pesquisadores vinculados às mais renomadas universidades brasileiras.** Isso confere profissionalismo e preocupação didática nas análises publicadas, as quais cumprem com um importante papel de aproximar os leitores do blog sobre o que ocorre nos legislativos. A preocupação em explicar aspectos do processo legislativo, as estratégias, os cálculos políticos por detrás das

decisões e o impacto das medidas tomadas pelos atores políticos para a democracia brasileira têm como principal objetivo auxiliar na educação do cidadão no sentido de aprender a olhar de modo mais aprofundado para os parlamentos.



**Blog Legis-Ativo: a Ciência Política e um olhar sobre os Legislativos**



**Se preferir, acesso os textos no portal do Movimento Voto Consciente**



**Podcast Legis-Ativo** - Resultado do apoio da Fundação Konrad Adenauer e do Movimento Voto Consciente, o podcast ligado ao Estadão é comumente **apresentado pelos cientistas políticos Humberto Dantas, Vítor Oliveira e Graziela Testa**. Em cada episódio, um resumo daquilo que foi destaque ao longo da semana nos parlamentos brasileiros, especialmente no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Com uma grande dose de bom humor e refinada análise política, os participantes apresentam um panorama importante do comportamento dos atores legislativos e das decisões políticas que importam na sociedade**. Os episódios ficam disponíveis todas as sextas-feiras nos principais agregadores de podcasts, como Spotify, Deezer e Google Podcast.



**Podcasts “Legis-Ativo”**



**Nexo Jornal** - O jornal possui uma característica muito específica e interessante: a análise de temas relevantes da política, economia, cultura e sociedade por meio da contextualização das informações à luz de dados que ajudam a aprofundar as informações.

**Utilizando o jornalismo de dados, são produzidos infográficos, gráficos, mapas, vídeos, podcasts e entrevistas que tem como objetivo ampliar a visão dos leitores sobre os acontecimentos.**

Há seções especiais dentro do site que possuem finalidade educativa clara: o **“NexoEDU”**, voltado especialmente para professores e alunos e que traz curiosidades e temas escolares sob a mesma lógica das matérias do Nexo Jornal e o **“Nexo Políticas Públicas”**, o qual reúne dados e análises muito completas sobre diferentes problemas públicos e as políticas existentes para enfrentá-los. São também divulgadas informações de caráter histórico que auxiliam na contextualização e compreensão de diversos desafios públicos aos cidadãos.



**Nexo Jornal**



**Estes casos nos inspiram por um motivo comum: através desses espaços é possível acessar conteúdos de qualidade, comprometidos com a veracidade dos fatos e baseados em dados e informações verídicas e relevantes.** Na condição também de acadêmicos, a valorização da realidade e a busca pela verdade é uma constante nos nossos trabalhos, pesquisas e ações. Trata-se de um valor que consideramos fundamental para qualquer atividade que realizamos. E você, já havia acessado algum desses materiais? Conhecia esse conceito importante de educomunicação? Preocupa-se com a qualidade da informação e das análises que ajudam a formar a sua visão de mundo? Essa reflexão é fundamental. Adicionalmente, é importante salientar que projetos sociais também se preocupam com a lógica da educação associada à comunicação, e vice-versa. **A educomunicação pode ser uma causa associada à ideia de Participação Política em amplo sentido.** Existem projetos que ensinam português e redação mostrando como devemos ler e absorver o noticiário. Existem projetos que buscam relatar de forma alternativa à grande imprensa, realidades vividas em termos mais específicos. Aqui se destacam os projetos de agências in-

dependentes que retratam as periferias dos grandes centros de forma pouco usual aos formatos disseminados, e por vezes preconceituosos. Exemplos não faltam nesse universo.

Em tempos marcados por tantos produtores de conteúdos pelas redes, os quais muitas das vezes nem fazem ideia ao certo do que estão falando, **há um valor elementar no jornalismo profissional que precisa ser preservado: a credibilidade da informação.** Sem isso, todos saímos prejudicados na condição de cidadãos, pois seremos influenciados por indivíduos que não possuem outro compromisso senão com os próprios interesses particulares e questionáveis. •





## PARTE 9

# ESTADO COMO MOTOR DE MAIS PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

### **ALÉM DAS DIFERENTES CAUSAS QUE APRESENTAMOS ATÉ AQUI QUE NOS INSPIRAM A PARTICIPAR POLITICAMENTE DE NOSSA REALIDADE**

é importante destacarmos as formas de participação institucionais – oficiais, trazidas pelo poder público. Por meio delas, causas apresentadas por conjuntos de cidadãos ou organizações da sociedade civil podem impactar diretamente nas políticas gestadas pelo Estado.

Em outros termos, **o Estado brasileiro** – entendido aqui como um conjunto de instituições políticas que envolve os Poderes da República e os atores estatais como os representantes políticos e o corpo burocrático e administrativo do país – **garante aos cidadãos diferentes possibilidades de participação política** que tenham como objetivo impactar, diretamente, a produção de políticas públicas, melhorar os serviços públicos ofertados e pressionar para que demandas sejam ouvidas e direitos possam ser efetivados. **Isso tudo além do consagrado VOTO.**

O leque de possibilidades de participação formal via instituições participativas é amplo. Importante destacarmos que há modalidades de participação que necessitam apenas do desejo e vontade do cidadão em interagir com as decisões políticas no âmbito do Estado. Um exemplo

desse tipo é a **participação do cidadão ao acompanhar os trabalhos realizados na câmara municipal de sua cidade**, as votações feitas pelos vereadores e os projetos analisados nas sessões ordinárias a fim de saber se o seu representante tem atuado em consonância com o prometido na campanha eleitoral.

Há outras possibilidades que implicam em engajamento mais amplo da sociedade civil organizada. Como, por exemplo, membros de uma associação voltada à causa ambiental que se preocupam com a quantidade de queimadas em sua cidade e, de maneira organizada, decidem coletar assinaturas e participar do espaço da Tribuna Popular na câmara da sua cidade para chamar a atenção sobre esse problema. Mas antes de avançarmos sobre esses repertórios, vale frisarmos o que já havíamos explorado lá atrás, logo na Introdução do livro.

Para aprofundar o seu conhecimento sobre a participação política junto à câmara municipal da sua cidade, recomendamos a leitura da Parte 5 **“Para entender de vez o Legislativo Municipal: vereador não é funcionário do prefeito”** do livro de **Humberto Dantas** e **Bruno Souza da Silva** “Poder Legislativo Municipal: entender de política começa por aqui”. A partir da compreensão do trabalho parlamentar ficará muito mais fácil entender como participar e pressionar os representantes.



Livro “Poder Legislativo Municipal” –  
2º livro desta série



**Deve estar muito evidente para você o fato de a participação política não se encerrar no exercício do voto.** Reiterando o que já havíamos dito, **o voto é apenas uma expressão comum do que chamamos de democracia representativa.** No entanto, a democracia tal como a experienciamos hoje não é a mesma de quando milhões de pessoas sa-

íram às ruas entre 1983-1984, no movimento que ficou conhecido como **“Diretas-Já”**, para reivindicarem o direito ao voto para presidente da República em uma eleição livre e direta em 1985 – algo frustrado que só se consolidou em 1989.

O movimento de redemocratização da sociedade brasileira iniciado naquele momento e que culminou na aprovação da Constituição Federal de 1988 (CF 88) produziu algo novo na sociedade brasileira: a incorporação de diferentes setores e atores ao processo político. Ou seja, a dinâmica que a democracia desencadeia na sociedade é a da pressão por mais participação, constituição de espaços de escuta e interação dos cidadãos e reconhecimento da legitimidade da pressão política via participação popular. Podemos sintetizar essa ideia através da expressão: “democratizar a democracia”, tal como elaborada pelo sociólogo português **Boaventura de Sousa Santos**. O pesquisador chama a atenção para o fato de que o grande evento do século XX foi a expansão dos regimes democráticos ao redor do globo e, principalmente, o surgimento de novas formas de participação política em seu interior para além do voto.



No caso brasileiro, o processo de “democratização da democracia” se dá em um movimento de expansão dos mecanismos de participação política, sobretudo a partir das garantias constitucionais pós-1988 – e inspirado pelo amplo ambiente de participação popular na construção da própria Constituição. **A apelidada “Constituição Cidadã” não apenas passou a garantir direitos civis, políticos e sociais, mas ampliou as possibilidades de participação da sociedade nos processos**

**de tomada de decisões.** Embora não seja possível estabelecer uma linearidade da ampliação da participação política, podemos dividir, para fins didáticos, dois conjuntos de repertórios importantes envolvendo a participação. Isso nos permite afirmar que embora vivamos em uma democracia representativa na qual a participação eleitoral via sufrágio universal é central, os instrumentos de democracia participativa abrem possibilidades de maior aproximação do cidadão das decisões políticas, ajudando em sua construção. Deste modo, podemos falar em participação política junto ao Estado:

- **Por meio de instrumentos de democracia semidireta** previstos na Constituição, como o Referendo, o Plebiscito e a Iniciativa Popular, a qual se materializa na forma de projetos de lei iniciados conjuntamente por cidadãos;
- **Através de instituições resultantes de mecanismos de inovação democrática**, voltadas à participação direta dos cidadãos e da sociedade civil, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas (em proximidade ao Poder Executivo) e as Audiências Públicas (em proximidade ao Poder Legislativo).

Antes de esmiuçarmos esses aspectos da participação política junto ao Estado é preciso fazermos um adendo. É importante chamarmos a atenção para o fato de que essa área da democracia participativa constitui também importante campo científico na ciência política brasileira. Existem grupos de pesquisa e professores dedicados a analisar os impactos da participação política cidadã para além do voto. A agenda de pesquisa a partir da qual se mobilizam dedica-se a compreender questões como: as formas concretas de participação no Brasil democrático, a relação entre essas formas e o envolvimento dos cidadãos na construção de decisões coletivas, além dos desafios para a concretização da participação e a sua efetividade. A pluralidade de espaços participativos desperta a curiosidade a respeito do que mobiliza os cidadãos, ou para dialogar com o termo que temos utilizado ao longo do livro, as causas que nos movimentam. Para você saber mais

a respeito dessas agendas, elencamos alguns **exemplos de grupos de Pesquisa sobre participação política em Universidades Brasileiras:**



**UNICAMP – NEPAC (Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva)**



**CEBRAP – Núcleo de Democracia e Ação Coletiva**



**UEM – Núcleo de Pesquisa em Participação Política**



A partir do que nos propomos a fazer aqui não temos o objetivo de apresentar todos os mecanismos de participação política junto ao Estado ou esgotar o assunto acerca do tema da democracia participativa. Antes, nos concentramos em apresentar os aspectos que entendemos ser fundamentais sobre o tema, conforme dividido para fins didáticos anteriormente.

Vamos começar pelos instrumentos de democracia semidireta estabelecidos na CF 88. Em seu Art. 14, como exercício da soberania popular além do voto, ficaram estabelecidos o **plebiscito**, o **referendo** e a **iniciativa popular** como os instrumentos de consagração da participação política. Vejamos cada um deles e o seu uso em situações concretas no Brasil – nos restringindo às questões nacionais ao falarmos da iniciativa popular, embora ela possa ocorrer nos estados e municípios.

O **PLEBISCITO** é uma forma de participação política na qual os cidadãos são consultados antes que uma proposta de mudança legal acerca de importante assunto na vida pública seja apre-

**sentada e votada no Poder Legislativo.** Na lógica da democracia representativa, ao escolhermos os nossos representantes políticos nós os autorizamos a tomarem decisões no âmbito do Estado. Isso não significa que os representantes possam fazer tudo quanto desejarem. Há regras no processo de elaboração de leis (processo legislativo) a serem seguidas e limites constitucionais para não ocorrerem atuações políticas irresponsáveis. Além do fato de que o mesmo cidadão que escolhe o representante será o que poderá, na eleição seguinte, premiar os bons políticos ou puni-los nas urnas. Também não significa que, a cada procedimento a ser adotado no âmbito do Legislativo por um parlamentar, eles precisem, antes, consultar os cidadãos sobre o que fazer. A atividade legislativa é como manter uma balança em equilíbrio: por um lado, o representante político possui relativa autonomia; por outro, o cidadão pode (e deve) cobrá-lo a respeito dos seus posicionamentos e ações concretas do Legislativo.

Diante desse desafio representativo é que o plebiscito pode ser uma opção importante de estreitamento das relações entre o Legislativo e os cidadãos em matéria de grande importância. Ele é um instrumento relevante quando os parlamentares compreendem que a participação dos cidadãos por meio de uma consulta popular pode legitimar a importante decisão a ser tomada em um assunto de interesse nacional. Vale enfatizar que a convocação para a realização de um plebiscito é exclusiva do Congresso Nacional (a união entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal), sendo necessário, ao menos, a aprovação por um terço dos congressistas em uma das casas. Em termos numéricos, isso diz respeito a pelo menos 27 senadores ou 171 deputados federais, os quais apresentam um decreto legislativo para a realização da consulta à população. Para ser aprovado, este decreto necessita da maioria simples do Congresso Nacional.

**O único plebiscito realizado no Brasil pós-1988 ocorreu em 1993 para que os cidadãos decidissem a respeito da forma de gover-**

**no (República ou Monarquia) e o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) a ser adotado no país.** Na realidade, a ocorrência desse plebiscito não se deu em função de um grande tema nacional a ser definido naquele exato momento. Anos antes, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, fora aprovada uma emenda do deputado Cunha Bueno (PDS à época) que propunha a realização de um plebiscito cinco anos após a aprovação da CF 88.



No início dos anos 1990 houve uma proposta para a antecipação do plebiscito para 1992. Em função da crise política do governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), os deputados favoráveis ao sistema de governo parlamentarista começaram a pressionar pela antecipação da consulta ao visualizar a possibilidade de redução dos poderes do presidente se o parlamentarismo vencesse. Embora não tenham conseguido obter êxito nessa manobra política, ainda assim a Câmara dos Deputados aprovou, em abril de 1992, a antecipação do plebiscito para dali um ano, em 1993. A forma de governo vencedora e o sistema de governo, após os resultados do plebiscito, seriam implementados a partir de 1º de janeiro de 1995.

Em 21 de abril de 1993 foi realizado o plebiscito. **Ao fim da apuração dos votos a forma de governo republicana havia vencido com 66,2% dos votos válidos. Já o sistema de governo vencedor foi o presidencialismo, contando com 55,6% dos votos.** A mobilização em torno do plebiscito revelou que muitos setores da sociedade não se sentiram estimulados a participar ou decidiram

não escolher nenhuma das opções. Isso foi perceptível nos 40% do eleitorado que apareceram na somatória entre o total de votos brancos, nulos e as abstenções. Outro fator interessante à época foram as campanhas de rádio e TV em prol de uma ou outra forma de governo ou a favor de um e outro sistema de governo. Entre as campanhas, destaque para as curiosas propagandas a favor da Monarquia por meio da campanha “Vote no Rei”.



**Campanha Vote no Rei para o plebiscito de 1993 com Cissa Guimarães**



**Video Jingle “Vote no Rei”**



Para finalizarmos esse exemplo, é importante salientar que **mudar o nome de uma cidade, ou criar um novo estado ou município exige a consulta da população local por meio de plebiscitos**. Faz alguns anos o Pará consultou seus cidadãos sobre a criação de dois novos estados - Tapajós e Carajás. Ambas as medidas foram rejeitadas nas urnas. Já a cidade de Embú, na Grande São Paulo, se chama faz alguns anos, oficialmente, Embu das Artes, porque assim desejou a população local por meio de um plebiscito.

Outra forma de participação, o **REFERENDO**, diz respeito a uma **consulta popular por meio da qual os cidadãos são convocados a referendar, ou seja, aprovar ou desaprovar uma lei que já tenha sido votada no âmbito do Poder Legislativo nacional**. A diferença em relação ao plebiscito é que nesse caso os parlamentares já deliberaram a respeito do assunto alvo de um projeto de lei. Assim como no plebiscito, o referendo para ser convocado precisa cumprir com as mesmas exigências legais: a aprovação por um terço dos congressistas em ao menos uma das casas legislativas.

No Brasil, o único referendo que ocorreu ficou conhecido como **“Referendo das Armas”, em 2005**. Em outubro daquele ano os cidadãos foram consultados sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munições no Brasil. Conforme consta no site da Justiça Eleitoral: “A alteração no art. 35 do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) tornava proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º do estatuto. Como o novo texto causaria impacto sobre a indústria de armas do país e sobre a sociedade brasileira, o povo deveria concordar ou não com ele. Os brasileiros rejeitaram a alteração na lei”. A pergunta que apareceu na urna eletrônica para os cidadãos deliberarem era a seguinte: **“O comércio de armas de fogo deve ser proibido no Brasil?”**. Por **63,9% dos votos válidos, a resposta NÃO venceu**. Na ocasião, os que votaram SIM foram apenas 36%.

No âmbito do Congresso Nacional, duas frentes parlamentares colocaram-se em posições antagônicas. Uma delas, por um **“Brasil sem Armas”, representando a defesa pelo SIM** no referendo. E, outra, que enfatizou o **“Direito da Legítima Defesa”, defendendo o NÃO**. A sociedade brasileira ao escolher por essa última opção pode ter sido muito influenciada pelo tipo de propaganda veiculada no Horário Eleitoral. A propaganda pelo “NÃO”, por exemplo, explorou amplamente a ideia de que aqueles que defendiam o voto no “SIM” tentavam confundir o eleitor ao falar em desarmamento. Eis que uma das questões apresentadas no programa era: “Mas eles não fazem o desarmamento dos bandidos! Nem irão proibir o comércio ilegal de armas”. O que levava os cidadãos a pensar: por que seria vantajoso votar no SIM se os reais problemas ligados à segurança pública não seriam resolvidos? Já a campanha pelo voto no “SIM” acabou se concentrando em contra-argumentar, dizendo que muitos acidentes aconteciam em casa, principalmente por meio do porte legal de armas. Para se ter uma ideia mais clara a respeito das retóricas utilizadas em ambas as campanhas, é possível acessar os vídeos desses programas disponíveis na internet.



Um dos programas da campanha  
“SIM” no Referendo de 2005



Um dos programas da campanha  
“NÃO” no Referendo de 2005



Por fim, a última forma de participação política como instrumento de democracia semidireta, a **INICIATIVA POPULAR**, foi a mais utilizada no país dentre os três instrumentos existentes. **Para se apresentar um projeto de lei que tenha esse caráter de iniciativa popular à Câmara dos Deputados é preciso que os cidadãos proponentes tenham subscritos, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído este pelo menos por cinco Estados diferentes, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.** É o que prevê o Art. 13 da Lei 9.709 de novembro de 1998, a qual regulamenta os instrumentos de participação política previstos na CF 88. Ademais, o projeto de iniciativa popular deve ser restrito a um único tema e, cumprido os requisitos previstos em lei, deve ser analisado pela Câmara dos Deputados, a qual o fará tramitar no âmbito legislativo, inclusive podendo realizar modificações na proposta, adequações na redação e correção de eventuais impropriedades de redação legislativa. No Brasil, há quatro leis nacionais originárias de projetos de iniciativa legislativa:

**Lei 8.930/1994 (Crimes Hediondos, Caso Daniela Perez)** - Incorporação ao rol da Lei de Crimes Hediondos (1990) do crime de homicídio qualificado a partir do assassinato da atriz Daniela Perez, protagonista de novela em 1992. A mãe da atriz, Glória Perez, emplaca uma campanha que consegue obter 1,3 milhão de assinaturas que incluiu o homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos.

**Lei 9.840/1999 (Combate à compra de Votos)** - Ideia para o projeto é gestada desde 1997 através de iniciativa da Comissão Brasileira de Justiça e Paz por meio da ação “Combatendo a corrupção eleitoral” que visava coibir o crime de compra de votos e a prática de uso eleitoral das máquinas administrativas. Mais de 30 entidades apoiaram o projeto e conseguiram coletar mais de 1 milhão de assinaturas para apresentá-lo à Câmara dos Deputados. O projeto é aprovado e sancionado em 1999.

**Lei 11.124/2005 (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social)** - Projeto originado do Movimento Popular por Moradia, encaminhado ainda em 1992 para a Câmara dos Deputados. Embora aprovado no âmbito das Comissões entre 1997 e 2002, foi sancionada a lei apenas em 2005. Através dela foi criado, para a população de baixa renda, o acesso à terra urbanizada como resposta ao problema habitacional no país.

**Lei Complementar 135/2010 (Ficha Limpa)** - Ideia surgiu do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e tinha como objetivo tornar inelegível para cargos eletivos pessoas que haviam cometido no passado crimes de natureza eleitoral. Através desse mecanismo, apenas os políticos “ficha limpa” poderiam concorrer às eleições.

Mais recentemente, em 2016, o projeto de iniciativa popular conhecido como **“10 medidas contra a corrupção”** partiu de uma iniciativa do Ministério Público contando fortemente com apoio de membros da força-tarefa da Operação Lava-Jato. No contexto em que surgiu, havia grande preocupação da sociedade em relação ao combate à corrupção, tema que passou a ganhar centralidade na política brasileira nos últimos anos. No entanto, um dos problemas associados ao projeto é que a propaganda realizada sobre ele passou a sensação de que todos os cidadãos críticos em relação à forma do projeto e aspectos das medidas previstas estariam do lado dos corruptos.

O projeto contou com mais de 2 milhões de assinaturas e foi protocolado na Câmara dos Deputados. Seus formuladores iniciais passaram a criticar publicamente mudanças que vinham sendo feitas nele no âmbito do Legislativo – o que, diga-se de passagem, é natural em qualquer projeto tramitado em um local de representação de múltiplos posicionamentos da sociedade. Eles também buscaram transmitir a mensagem de que a descaracterização das medidas contra a corrupção seria apenas em benefício próprio dos parlamentares envolvidos em investigações judiciais por corrupção e temas análogos. Após diversas reações de setores da sociedade e membros da classe política, as críticas em relação ao projeto se intensificaram conforme certos interesses políticos de membros da força tarefa da Lava-Jato foram se tornando mais evidentes. Atualmente, o Projeto de Lei 3.855/2019 (antigo projeto 4.850/2016) encontra-se parado na Câmara dos Deputados aguardando uma deliberação final.



Até aqui você deve ter percebido como esses instrumentos de participação política dos cidadãos junto ao Estado impactam na definição de algumas leis, além de contribuírem para a legitimidade das decisões políticas tomadas por representantes. No entanto, conforme havíamos exposto anteriormente, esses são instrumentos muito trabalhosos e exigentes de democracia semidireta. Vamos avançar, agora, para identificar algumas das importantes instituições participativas à disposição dos cidadãos no Brasil. Apesar da variabilidade de competências, configurações políticas e possibilidades de atuação permitidas em seu interior, o que certamente seria impossível apresentar aqui em detalhes, o que importa é a identificação de alguns exemplos que possam motivar você a também

defender suas causas e apoiar diferentes movimentos da sociedade civil a fim de pressionar o Estado no sentido de efetivar direitos e promover garantias e alterações demandadas. **Nunca é demais nos lembrarmos: coletivamente é que conseguimos ter mais força para mobilizarmos questões políticas e transformá-las em ações concretas.**

Nos concentraremos em apresentar um exemplo de cada tipo de instituição participativa no âmbito de cada Poder nacional que guarda relação com a lógica de representação política no Estado.

Os **CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS** são uma possibilidade de aproximação e interferência, dos cidadãos, em relação às decisões do Estado no âmbito do Poder Executivo.

Já as **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS** são outra possibilidade de aproximação do cidadão, nesse caso, em relação ao Poder Legislativo – se bem que muitas delas ocorrem convocadas pelo Executivo também.

Mas atenção! Isso não quer dizer que sejam as **ÚNICAS** formas de participação política junto ao poder público. Há diversos mecanismos de inovação democrática espalhados pelo país em diferentes âmbitos federativos cuja mobilização pode ser mais ou menos intensa a depender dos estímulos dados por governos em um dado momento.

Por exemplo, experiências de envolvimento dos cidadãos na decisão de parte do Orçamento Municipal, ou seja, dos recursos financeiros dos municípios investidos em políticas e serviços públicos locais, foram incentivados em governos de diferentes locais do país. É o chamado **Orçamento Participativo (OP)** que o IBGE identifica como presente em milhares de cidades brasileiras de diferentes formas e intensidades. Por meio de plenárias que contam com a participação de moradores da cidade de diferentes bairros e regiões são decididas as prioridades sobre políticas e serviços públicos, melhorias infraestruturais e realização de obras em determinadas localidades de um município. Embora haja diferença de escopo e percentual do orçamento destinado às deci-

sões no âmbito do OP, o fato é que a instituição participativa contribuiu para tornar o cidadão mais responsivo acerca das questões políticas locais mais importantes.

Outros exemplos são **Conferências e Fóruns** nacionais temáticos. Nas últimas décadas diversas pautas foram debatidas e mobilizadas junto à sociedade: questões ambientais, educacionais, relacionadas ao provimento de serviços sociais e no âmbito da saúde são alguns exemplos. Por sinal, a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pela CF 88, é fruto desse tipo de participação política da sociedade. Em 1986, durante a **8ª Conferência Nacional de Saúde**, a construção de um sistema descentralizado e único de saúde pública passa a ser vista como dever do Estado. Durante cinco dias de debate e contando com mais de 4 mil participantes, 135 grupos de trabalho contribuíram para a formulação das linhas básicas do que se tornaria o SUS. Esses debates foram fundamentais para subsidiar as discussões posteriores, entre 1987-1988, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Para saber maiores detalhes sobre a importância dessa Conferência na construção da política de saúde pública no Brasil, acesse:



**8ª Conferência Nacional de Saúde:  
quando o SUS ganhou forma**



Feitas essas ressalvas, podemos avançar para compreendermos a importância dos **Conselhos Nacionais** ou **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. Tais instituições são órgãos colegiados, ou seja, compostos por uma diversidade de indivíduos que decidem, coletivamente, a respeito de aspectos fundamentais de políticas públicas do país. A ideia de um órgão colegiado é o aproveitamento das diferentes experiências e trajetórias daqueles que participam dos trabalhos realizados a fim de aprimorar as ações do Estado em uma área específica. Embora variem em escopo, quantidade e tipo de participantes (atores estatais, governamentais, originários da sociedade civil etc.) e capacidade deci-

sória, os Conselhos Nacionais são importantes instrumentos de democratização política.

A perspectiva de todo **Conselho** é uma só: **estabelecer mecanismos que intensifiquem o diálogo entre governos e sociedade no sentido de definir prioridades de problemas públicos enfrentados pelo Estado**. Portanto, trata-se de uma forma de participação política dos cidadãos junto ao Estado que impacta, fundamentalmente, as ações no âmbito do Poder Executivo.

Tais Conselhos existem desde o século XX no Brasil e cumprem importantes funções, conforme destacado. Há diversos exemplos: Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e em Operação de Crédito Educativo – CPFPGPME; Conselho Deliberativo Do Fundo De Amparo ao Trabalho – Codefat; Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fndct; Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP; Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS; Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; Conselho Nacional de Política Energética – CNPE; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, dentre outros.

No entanto, desde 2019, no governo do presidente Jair Bolsonaro, diversas críticas têm sido endereçadas quanto à diminuição da participação política nos diferentes Conselhos. Isso porque o Decreto 9.759 de 2019, editado pelo presidente, extinguiu, estabeleceu novos critérios e limitou a atuação de órgãos colegiados no âmbito do governo federal.

É o caso, por exemplo, do **Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)**. Criado em 1981 durante o governo militar de João Figueiredo, o órgão historicamente tem cumprido importante papel na preservação do meio ambiente por meio da articulação de entidades governamentais e da sociedade civil na formulação de políticas públicas que inte-

grem ações importantes, como o desmatamento e a queimada da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica. Embora seja um órgão regulador, consultivo e deliberativo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, recentemente as críticas endereçadas pela sociedade civil organizada é a de que se tornou uma instância esvaziada e sem representação. O Decreto 9.806/2019 que dispõe sobre a composição e o funcionamento do CONAMA reduziu drasticamente a quantidade de conselheiros: de 96 para apenas 23. A sociedade civil, antes, possuía 22 assentos no conselho. A partir dessa mudança passou a contar com apenas 4 lugares. O assunto vem rendendo debates e movimentações tanto por parlamentares que pressionam pela ampliação da participação da sociedade civil quanto por parte desses setores organizados da sociedade, os quais têm protestado sobre os rumos da política ambiental no país.



**Conheça o conteúdo  
do Decreto 9.759/2019**



É importante destacarmos que embora a participação política seja fundamental para a qualificação das decisões de ordem pública, é necessário também que haja compreensão de diferentes setores políticos e sociais no sentido da sua valorização. **Uma democracia forte e pujante pressupõe envolvimento dos cidadãos na construção das políticas públicas e na definição das prioridades a serem enfrentadas pelo Estado e a sociedade.** Quando há desvalorização da participação política, quem perde somos todos nós. Passamos a nos sentir desmobilizados, desmotivados e a acreditar que a nossa voz e atuação são menos importantes do que a dos representantes eleitos, o que é uma grande falácia. Afinal, conforme sinalizamos diversas vezes: **a democracia pressupõe a possibilidade de escolha e exercício livre do direito ao voto. Mas a participação não se encerra no ato de votar.**

Por último, destacamos as **Audiências Públicas**, ocorridas sobretudo no âmbito do Poder Legislativo, mas presente também em formulações e ideias levadas adiante pelo Executivo e menos comumente pelo

Judiciário – sendo a justiça eleitoral um bom exemplo aqui. Embora aconteçam em todos os níveis federativos, estamos enfatizando aqui a participação política junto ao Estado a partir da dimensão nacional. **As audiências públicas são reuniões convocadas pelo Poder Legislativo no sentido de incentivar a participação dos cidadãos, órgãos ou associações da sociedade civil organizada e entidades a respeito de assuntos de interesse público tramitados no Parlamento. Portanto, são espaços voltados à ampliação do debate público.**



A ideia de realizar uma audiência é para se pensar, coletivamente, nas melhores soluções para um problema público. Por se tratar de uma forma ampla de participação política da sociedade, as audiências podem atrair tanto um cidadão, individualmente, quanto organizações, coletivamente. Os responsáveis por convocar audiências públicas são órgãos públicos, destacadamente o Poder Legislativo. Vale destacar que os temas alvo de audiências públicas podem ser diversos: saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente, cultura, orçamento público etc. Por sinal, em relação a este último tema elencado, **no processo de elaboração das leis orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual) o Poder Legislativo é OBRIGADO a convocar audiência pública a fim de garantir transparência e participação política em relação às metas e ações que serão debatidas e aprovadas para o exercício orçamentário dos governos.** Para compreender melhor o que são as Leis Orçamentárias do Brasil assista à série de animações produzidas pelo Senado chamada “Orçamento Fácil”:



## Orçamento fácil – A maneira mais divertida de entender o orçamento público



Outros exemplos de instrumentos que podem estimular e aperfeiçoar nossa participação política existem. Dois casos finais, sem detalhamento, são: a **gestão participativa**, comumente presente numa forma de se colocar o cidadão próximo de decisões operacionais; e as **comissões de legislação participativa**, que permitem que cidadãos flexibilizem a possibilidade de proporem projetos de lei sem as coletas de assinaturas exigidas pelos projetos de lei de iniciativa popular.

Após esse longo caminho na identificação de instrumentos e instituições voltadas à participação política junto ao Estado você deve ter percebido que as possibilidades de atuação e defesa de causas são muito amplas. Talvez a pergunta que possa estar passando pela sua cabeça é: **mas isso tudo, realmente funciona?** A resposta, como a maioria delas em se tratando de questões políticas, é uma só: **DEPENDE**. Primeiro, depende do que entendemos por “funcionar”. Se diz respeito a tornarmos os processos de decisão política mais porosos aos interesses dos cidadãos, garantido desse modo espaços de fala e de apresentação de demandas legítimas da sociedade, sim. Agora, se por “funcionar” entendermos que as nossas ideias e possíveis soluções para desafios coletivos devem ser, necessariamente, acatadas por instituições participativas com as quais desejamos interagir, realmente é mais difícil imaginar que funcione.

É importante compreendermos que participar politicamente não é algo simples. Para realmente dar certo implica em termos a humildade de **ESCUTAR** os outros e **ABRIR MÃO** de eventuais certezas individuais para construirmos, conjuntamente, uma solução para os problemas que nos incomodam. **O próprio ato de participar deve trazer consigo a perspectiva de aprender com os outros para todos avançarmos.** É isso que é política! •



## SOBRE OS AUTORES

**JOYCE LUZ** - Cientista social, mestre e doutoranda em Ciência Política pela USP. É pesquisadora do Núcleo de Instituições Políticas e Eleições (NIPE), sediado no Cebrap, e do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI-USP). Atua como professora de Metodologia no curso de Pós-Graduação em Ciência Política pela Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (FESP-SP) e em cursos de extensão com a finalidade de ensino de métodos e técnicas de análise de dados para pesquisadores da área de humanas. É especialista em processo legislativo e comportamento político e desde 2017 oferece cursos de especialização e oficinas de curta duração nesse tema em parceria com a Oficina Municipal de São Paulo, bem como em parceria com ONGs e movimentos que buscam tal aprendizado. Há 3 anos também atua como professora dos cursos de Iniciação Política oferecidos pela Fundação Konrad Adenauer. Desde 2021 é diretora secretária do Movimento Voto Consciente de São Paulo.

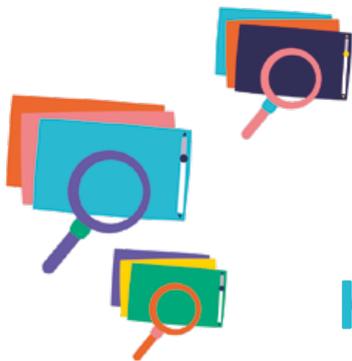
**BRUNO SOUZA DA SILVA** - Mestre em Ciências Sociais pela UNESP (2013). Graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) também pela UNESP (2011). Docente temporário de política na UNESP/Araraquara em diferentes momentos entre 2012 e 2021. Professor na Pós-Graduação EAD em Gestão Pública da FESP-SP responsável pela disciplina “Partidos e política no Brasil” (2019). Pesquisador do Laboratório de Política e Governo (LabPol/UNESP). Pesquisador do Grupo de Estudos Legislativos da UNICAMP e do Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL/UFJF). Diretor da ONG Movimento Voto Consciente (desde 2018). Coordenador e docente do Programa de Educação Política

da Engeform Engenharia Ltda. (2019-2020) e da Laticínios Tirolez Ltda. (2018-2019). Docente da Oficina Municipal - Escola de Gestão Pública e Cidadania (desde 2016). Professor em projetos de Educação Política da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Itapevi-SP (desde 2016). Professor de cursos livres de Iniciação Política em projeto da Fundação Konrad Adenauer Stiftung (KAS) no Brasil nas periferias de São Paulo (2015-2020). Docente no Projeto “Parlamento Jovem” no município de Araraquara, parceria entre a UNESP e a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara (2014-2015). Sócio e consultor na empresa ARKOS - Educação, Criatividade e Consultoria em Política (2015-2016). Comentarista e colunista de política nas rádios CBN da região central do estado de São Paulo (Araraquara e São Carlos) e portais A CidadeON (desde 2018) meios de comunicação ligados ao grupo Empresas Pioneiras do interior do estado de São Paulo (portais G1, a CidadeON, rádios CBN, Jovem Pan e EPTV). Apresentador do Jornal “Manhã CBN” na rádio CBN/Araraquara (desde 2020). Colunista político no blog “Legis-Ativo” do Jornal Estadão (desde 2015). Comentarista semanal de política na TV Cultura Paulista (2014-2015). Professor de turmas regulares do Ensino Fundamental II nas disciplinas de História e Geografia e Ensino Médio nas matérias de Sociologia e Filosofia no Colégio Natureza/Araraquara (desde 2016). Autor do livro: “Poder Legislativo Municipal: entender de política começa por aqui” em coautoria com o Prof. Dr. Humberto Dantas. Atualmente desenvolve pesquisas nos seguintes temas: 1) Poder Legislativo Municipal, vereadores, processo legislativo e relações entre Executivo e Legislativo municipal; 2) Representação política e eleições no Brasil; 3) Democracia e processos de Educação Política.

**HUMBERTO DANTAS** - Humberto Dantas, cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela USP. Pesquisador da FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás e pós-doutor pela FGV-SP em Administração Pública. Consultor de educação do CLP, coordenador do Master em Liderança e Gestão Pública do Instituto Singularidades em parceria com o CLP e coordenador do curso de Ciência Política da FESP-SP. Analista Político da 4E Consultoria Econômica. Professor da Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e de cursos de pós-graduação em organizações como Damásio (Direito Elei-

toral) e Católica de Salvador. Comentarista político da Rede Vida de TV, entrevistador da plataforma Um Brasil, coordenador do blog Legis-Ativo do Estadão, onde também apresenta seu podcast, e colunista do Virtú News, do portal da Revista Problemas Brasileiros e do Broadcast Político da Agência Estado. Conselheiro da Fundação Konrad Adenauer, do Politize, da Escola Comum e diretor do Movimento Voto Consciente. Autor dos quatro livros desta coleção. Consultor de empresas nas áreas de educação política e relações governamentais. •





# LISTA DE HIPERLINKS

## INTRODUÇÃO

- Livro “Educação Política” - [https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2017\\_livro\\_educacao\\_politica.pdf](https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2017_livro_educacao_politica.pdf)
- Constituição Federal de 1988 - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Livro “Ciência Política e Políticas de Educação” - [https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/Ciencia-politica-e-politicas-de-educacao-26\\_07.pdf](https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/Ciencia-politica-e-politicas-de-educacao-26_07.pdf)

## PARTE 1

- As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil • IBGE - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=series-historicas>
- Documentário “Diretas Já – O grito das ruas” • TV Senado - <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/senadoc/2014/12/diretas-ja-2013-o-grito-das-ruas>
- Documentário “A Constituição da Cidadania” - <https://www.youtube.com/watch?v=yDRPIOa3uZQ>
- Filme “Constituinte 1987-1988” (2012) de Cleonildo Cruz - <https://www.youtube.com/watch?v=5K2DewyvjHg>
- Documentário “Cartas ao país dos sonhos” - <https://www.youtube.com/watch?v=T1HLuPu905E>
- Site do Movimento Voto Consciente - <https://votoconsciente.org.br/>

## PARTE 2

- LEI N° 7.398, • Planalto.gov.br - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm)
- Projeto Estudantes de Atitude - <https://www.estudantesdeatitude.go.gov.br/2021/>

## PARTE 3

- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations - <https://www.fao.org/home/en/>

- Greenpeace Brasil - [https://www.greenpeace.org/brasil/conheca-o-greenpeace/?utm\\_term=ong%20greenpeace&utm\\_campaign=%5BMAIO/20%5D+Institucional&utm\\_source=adwords&utm\\_medium=ppc&hsa\\_acc=7235609613&hsa\\_cam=10034725105&hsa\\_grp=100522293589&hsa\\_ad=444409237375&hsa\\_src=g&hsa\\_tgt=kwd-298958756615&hsa\\_kw=ong%20greenpeace&hsa\\_mt=b&hsa\\_net=adwords&hsa\\_ver=3&gclid=CjwKCAjwy7CKBhBMEiWA0Eb7ahwDHcttYbAH830J2YH30I-8QQPJbELQ9ImbqJWjRuV68LEdS5flshoCvKgQAvD\\_BwE](https://www.greenpeace.org/brasil/conheca-o-greenpeace/?utm_term=ong%20greenpeace&utm_campaign=%5BMAIO/20%5D+Institucional&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=7235609613&hsa_cam=10034725105&hsa_grp=100522293589&hsa_ad=444409237375&hsa_src=g&hsa_tgt=kwd-298958756615&hsa_kw=ong%20greenpeace&hsa_mt=b&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gclid=CjwKCAjwy7CKBhBMEiWA0Eb7ahwDHcttYbAH830J2YH30I-8QQPJbELQ9ImbqJWjRuV68LEdS5flshoCvKgQAvD_BwE)
- Ong Médicos Sem Fronteiras - <https://www.msf.org.br/>
- Comitê Internacional da Cruz Vermelha - <https://www.icrc.org/pt>
- Sobre o patrono da fundação Konrad-Adenauer-Stiftung • Escritório da Fundação no Brasil - <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/sobre-konrad-adenauer>
- Site da Konrad-Adenauer-Stiftung • Escritório da Fundação no Brasil - <https://www.kas.de/pt/web/brasilien>
- Vídeo “1969-2019: 50 anos KAS Brasil” - [https://web.facebook.com/kasbrasil/videos/956651484533823/?t=10&\\_rdc=1&\\_rdr](https://web.facebook.com/kasbrasil/videos/956651484533823/?t=10&_rdc=1&_rdr)
- Livro “Democracia, Diálogo e Cooperação – A Fundação KAS no Brasil – 50 anos” - <https://www.kas.de/documents/265553/265602/Publikation+08-2019.pdf/2c3f1419-bf04-83eb-15fd-49122dd76d22?version=1.0&t=1566812291420>
- Livro “Educação Política” - [https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2017\\_livro\\_educacao\\_politica.pdf](https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2017_livro_educacao_politica.pdf)
- Livro “Educação Política no Brasil: Reflexões, Iniciativas e Desafios” - [https://www.kas.de/c/document\\_library/get\\_file?uuid=1893b872-84fb-cf9e-d835-25b1cf469117&groupId=265553](https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=1893b872-84fb-cf9e-d835-25b1cf469117&groupId=265553)

## PARTE 4

- InfoJovem: Descubra e Aprenda sobre as TICs - <https://www.infojovem.org.br/infopedia/descubra-e-aprenda/tics/>
- Aplicativo Guia do Voto - <https://guiadovoto.org.br/Home>
- Pesquisa do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/90050-reeleicao-na-camara-e-no-senado>
- Aplicativo Meu Deputado - <https://meudeputado.mobi/#oquequeremos>
- Portal do Pardal: Denúncias Eleitorais - <https://pardal.tse.jus.br/pardal-web/index.faces?uf=>
- Livro “Poder Legislativo Municipal” - <https://www.kas.de/documents/265553/265602/Poder+Legislativo+Municipal.pdf/3c377357-f869-78bc-03fd-1c53022a754a?version=1.0&t=1596459355330>
- Audiências Interativas - <https://edemocracia.camara.leg.br/audiencias/>
- Câmara dos Deputados - Participe das Atividades Legislativas - <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/participe>
- Ideia Legislativa - Proponha e Apoie Ideias para Novas Leis - <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalideia>
- Eventos Interativos - Participe dos Debates com Perguntas e Comentários - <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalaudiencia>

- Consulta Pública - Proposições Mais Votadas no Dia - <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalmateria>
- Data Senado: Enquetes Realizadas - <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/enquetesrealizadas>
- Jornal Nexo - Compilação de reportagens sobre Fake News - <https://www.nexojournal.com.br/util/busca/?q=fake%20news&rows=20>
- Portal da organização Politize! - <https://www.politize.com.br/>
- Youtube do Politize! - [https://www.youtube.com/channel/UCONtqwTL1oLxwm3lx\\_Uo50g](https://www.youtube.com/channel/UCONtqwTL1oLxwm3lx_Uo50g)
- Página do Facebook do Politize! - <https://www.facebook.com/politizeorg/>
- Perfil do Instagram do Politize! - [https://www.instagram.com/\\_politize/?hl=pt-br](https://www.instagram.com/_politize/?hl=pt-br)
- Fast Food da Política - <https://fastfooddapolitica.com.br/>
- Perfil do PROEEP Unicamp no Instagram - [https://www.instagram.com/proeep\\_unicamp/](https://www.instagram.com/proeep_unicamp/)
- Página do PROEEP Unicamp no Facebook - <https://www.facebook.com/PROEEP>

## PARTE 5

- Registro Civil - Sobre a Certidão de Nascimento - <https://cartorionobrasil.com.br/servicos-de-cartorio/registro-civil-certidao-de-nascimento/>
- Pesquisa “A desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil” - <https://pp.nexojournal.com.br/Dados/2021/02/11/A-desigualdade-racial-e-de-genero-no-mercado-de-trabalho-no-Brasil>
- Site do Movimento Negro Unificado - <https://mnu.org.br/mnu/>
- Site da ABGLT - <https://www.abgl.org/>
- ONU Mulheres Brasil - <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>

## PARTE 6

- Pesquisa “Desigualdade de gênero e raça: o perfil da pobreza na crise” - <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-genero-e-raça-o-perfil-da-pobreza-na-crise>
- Pesquisa “O que novos dados do IBGE revelam sobre o saneamento no Brasil” - <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/07/23/O-que-novos-dados-do-IBGE-revelam-sobre-o-saneamento-no-Brasil>
- Pesquisa “Em estagnação: o raio-x de um problema nacional” - <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2021/Em-estagnação-o-raio-x-de-um-problema-nacional>
- Relatório “O panorama da educação no Brasil” - <https://pp.nexojournal.com.br/topico/2021/07/14/O-panorama-da-educacao-no-Brasil-segundo-este-relatorio>
- Pesquisa “A distribuição geográfica das salas de cinemas no Brasil” - [https://www.nexojournal.com.br/grafico/2019/05/31/A-distribuição-geográfica-das-salas-de-cinemas-no-Brasil?utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=Echobox&utm\\_source=Twitter#Echobox=1572872085](https://www.nexojournal.com.br/grafico/2019/05/31/A-distribuição-geográfica-das-salas-de-cinemas-no-Brasil?utm_medium=Social&utm_campaign=Echobox&utm_source=Twitter#Echobox=1572872085)
- Matéria “Desigualdade Global” - Folha de São Paulo - <https://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-global/>

- Vídeo “Desigualdade Global” - Especial da Folha de São Paulo - <https://www.youtube.com/watch?v=PGgVZAZJKwY>
- Constituição da República Federativa do Brasil - Dos Princípios Fundamentais - [https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/con1988\\_15.03.2021/art\\_6\\_.asp](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/con1988_15.03.2021/art_6_.asp)
- Blog Legis-Ativo “31 Anos de SUS” - <https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/31-anos-de-sus-esta-na-hora-de-soprar-as-velas-e-fazer-um-pedido/>
- Ong Todos Pela Educação - <https://todospelaeducacao.org.br/>
- Instituições participantes do CONATRAE - [https://coetraes.reporterbrasil.org.br/indexc583.html?page\\_id=28](https://coetraes.reporterbrasil.org.br/indexc583.html?page_id=28)
- Ong Oncoguia - <http://www.oncoguia.org.br/pesquisa-clinica/>

## PARTE 7

- Vídeo “BK: Whopper em Branco” - <https://www.youtube.com/watch?v=PgijpiWjOKs>
- Vídeo “Como Deveria Ser” - Chevrolet - <https://www.youtube.com/watch?v=9fZHEcR8Blg>
- Livro “Poder Legislativo Municipal” - [https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2018\\_livro\\_poder\\_legislativo\\_municipal.pdf](https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2018_livro_poder_legislativo_municipal.pdf)
- Guia do Voto - Votorantim - <https://guiadovoto.org.br/>
- Programa de Educação Política Tirolez, módulo 1: “Política” - <https://www.youtube.com/watch?v=gU1bb1D9ZQo>
- Livro “Voto Consciente - De Olho no Legislativo” - [https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2013\\_livro\\_de\\_olho\\_no\\_legislativo.pdf](https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2013_livro_de_olho_no_legislativo.pdf)
- Perfil da Engeform sobre Educação Política no Instagram - <https://www.instagram.com/educacaopoliticaengeform/>
- Cartilha de Educação Política dos Embaixadores da Democracia da Engeform - [https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/Cartilha\\_EducacaoPolitica\\_2021\\_Digital\\_13.pdf](https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/Cartilha_EducacaoPolitica_2021_Digital_13.pdf)

## PARTE 8

- Podcast “Politiquês” - Pós-verdade e fake news - <https://www.youtube.com/watch?v=3dIYSY4FzcY>
- Blog Legis-Ativo: a Ciência Política e um olhar sobre os Legislativos - <https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/>
- Textos sobre Ciência Política no site do Movimento Voto Consciente - <https://votoconsciente.org.br/>
- Podcasts Legis-Ativo - <https://votoconsciente.org.br/sobre-o-legis-ativo/podcasts/>
- Nexo Jornal - <https://www.nexojornal.com.br/>

## PARTE 9

- Livro “Poder Legislativo Municipal” - [https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2018\\_livro\\_poder\\_legislativo\\_municipal.pdf](https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2018_livro_poder_legislativo_municipal.pdf)
- UNICAMP – NEPAC (Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva) - <https://www.nepac.ifch.unicamp.br/>
- CEBRAP – Núcleo de Democracia e Ação Coletiva - <https://cebrap.org.br/nucleos/nucleo-democracia-e-acao-coletiva/>

- UEM – Núcleo de Pesquisa em Participação Política - <http://www.pgc.uem.br/nucleos-e-grupos-de-pesquisa/nucleo-de-pesquisa-em-participacao-politica-nuppol-uem>
- Vídeo campanha “Vote no Rei” - [https://www.youtube.com/watch?v=D3mV2\\_YB4Cc](https://www.youtube.com/watch?v=D3mV2_YB4Cc)
- Vídeo com jingle da campanha “Vote no Rei” - [https://www.youtube.com/watch?v=p3UE1IO\\_TZ4](https://www.youtube.com/watch?v=p3UE1IO_TZ4)
- Vídeo de um dos programas da campanha “SIM” no Referendo de 2005 - <https://www.youtube.com/watch?v=ZRLUIXur-HI>
- Vídeo de um dos programas da campanha “NÃO” no Referendo de 2005 - <https://www.youtube.com/watch?v=S4M0oI0YRkg>
- Texto “8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma” - <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma>
- Decreto 9.759/2019 - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm)
- Portal do projeto Orçamento Fácil - <https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil> ▪

